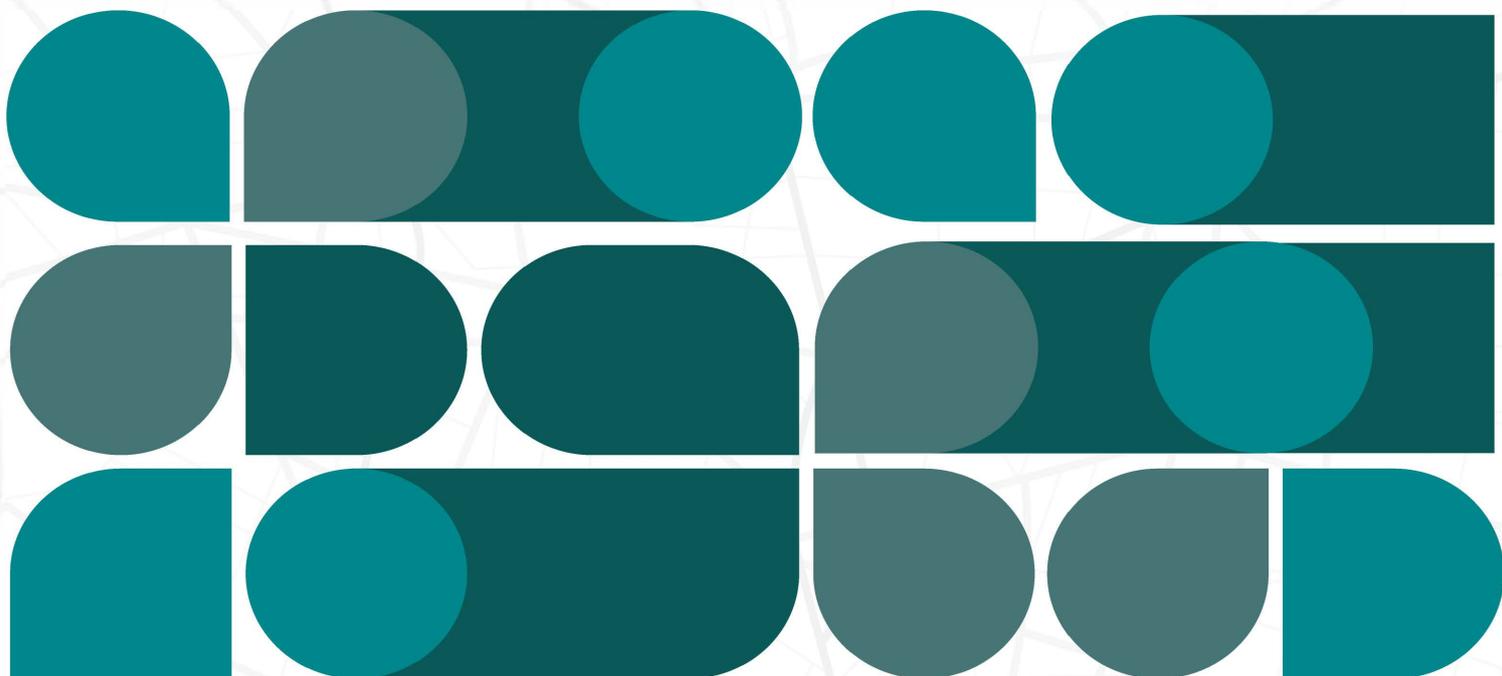




ESTUDOS PARA O PLANEJAMENTO URBANO,  
REGIONAL, TERRITORIAL E HABITACIONAL  
DE INTERESSE DO ESTADO DE SÃO PAULO

# CADERNO DE DINÂMICA ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA

VERSÃO 1 (MAIO.2025)



# Apresentação

O estado de São Paulo caracteriza-se por sua grande dimensão dentro do quadro nacional. Sua população, de 44,4 milhões de habitantes, representa 21,9% da população brasileira, ocupando o posto de estado mais populoso da federação. Seu ritmo de crescimento também é maior; de acordo com os dados do Censo 2022, sua taxa geométrica de crescimento populacional foi de 0,61%, acima da taxa nacional (0,52%).

É também o centro econômico do Brasil. Responsável por 30,2% do produto interno bruto nacional (2021), tem uma economia dinâmica, e é destaque em todos os setores produtivos. Desde sua indústria, que abrange os mais diversos ramos manufatureiros e de intensidade tecnológica, aos serviços de elevada qualificação, apresenta também um setor agrícola altamente produtivo, com destaque em lavouras voltadas à exportação e integradas à atividade industrial.

Com 645 municípios, tem 9 regiões metropolitanas instituídas, que juntas representam 79,6% da população paulista e 85,8% do produto interno bruto estadual, o que demonstra, ao mesmo tempo, a importância do desenvolvimento regional e integrado, e as disparidades dentro do estado.

A consideração deste quadro urbano e regional complexo e diversificado constitui um dos mais significativos desafios de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano e Habitacional 2040.

Este caderno tem por objetivo caracterizar a ocupação territorial do estado a partir da dinâmica demográfica e da organização das atividades econômicas, de fundamental importância para a formulação de políticas públicas e desenvolvimento regional e urbano.

Considerando esta finalidade, serão feitas análises do cenário demográfico, de indicadores sociais, do produto interno bruto e sua estrutura setorial, da atividade agropecuária, da mineração, dos empregos por setor de atividade e perfil educacional dos mesmos, da gestão fiscal e dos investimentos públicos e privados, assim como dos principais setores produtivos por região.

Busca, então, retratar a realidade atual do estado, fornecendo insumos para a elaboração de políticas públicas que fomentem o crescimento mais igualitário da economia paulista, e promovendo o desenvolvimento urbano e habitacional de forma integrada e equilibrada.

## SUMÁRIO

<b>1. CARACTERIZAÇÃO DO CENÁRIO ATUAL</b>	<b>15</b>		
<b>2. DESTAQUES TEMÁTICOS</b>	<b>19</b>		
<b>3. DINÂMICA DEMOGRÁFICA</b>	<b>23</b>		
3.1. POPULAÇÃO	24		
3.2. DOMICÍLIOS	27		
3.3. SEXO E FAIXAS ETÁRIAS	30		
<b>4. INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL</b>	<b>35</b>		
4.1. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM)	36		
4.2. ÍNDICE PAULISTA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IPDM)	37		
4.3. ÍNDICE GINI	40		
4.4. TIPOLOGIA SUB-REGIONAL DA PNDR	42		
<b>5.5. DINÂMICA ECONÔMICA</b>	<b>47</b>		
5.1. PRODUTO INTERNO BRUTO E VALOR ADICIONADO	48		
5.2. ATIVIDADE AGROPECUÁRIA	56		
5.2.1. AGRICULTURA	56		
5.2.2. PECUÁRIA	64		
5.2.3. SILVICULTURA	65		
5.3. MINERAÇÃO	66		
5.4. EMPREGOS FORMAIS	68		
5.4.1. INDÚSTRIA	69		
5.4.2. SERVIÇOS	72		
5.4.3. SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO	74		
5.4.4. ESCOLARIDADE	77		
5.4.5. RENDA	79		
5.5. MERCADO DE TRABALHO - PESSOAS OCUPADAS E INFORMALIDADE	85		
<b>6.6. FORMAÇÃO SUPERIOR E TÉCNICA</b>	<b>89</b>		
6.1. ENSINO SUPERIOR	90		
6.1.1. INGRESSANTES E CONCLUINTES	90		
6.2. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	94		
6.2.1. GRADUAÇÃO	94		
<b>7.6. FORMAÇÃO SUPERIOR E TÉCNICA</b>	<b>99</b>		
7.1. ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL (IFGF)	100		
<b>8.6. FORMAÇÃO SUPERIOR E TÉCNICA</b>	<b>103</b>		
8.1. REASSE AOS MUNICÍPIOS - ICMS E FPM	104		
<b>9. INVESTIMENTOS</b>	<b>109</b>		
9.1. INVESTIMENTOS ANUNCIADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO	110		
<b>10. INVESTIMENTOS</b>	<b>113</b>		
10.1. BAURU-MARÍLIA-ARARAQUARA	114		
10.2. ITAPEVA-SOROCABA	115		
10.3. PIRACICABA-CAMPINAS-JUNDIAÍ	116		
10.4. PRESIDENTE PRUDENTE-ARAÇATUBA	117		
10.5. REGISTRO-SANTOS	118		
10.6. RIBEIRÃO PRETO-FRANCA-BARRETOS	119		
10.7. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	120		
10.8. SÃO PAULO	121		
10.9. VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE	122		
<b>11. REFERÊNCIAS</b>	<b>125</b>		

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Regionalização CDHU: Bauru-Marília-Araraquara .....	114
Figura 2: Regionalização CDHU: Itapeva-Sorocaba .....	115
Figura 3: Regionalização CDHU Piracicaba-Campinas-Jundiaí .....	116
Figura 4: Regionalização CDHU: Presidente Prudente-Araçatuba.....	117
Figura 5: Regionalização CDHU: Registro-Santos.....	118
Figura 6: Regionalização CDHU: Ribeirão Preto-Franca-Barretos.....	119
Figura 7: Regionalização CDHU: São José do Rio Preto.....	120
Figura 8: Regionalização CDHU: São Paulo .....	121
Figura 9: Regionalização CDHU: Vale do Paraíba e Litoral Norte.....	122

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População absoluta e taxa geométrica de crescimento por Regionalização CDHU.....	24
Gráfico 2: População absoluta e taxa geométrica de crescimento por Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana .....	25
Gráfico 3: Domicílio por espécie, segundo Regionalização CDHU.....	27
Gráfico 4: Domicílio por espécie em cada região, segundo Regionalização CDHU.....	28
Gráfico 5: População residente, segundo sexo e faixas etárias.....	30
Gráfico 6: Número de municípios segundo classes do IDHM .....	36
Gráfico 7: IPDM e dimensões – Estado de São Paulo .....	38
Gráfico 8: Número de municípios segundo grupos do IPDM .....	38
Gráfico 9: Índice de Gini .....	40
Gráfico 10: Número de microrregiões segundo tipologia sub-regional da PNDR..	44
Gráfico 11: Percentual do PIB do Estado de São Paulo segundo Regionalização CDHU.....	48
Gráfico 12: Estrutura setorial do Valor Adicionado segundo Regionalização CDHU.....	49
Gráfico 13: Percentual do PIB do Estado de São Paulo segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana.....	51
Gráfico 14: Estrutura setorial do Valor Adicionado segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana .....	52

Gráfico 15: Área colhida total (em hectares) por Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana .....	56
Gráfico 16: Participação das lavouras na área total colhida do Estado (em hectares).....	57
Gráfico 17: Quantidade produzida de cana-de-açúcar (em toneladas) segundo Regionalização CDHU .....	60
Gráfico 18: Quantidade produzida (em toneladas) segundo Regionalização CDHU.....	61
Gráfico 19: Quantidade produzida de cana-de-açúcar (em toneladas) segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana.....	62
Gráfico 20: Quantidade produzida (em toneladas) segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana .....	63
Gráfico 21: Número de Galináceos (em cabeças) segundo Regionalização CDHU	64
Gráfico 22: Número de bovinos (em cabeças) segundo Regionalização CDHU .....	65
Gráfico 23: Quantidade produzida de madeira em tora para papel e celulose (em m <sup>3</sup> ) segundo Regionalização CDHU .....	66
Gráfico 24: Arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (em R\$) segundo Regionalização CDHU.....	67
Gráfico 25: Arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (em R\$) segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana.....	67
Gráfico 26: Participação de cada setor no total de empregos formais do Estado...	68
Gráfico 27: Distribuição dos empregos formais segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana .....	69
Gráfico 28: Percentual de empregos na indústria por intensidade tecnológica segundo Regionalização CDHU .....	70
Gráfico 29: Percentual de empregos na indústria por intensidade tecnológica segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana.....	71
Gráfico 30: Distribuição dos empregos formais nos serviços segundo Regionalização CDHU.....	73
Gráfico 31: Percentual de empregos formais nos Serviços Intensivos em Conhecimento <sup>6</sup> segundo Regionalização CDHU .....	75
Gráfico 32: Percentual de empregos formais nos Serviços Intensivos em Conhecimento <sup>7</sup> segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana .....	76
Gráfico 33: Distribuição percentual da escolaridade dos empregos formais segundo Regionalização CDHU.....	77
Gráfico 34: Distribuição percentual da escolaridade dos empregos formais segundo	

Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana .....	78
Gráfico 35: Distribuição percentual da renda dos empregos formais segundo Regionalização CDHU .....	79
Gráfico 36: Grau de escolaridade na faixa de renda até 3 salários mínimos segundo Regionalização CDHU.....	80
Gráfico 37: Grau de escolaridade na faixa de renda de mais de 10 salários mínimos segundo Regionalização CDHU .....	81
Gráfico 38: Distribuição percentual da renda dos empregos formais segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana .....	82
Gráfico 39: Grau de escolaridade na faixa de renda até 3 salários mínimos segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana .....	83
Gráfico 40: Grau de escolaridade na faixa de renda de mais de 10 salários mínimos segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana .....	84
Gráfico 41: Pessoas ocupadas <sup>8</sup> segundo Estratos Geográficos do estado de São Paulo .....	86
Gráfico 42: Quantidade de ingressantes segundo Regionalização CDHU.....	90
Gráfico 43: Instituições de Ensino Superior por categoria administrativa, segundo Regionalização CDHU.....	91
Gráfico 44: Quantidade de ingressantes segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana .....	92
Gráfico 45: Instituições de Ensino Superior por categoria administrativa, segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana .....	93
Gráfico 46: Quantidade de matrículas <sup>9</sup> em cursos de graduação segundo organização acadêmica, por Regionalização CDHU .....	94
Gráfico 47: Quantidade de matrículas em cursos de graduação segundo faixas etárias, por Regionalização CDHU .....	95
Gráfico 48: Quantidade de matrículas <sup>10</sup> em cursos de graduação segundo organização acadêmica, por Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana .....	96
Gráfico 49: Quantidade de matrículas em cursos de graduação segundo faixas etárias, por Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana .....	97
Gráfico 50: Número de municípios segundo conceitos do IFGF.....	100
Gráfico 51: ICMS Acumulado em 2023, segundo Regionalização CDHU .....	104
Gráfico 52: FPM Acumulado em 2023, segundo Regionalização CDHU .....	105
Gráfico 53: ICMS Acumulado em 2023, segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana .....	106
Gráfico 54: FPM Acumulado em 2023, segundo Regiões Metropolitanas e Aglomera-	

ção Urbana .....	107
Gráfico 55: Investimentos anunciados acumulados em 2023, segundo Regionalização CDHU.....	110
Gráfico 56: Investimentos anunciados acumulados em 2023, segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana .....	111

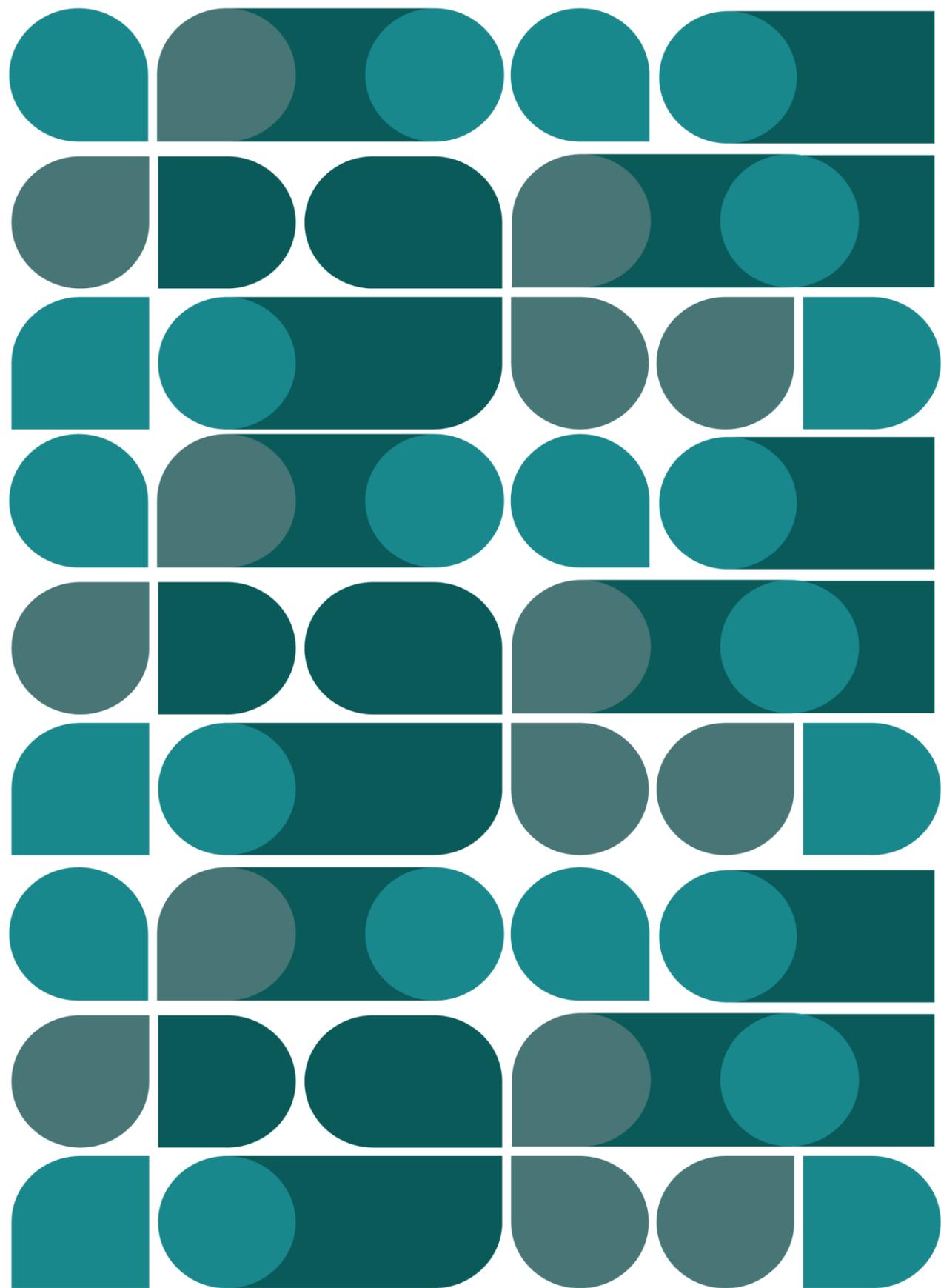
## ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1: Classes de Tamanho da população dos municípios .....	24
Mapa 2: Domicílios de uso ocasional no estado de São Paulo .....	27
Mapa 3: Domicílios vagos no estado de São Paulo.....	27
Mapa 4: Índice de Envelhecimento.....	29
Mapa 5: Razão de Dependência .....	30
Mapa 6: Razão de Sexo.....	30
Mapa 7: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.....	35
Mapa 8: Índice Paulista de Desenvolvimento Municipal.....	37
Mapa 9: Índice de Gini: Brasil .....	39
Mapa 10: Tipologia Sub-regional da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR): Brasil.....	41
Mapa 11: Tipologia Sub-regional da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR): Estado de São Paulo.....	43
Mapa 12: Produto Interno Bruto e Valor Adicionado segundo Regionalização CDHU.....	48
Mapa 13: Produto Interno Bruto e Valor Adicionado segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana .....	51
Mapa 14: Percentual do valor adicionado do setor de Serviços: municípios do estado de São Paulo.....	52
Mapa 15: Atividade econômica com maior valor adicionado bruto: municípios do estado de São Paulo.....	53
Mapa 16: Segunda atividade econômica com maior valor adicionado bruto: municípios do estado de São Paulo .....	53
Mapa 17: Área colhida: Cana-de-açúcar .....	55
Mapa 18: Área colhida: Soja.....	56
Mapa 19: Área colhida: Milho.....	56
Mapa 20: Área colhida: Laranja .....	57

Mapa 21: Área colhida: Café .....	57
Mapa 22: Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais.....	66
Mapa 23: Índice Firjan de Gestão Fiscal.....	99

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Cidades médias por regiões.....	25
Quadro 2: Principais setores produtivos da Região CDHU Bauru-Marília-Araraquara .....	114
Quadro 3: Principais setores produtivos da Região CDHU Itapeva-Sorocaba .....	115
Quadro 4: Principais setores produtivos da Região CDHU Piracicaba-Campinas-Jun- diáí.....	116
Quadro 5: Principais setores produtivos da Região CDHU Presidente Prudente-Araça- tuba .....	117
Quadro 6: Principais setores produtivos da Região CDHU Registro-Santos.....	118
Quadro 7: Principais setores produtivos da Região CDHU Ribeirão Preto-Franca-Bar- retos.....	119
Quadro 8: Principais setores produtivos da Região CDHU São José do Rio Preto.....	120
Quadro 9: Principais setores produtivos da Região CDHU São Paulo .....	121
Quadro 10: Principais setores produtivos da Região CDHU Vale do Paraíba e Litoral Norte.....	122



# CARACTERIZAÇÃO DO CENÁRIO ATUAL

A disparidade de desenvolvimento é clara dentro do estado, com concentração das atividades econômicas e, conseqüentemente, do Produto Interno Bruto, na região metropolitana de São Paulo e nos eixos do interior ao longo das rodovias Anhanguera, Bandeirantes e Presidente Dutra.

A variedade de atividades produtivas, desde as mais tecnológicas às mais intensivas em mão de obra, demonstra sua relevância para o desenvolvimento, não só do estado como um todo, mas dos municípios e de seus agrupamentos. Essa diversidade no padrão das atividades econômicas mostra a necessidade de investir cada vez mais em sua modernização, visando a inovação e o aumento do conseqüente retorno financeiro.

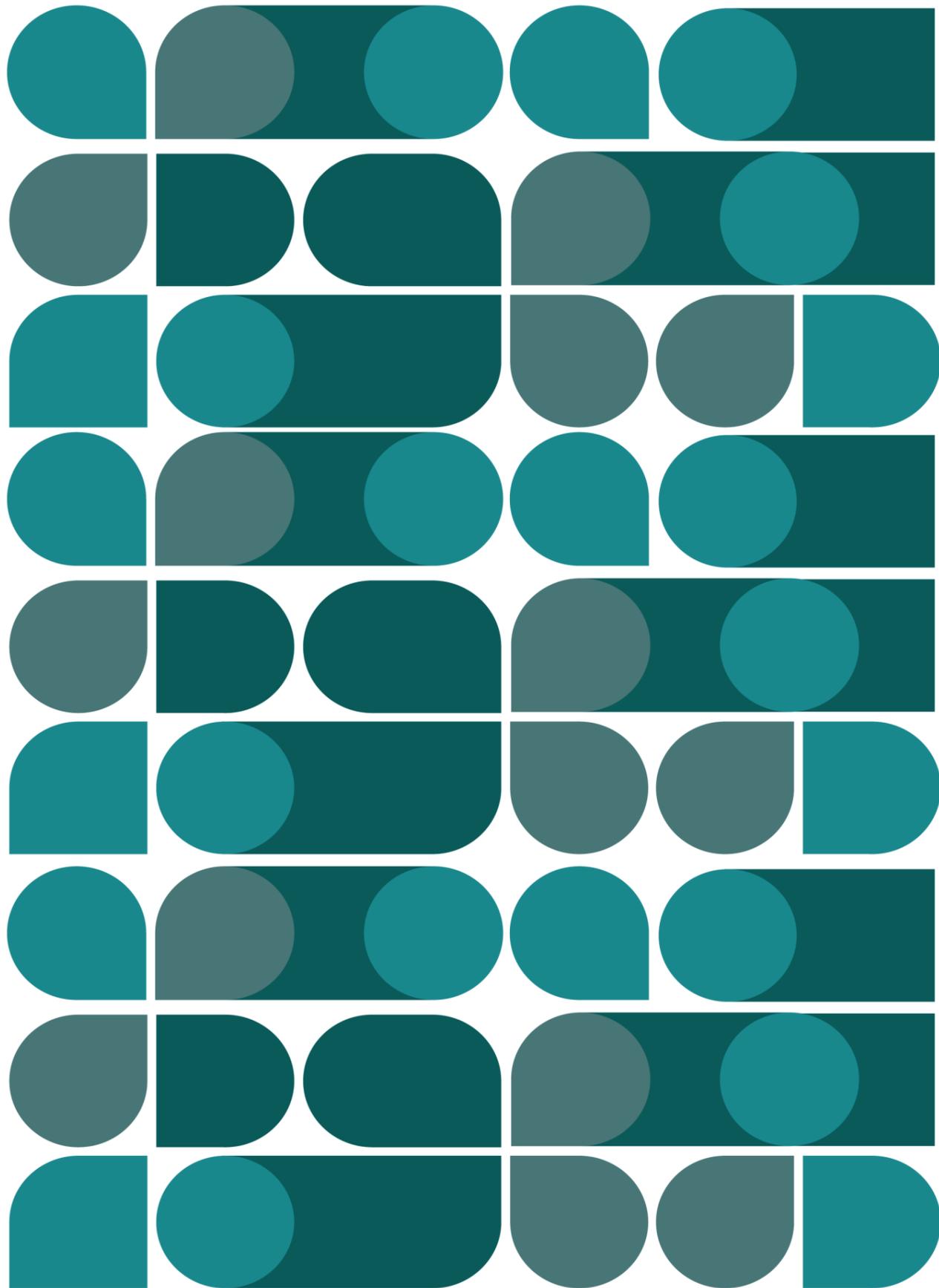
Para tanto, é fundamental a capacitação da mão de obra, objetivando o aprimoramento desde o pequeno produtor aos trabalhos de cunho mais avançado. O aumento do número de equipamentos de Ensino Superior e Tecnológico, sobretudo no interior do estado, é essencial.

Os investimentos anunciados no estado refletem ainda mais a concentração da produção econômica. Há a necessidade de incentivos para a distribuição dos recursos financeiros ao longo do estado, de maneira a estimular o desenvolvimento das regiões menos representativas do ponto de vista produtivo. Além disso, é primordial fomentar atividades geradoras de renda, como a agricultura familiar e orgânica, e o turismo.

De fundamental importância para a formulação de políticas públicas e o desenvolvimento das regiões, é a análise do cenário demográfico do estado. A dinâmica demográfica no estado de São Paulo é um reflexo da concentração econômica.

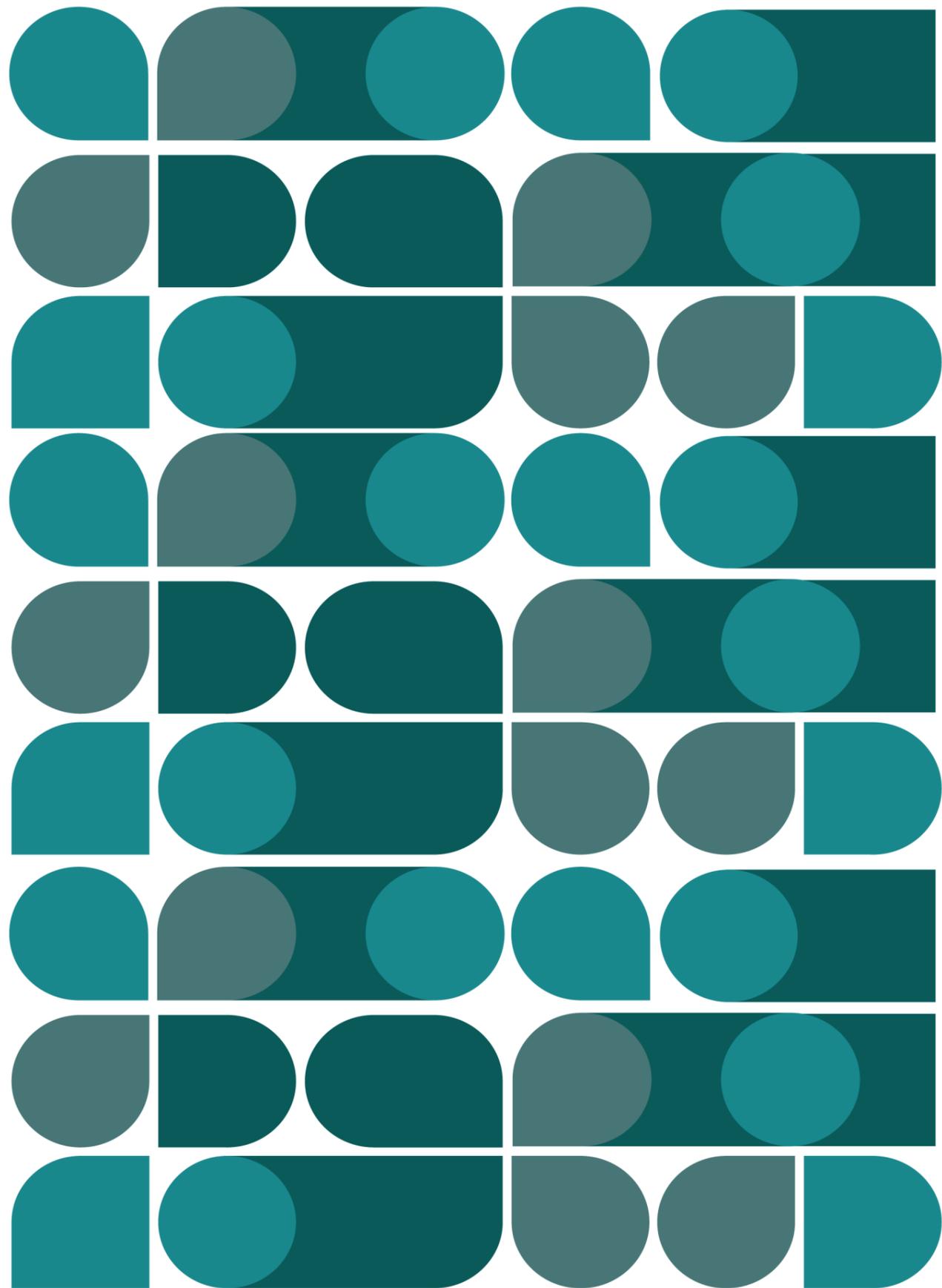
O cenário tendencial para a demografia paulista é de redução da intensidade de crescimento, mudando o perfil populacional, onde a participação dos grupos etários mais jovens será mais reduzida enquanto as faixas adultas e idosas estarão mais concentradas. Essa modificação tem impacto direto no foco das políticas públicas de educação, habitação, saúde, transporte e seguridade social.

Essa transformação terá repercussão também na economia. A oferta de mão de obra será mais escassa, com conseqüências sobre a taxa de desemprego e a formação dos salários. Por outro lado, essa tendência vai de encontro à necessidade de aumento da produtividade do trabalho, com, novamente, uma elevação da demanda por investimentos em educação, capacitação dos trabalhadores e inovação.



# DESTAQUES TEMÁTICOS

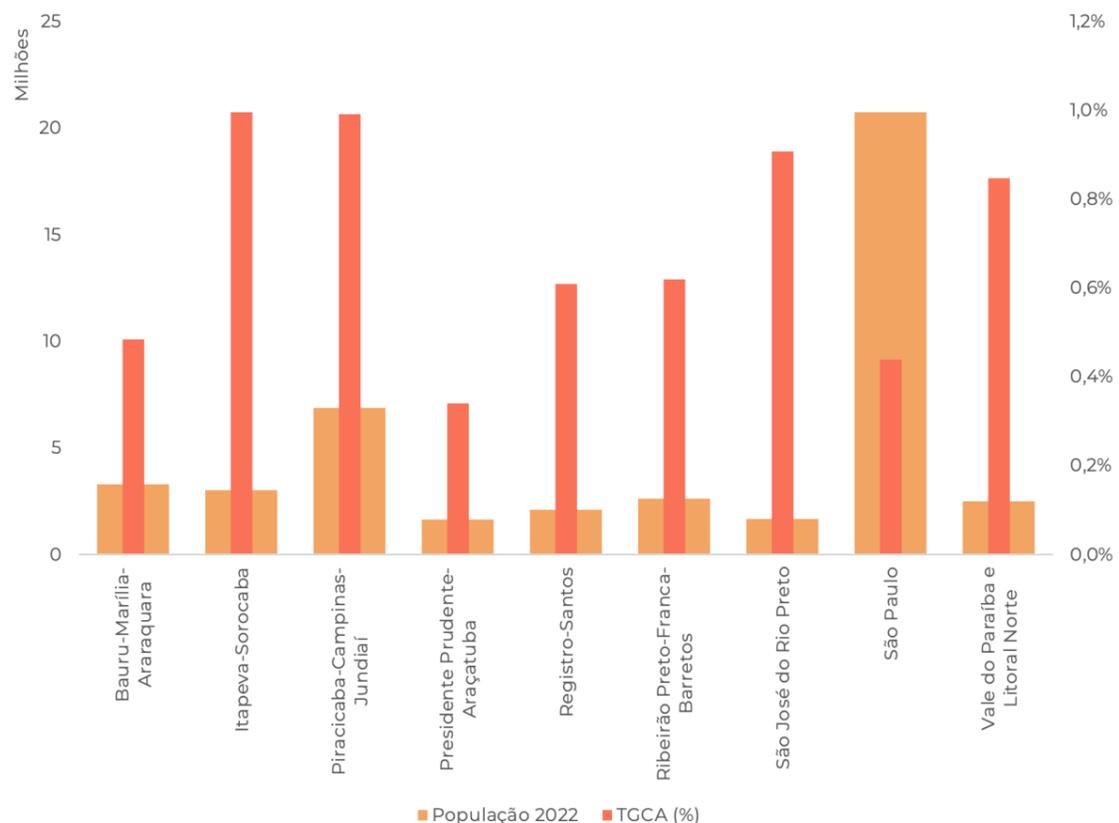
- Entre 2010 e 2022, houve um crescimento demográfico do interior do estado, com taxas geométricas de crescimento populacional mais elevadas, principalmente nos municípios de médio porte, o que permite inferir um deslocamento da população, acompanhando o desenvolvimento econômico dos novos eixos de concentração de atividades produtivas.
  - Há uma grande concentração das atividades produtivas e oportunidades de empregos, com a região metropolitana de São Paulo representando 51% do Produto Interno Bruto e 54% dos empregos formais do estado, o que aponta a necessidade de estímulo ao desenvolvimento econômico das demais regiões.
  - Há um espraiamento das atividades produtivas somente em direção das regiões metropolitanas de Campinas, Sorocaba e Vale do Paraíba e Litoral Norte, de forma que se deve identificar e fomentar as potencialidades das regiões menos pujantes do ponto de vista econômico, buscando reduzir os desequilíbrios dentro do estado.
  - A indústria de baixa intensidade tecnológica ainda concentra a maior parte dos empregos formais, e os serviços intensivos em conhecimento estão localizados na região metropolitana de São Paulo, o que mostra a necessidade de estímulo a atividades de cunho mais tecnológico no estado, por meio do investimento em inovação e promoção de Pesquisa e Desenvolvimento.
  - Os investimentos anunciados em 2023 tiveram como foco as regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas, denotando a necessidade de atração de investimentos de forma mais espraia-
- da, visando o desenvolvimento regionalizado e do estado como um todo.
- O ensino médio é o maior grau de escolaridade dos empregos formais, sendo que estes trabalhadores auferem rendas ainda reduzidas, chegando a apenas 3 salários mínimos, o que está diretamente ligado à concentração de equipamentos de Ensino Superior e Tecnológico em poucas regiões, afetando a qualificação da mão de obra.



# DINÂMICA DEMOGRÁFICA

### 3.1. POPULAÇÃO

**Gráfico 1: População absoluta e taxa geométrica de crescimento por Regionalização CDHU**



Fonte: IBGE (2023a; 2020<sup>1</sup>). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

Apesar do número absoluto de pessoas ser maior na região metropolitana de São Paulo, a taxa geométrica de crescimento populacional anual (TGCA) foi mais elevada no interior, especialmente nas regiões Itapeva-Sorocaba e Piracicaba-Campinas-Jundiaí.

A RM de São Paulo teve perda de um ponto percentual na participação no total da população estadual, condizente com o aumento das TGCA do interior.

Destaca-se, também, o crescimento das cidades médias no interior. Foram assim

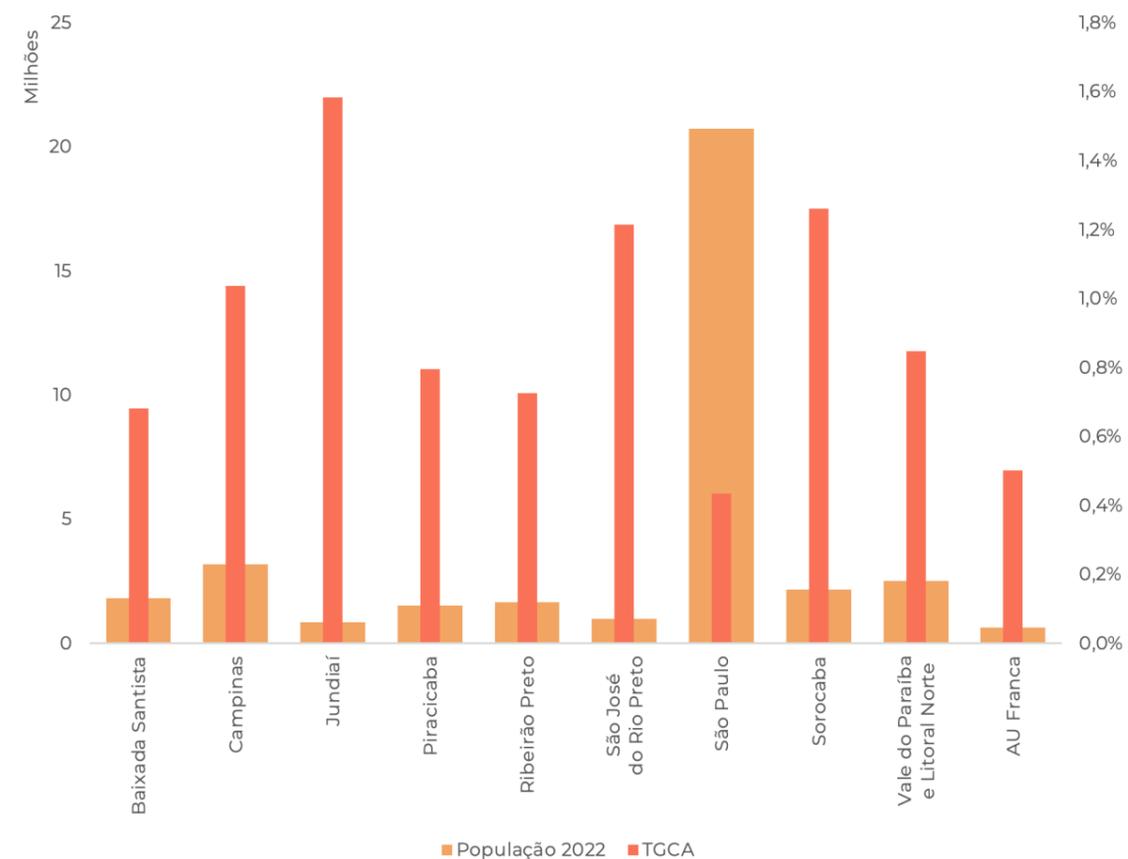
classificados os municípios que, na hierarquização das Regiões de Influência das Cidades (REGIC 2018) – estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) –, são considerados Capital Regional B ou C; possuem entre 200 e 700 mil habitantes; e apresentam economia relevante localmente. Correspondem a essa categorização 19 municipalidades do estado, apresentadas no quadro a seguir. Dentre elas, 15 apresentaram TGCA acima do estado (0,6%), variando entre 0,7% (Presidente Prudente) até 2,4% (Praia Grande).

<sup>1</sup> Censo 2022 e Regiões de Influência das Cidades 2018.

**Quadro 1: Cidades médias por regiões**

- Bauru-Marília-Araquara: Araraquara, Bauru, Marília, São Carlos
- Piracicaba-Campinas-Jundiaí: Americana, Jundiaí, Limeira, Piracicaba
- Presidente Prudente-Araçatuba: Araçatuba, Presidente Prudente
- Registro-Santos: Guarujá, Praia Grande, Santos, São Vicente
- Ribeirão Preto-Franca-Barretos: Franca
- São José do Rio Preto: São José do Rio Preto
- Vale do Paraíba e Litoral Norte: Jacareí, São José dos Campos, Taubaté

**Gráfico 2: População absoluta e taxa geométrica de crescimento por Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana**



Fonte: IBGE (2023a; 2020<sup>2</sup>). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

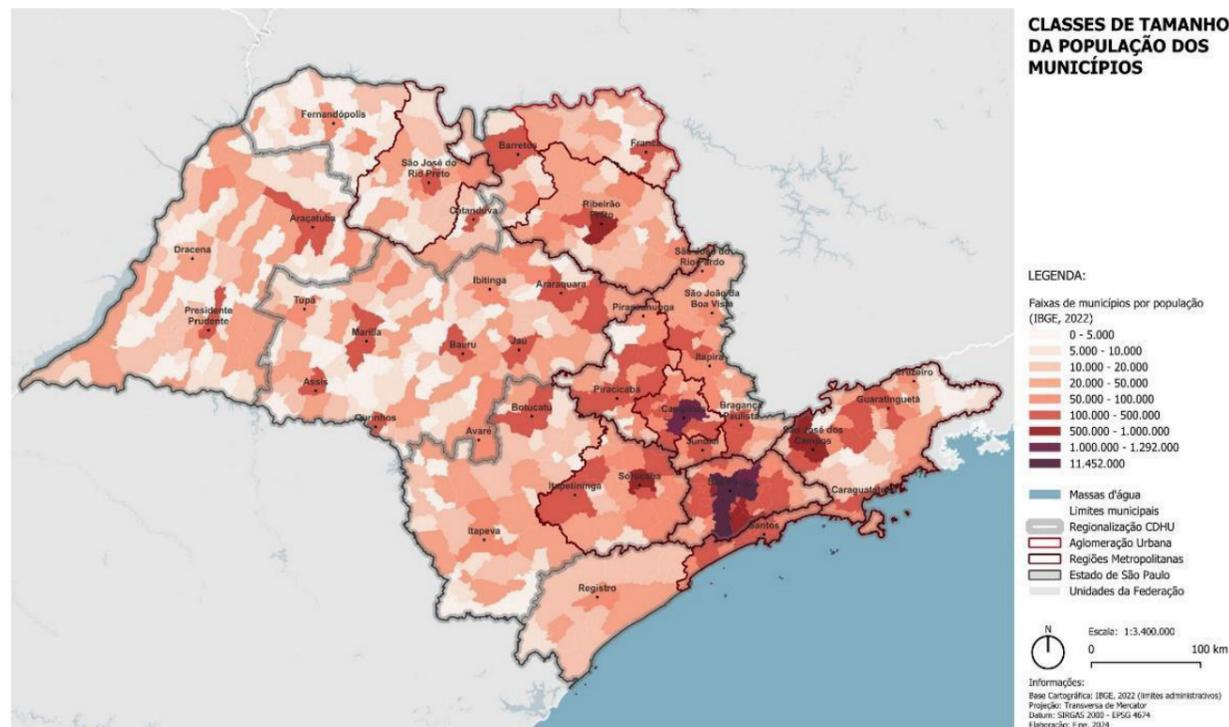
<sup>2</sup>Censo 2022 e Regiões de Influência das Cidades 2018.

Destacam-se as altas TGCA de Jundiá (1,6%) e São José do Rio Preto (1,2%), embora o número absoluto de pessoas ainda não alcance um milhão de habitantes nessas regiões. A RM de Sorocaba também se sobressai, com TGCA de 1,3%.

Considerando as cidades médias do interior apontadas anteriormente, 13 das 19 estão localizadas nas RMs e na AU de Franca, demonstrando como esses arranjos podem impulsionar o crescimento do interior do estado.

As nove regiões metropolitanas e a aglomeração urbana de Franca juntas representam 81,1% da população do estado, o que mostra a disparidade de ocupação dentro do território estadual.

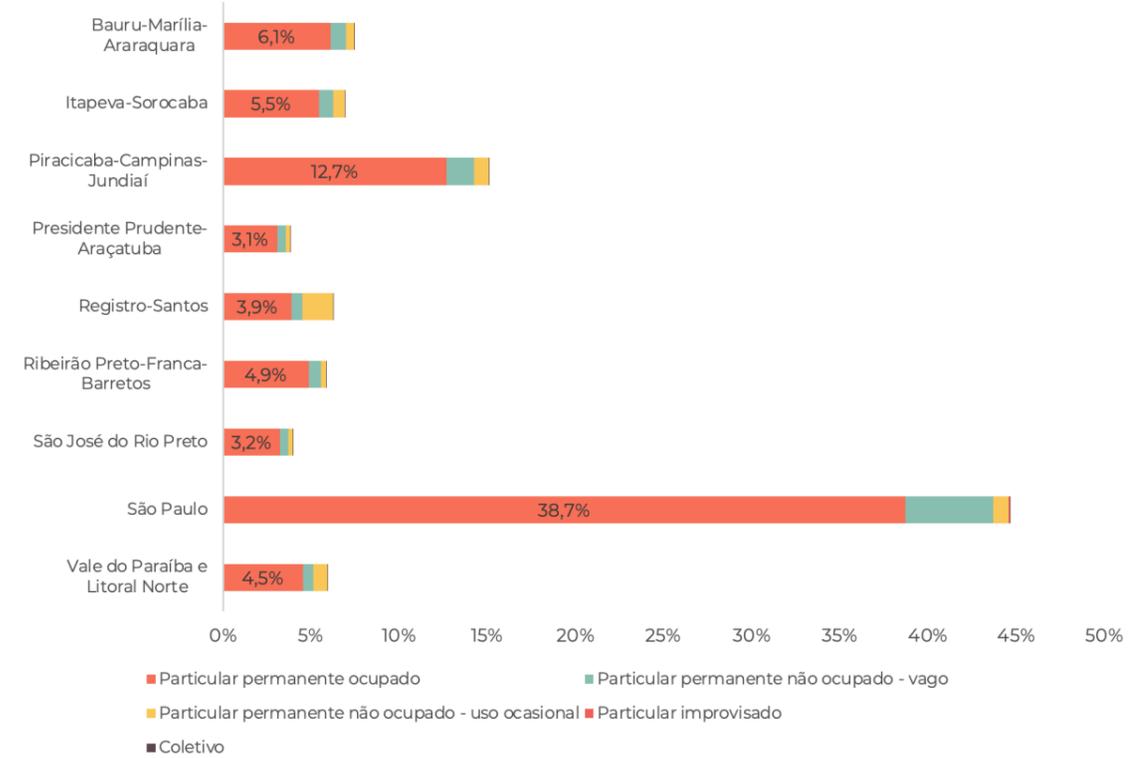
Mapa 1: Classes de Tamanho da população dos municípios



Fonte: IBGE (2023a). Elaboração Equipe Fipe

### 3.2. DOMICÍLIOS

Gráfico 3: Domicílio por espécie, segundo Regionalização CDHU



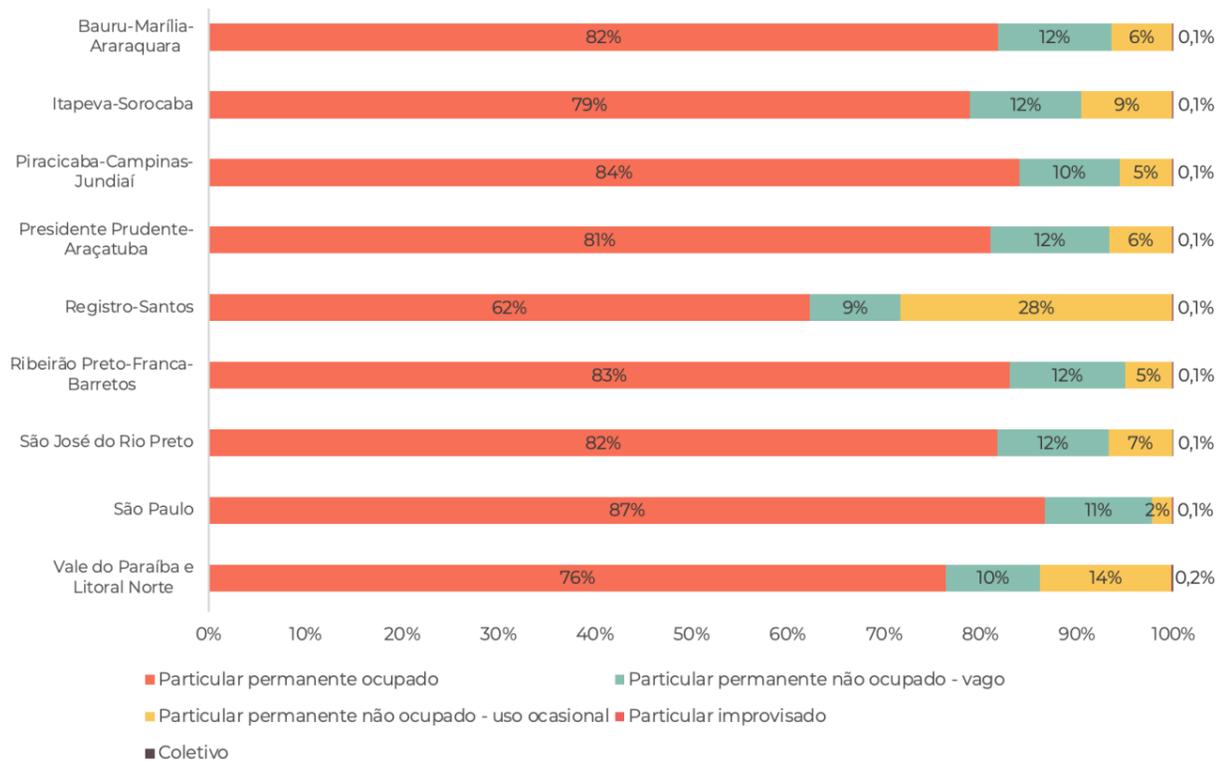
Fonte: IBGE (2023a). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

Em 2022, o total de domicílios no estado foi de 19,6 milhões. A distribuição dos domicílios acompanha os dados de população, com maior concentração na região metropolitana de São Paulo e em Piracicaba-Campinas-Jundiá. Considerando apenas as nove regiões metropolitanas e a aglomeração urbana de Franca, estas representam 80,4% do total de domicílios do estado.

Considerando a regionalização CDHU, destacam-se duas regiões que apresentaram média maior que a estadual, Itapeva-Sorocaba e Vale do Paraíba e Litoral Norte, ambas com 2,79. Entre as RMs, a maior média foi a de Sorocaba, 2,81, seguida pela de Jundiá, 2,80.

A média de moradores em domicílios particulares permanentes no estado foi de 2,72 pessoas, número condizente com a mudança nas estruturas das famílias, ligada à taxa menor de fecundidade e consequente processo de envelhecimento da população.

**Gráfico 4: Domicílio por espécie em cada região, segundo Regionalização CDHU**

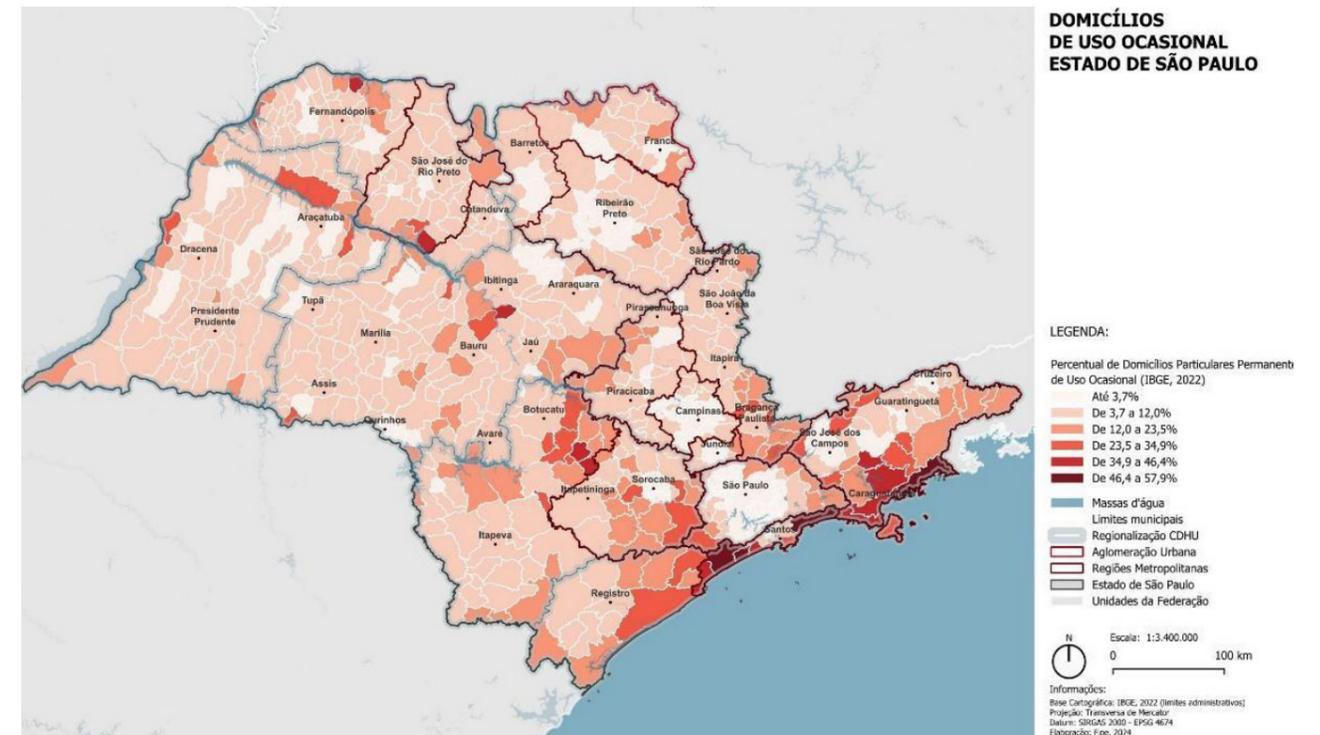


Fonte: IBGE (2023a). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

Considerando a distribuição dos tipos de domicílios, destaca-se o elevado percentual (28%) de domicílios de uso ocasional na região Registro-Santos, o que se justifica pelo grande número de imóveis de veraneio e de uso turístico. Pela mesma razão, na regionalização do Vale do Paraíba e do Litoral Norte, o percentual dessa espécie de domicílios (14%) também difere das demais regiões.

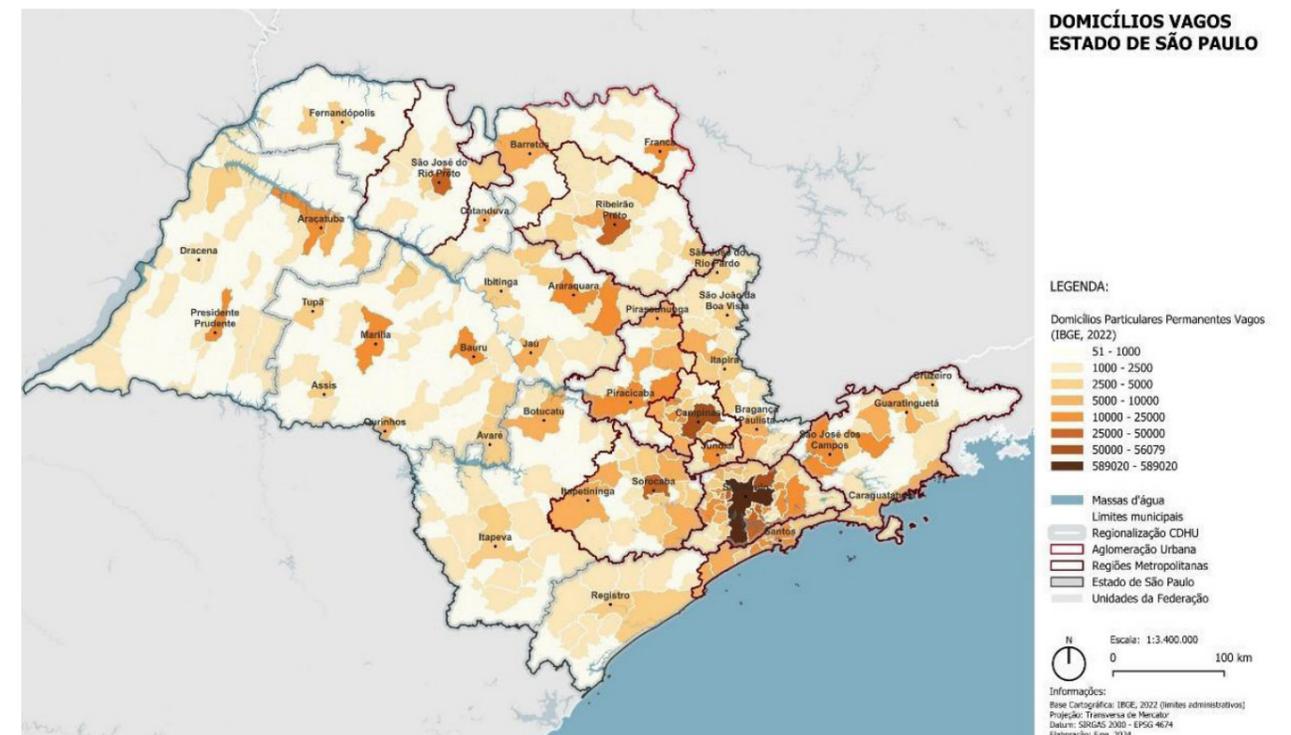
No caso dos domicílios vagos, o percentual se mantém no mesmo patamar em todas as regiões. No entanto, quando se avalia o número absoluto, cuja distribuição por municípios é mostrada no mapa 3, só a capital São Paulo tem cerca de 589 mil domicílios, o que representa 27% do total do estado. A discussão sobre os domicílios vagos relaciona-se com as questões habitacionais; contudo, a falta de uma caracterização mais detalhada das condições desses domicílios impede uma análise mais aprofundada.

**Mapa 2: Domicílios de uso ocasional no estado de São Paulo**



Fonte: IBGE (2023a). Elaboração Equipe Fipe

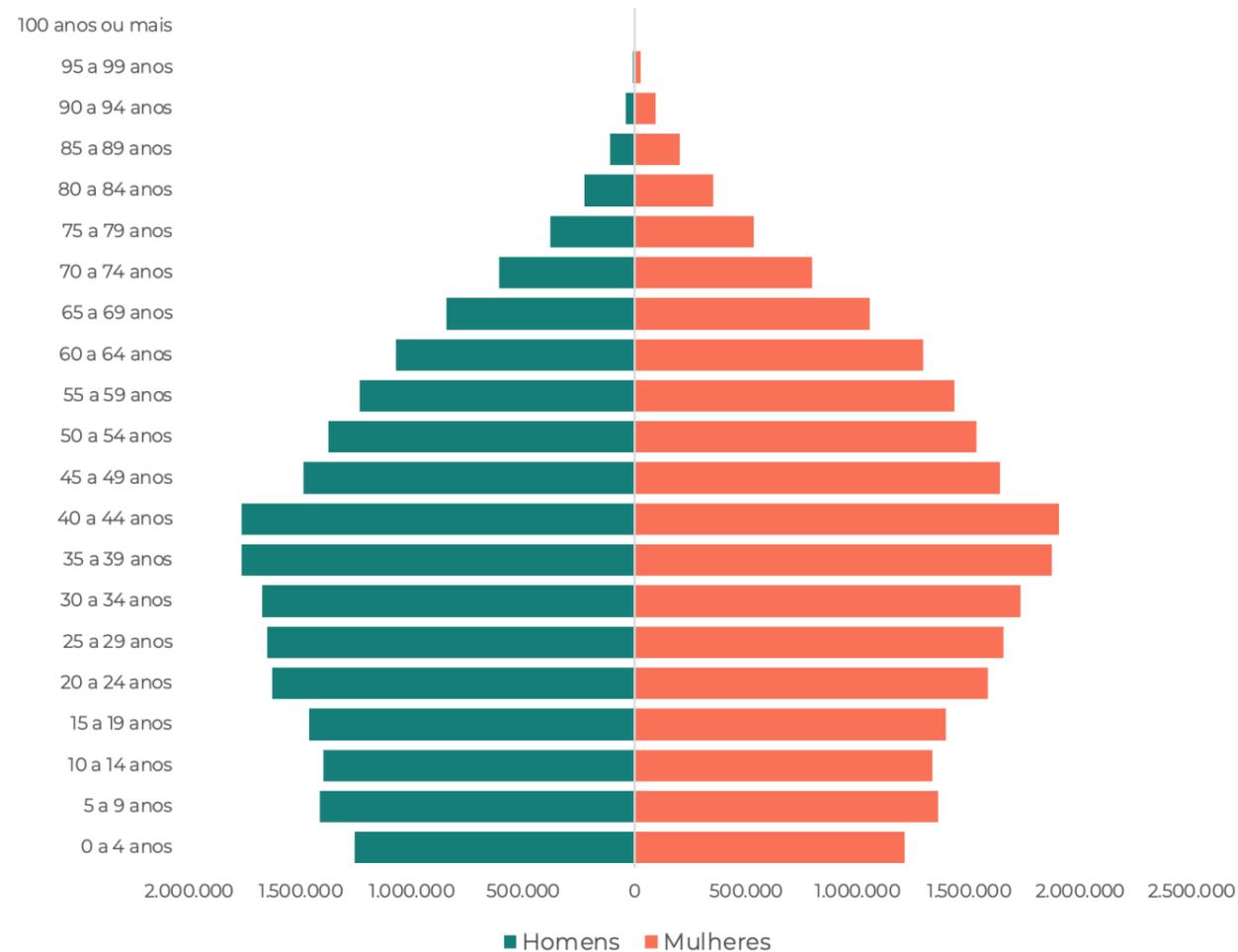
**Mapa 3: Domicílios vagos no estado de São Paulo**



Fonte: IBGE (2023a). Elaboração Equipe Fipe

### 3.3. SEXO E FAIXAS ETÁRIAS

**Gráfico 5: População residente, segundo sexo e faixas etárias**



Fonte: IBGE (2023a). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

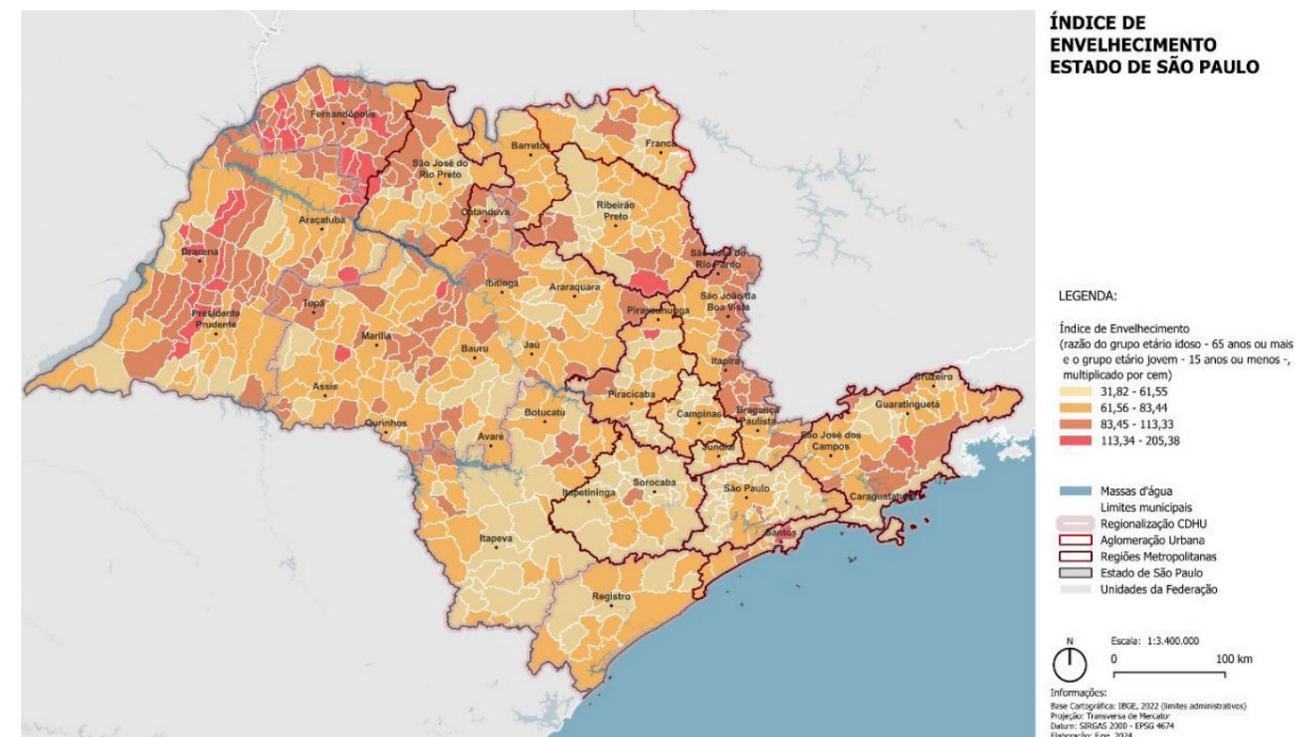
A pirâmide etária mostra o envelhecimento da população, uma vez que os grupos etários mais jovens (abaixo de 15 anos), que formam a base da pirâmide, estão mais reduzidos que as faixas até os 55 anos, que representam uma boa parcela da população economicamente ativa. Esse resultado sinaliza que, no futuro, haverá uma concentração maior dos grupos etários adulto e idoso.

O Índice de Envelhecimento, que é a razão do grupo etário idoso (65 anos ou mais) e o grupo etário jovem (15 anos ou menos) multiplicada por cem, foi de 66,27 idosos para cada 100 crianças em 2022, enquanto o de 2010 foi 36,5. Esse resultado reforça a mudança do perfil populacional do estado. Já a Razão de Dependência indica a quantidade de pessoas suportadas pela população potencialmente produtiva, calculada pela soma dos jovens de 0

a 14 anos e os idosos de 65 ou mais anos de idade, dividida pelo número de pessoas de 15 a 64 anos, multiplicada por cem. Em 2022, ela foi de 42,57, mostrando leve aumento em relação à de 2010 (41,47). Desta forma, pode-se antever uma provável perda da capacidade da população economicamente ativa para financiar os grupos dependentes da população.

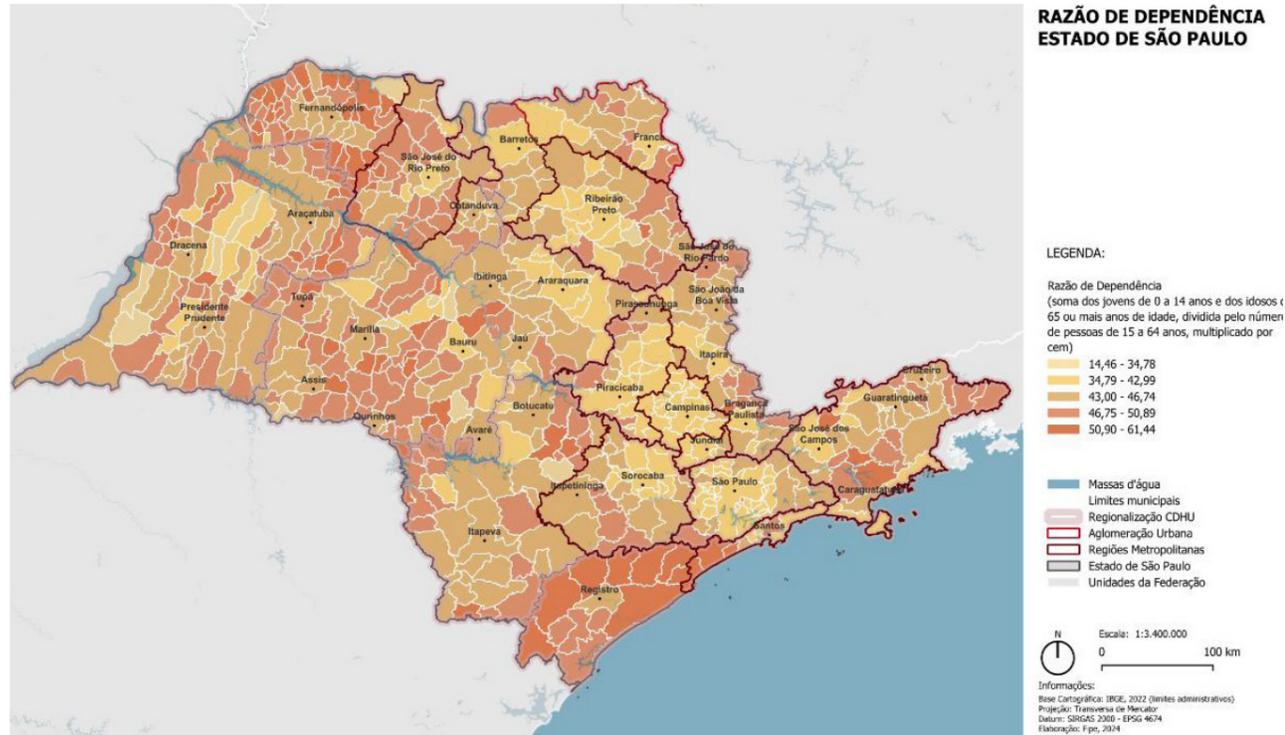
A pirâmide mostra também a predominância de mulheres a partir dos 25 anos de idade, o que é confirmado pelo resultado da Razão de Sexo, que foi de 92,97 em 2022. A Razão de Sexo demonstra o número de homens para cada grupo de 100 mulheres na população residente e é orientativa para o planejamento e avaliação de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, segurança e emprego.

**Mapa 4: Índice de Envelhecimento**



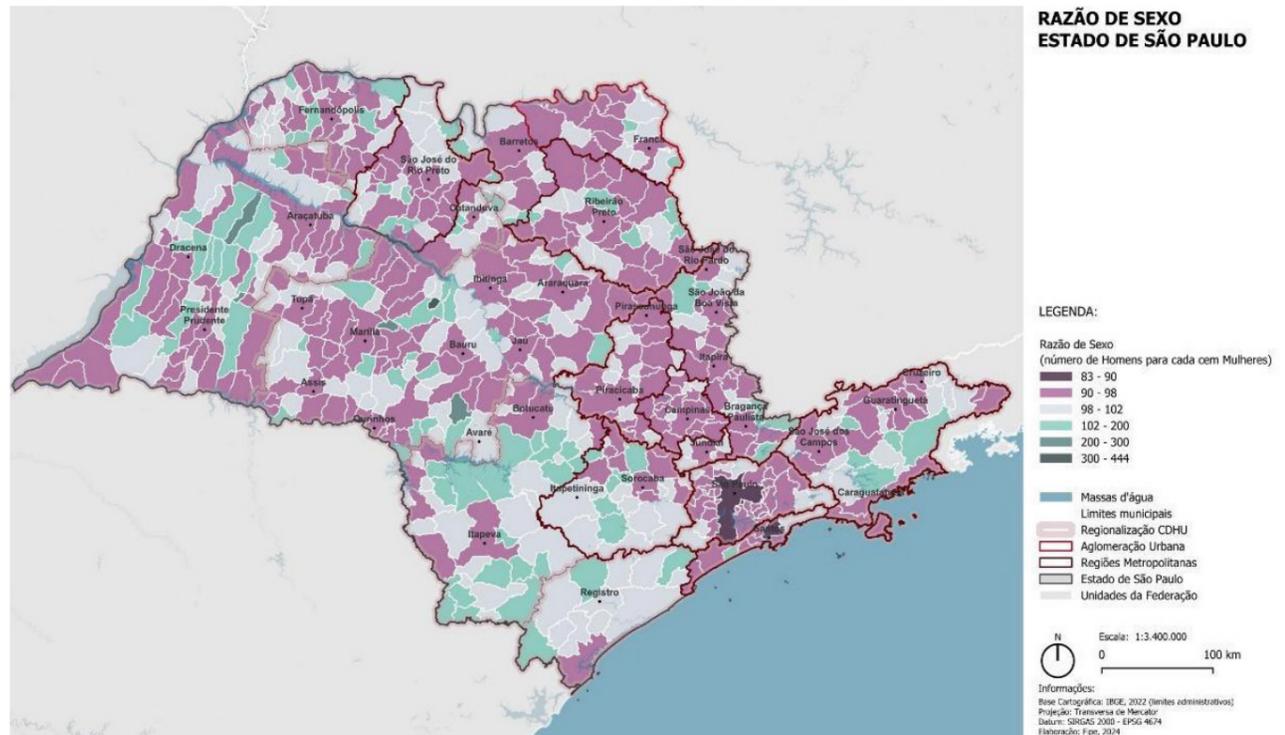
Fonte: IBGE (2023a). Elaboração Equipe Fipe

### Mapa 5: Razão de Dependência

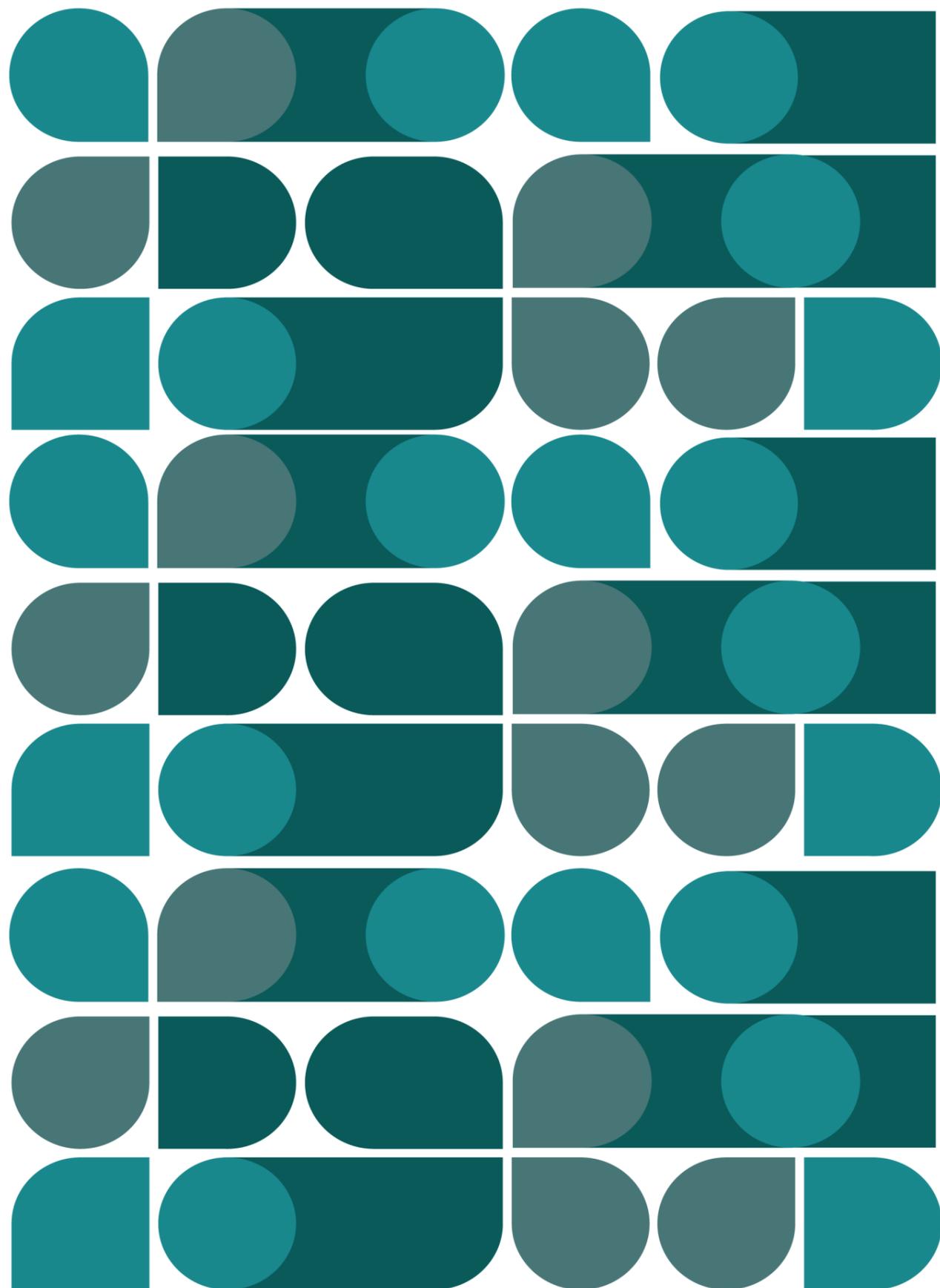


Fonte: IBGE (2023a). Elaboração Equipe Fipe

### Mapa 6: Razão de Sexo



Fonte: IBGE (2023a). Elaboração Equipe Fipe



# INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

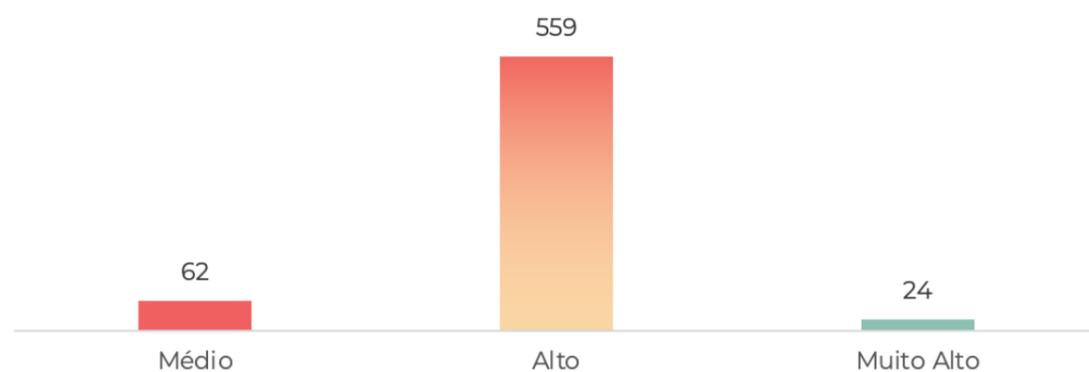
## 4.1. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM)

O IDHM busca mostrar alguns dos aspectos relevantes no desenvolvimento de um município: a saúde, a educação e a renda.

Os municípios do estado de São Paulo têm, em sua maioria, uma condição de desenvolvimento alta. Apenas 24 apresentam nível muito alto, entre eles cinco na região metropolitana de São Paulo, destacando a capital, e oito na região Piracicaba-Campinas-Jundiaí. Com desenvolvimento médio, entre os dez menores índices, sete estão na região de Itapeva-Sorocaba.

Nas regiões metropolitanas, localizam-se 17 municípios na faixa de desenvolvimento muito alto, com destaque para os já mencionados cinco da RMSP, seguida por quatro na RM de Campinas. Com desenvolvimento médio, considerando também a AU de Franca, são apenas 17 cidades, sendo que 10 delas estão na RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Estes números denotam a disparidade de desenvolvimento entre os municípios localizados em arranjos metropolitanos e os demais do estado.

Gráfico 6: Número de municípios segundo classes do IDHM

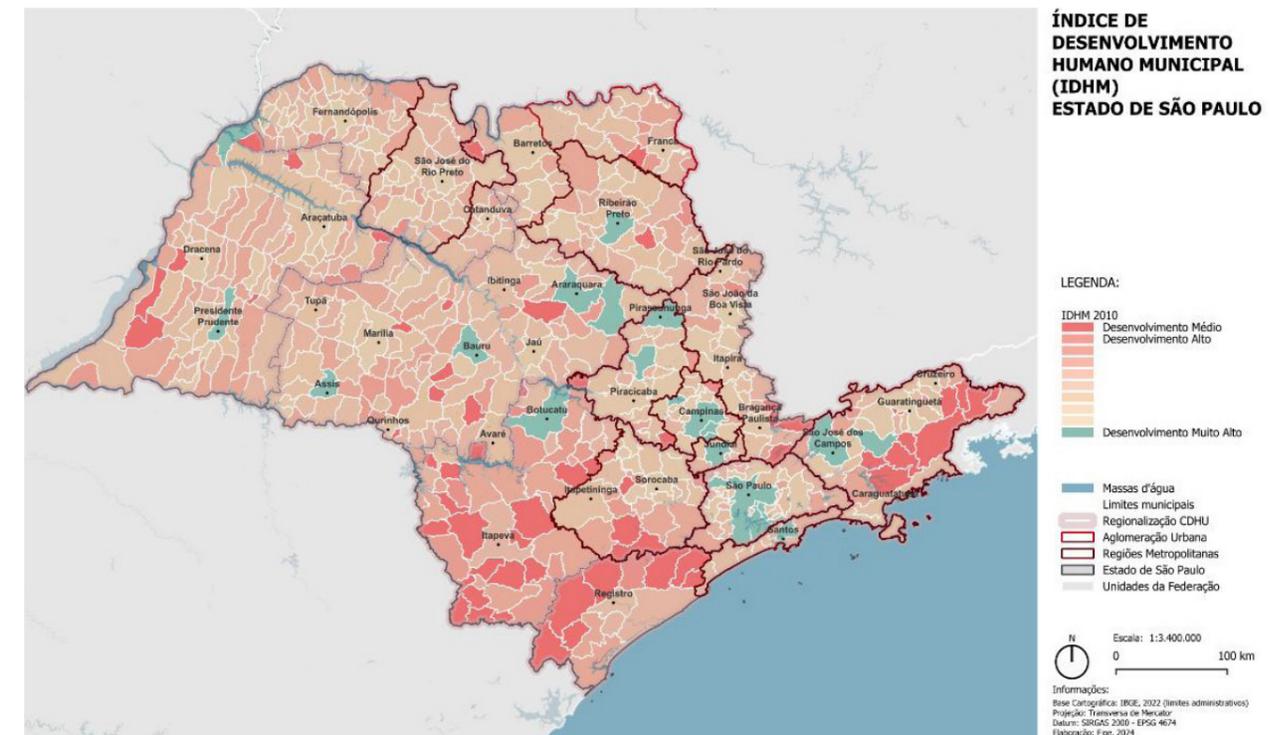


Fonte: PNUD (2013). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

### Composição:

- **Indicador de renda:** Renda mensal per capita (R\$ ago/2010)
- **Indicador de longevidade:** esperança de vida ao nascer
- **Indicador de escolaridade:** percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola; percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental regular; percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo; percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo; percentual da população de 18 anos ou mais de idade com o ensino fundamental completo

## Mapa 7: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal



Fonte: PNUD (2013). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

## 4.2. ÍNDICE PAULISTA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IPDM)

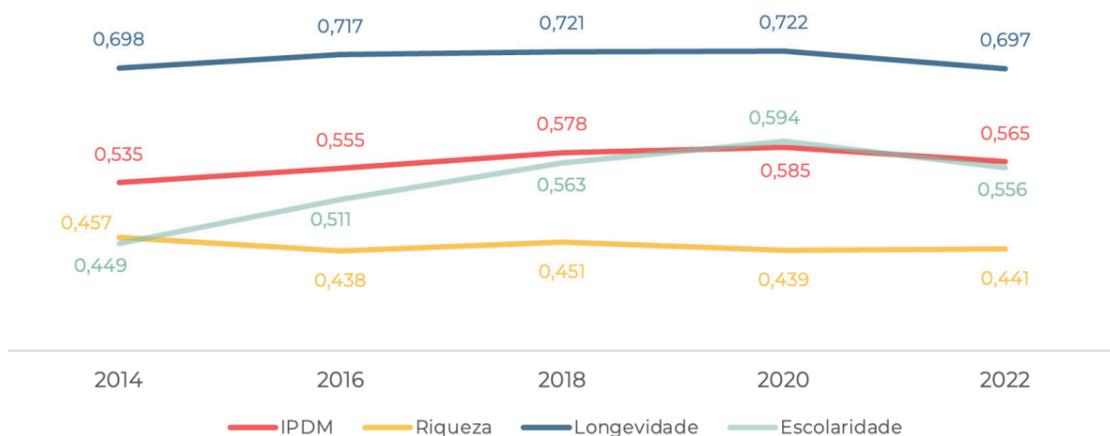
O IPDM foi desenvolvido pela Fundação Seade, inspirado no IDH, incorporando mais variáveis do que as que compõem o outro índice. Também tem como objetivo apresentar o desempenho dos municípios em relação à riqueza, à escolaridade e à longevidade.

O índice resulta da média aritmética dos três indicadores e é dividido em quatro categorias: Muito Alta (valor maior que 0,600); Alta (valor na faixa maior que 0,550)

e menor ou igual 0,600); Média (valor na faixa maior que 0,500 e menor ou igual a 0,550); e Baixa (valor menor ou igual 0,500).

O IPDM do estado de São Paulo estava, no ano de 2014, na categoria média, mas desde 2016, permanece na classificação alta. No entanto, em 2022, apresentou leve diminuição de seu valor, o que pode ser explicado pela queda nos indicadores de escolaridade e longevidade.

**Gráfico 7: IPDM e dimensões – Estado de São Paulo**



Fonte: Fundação SEADE (2022). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

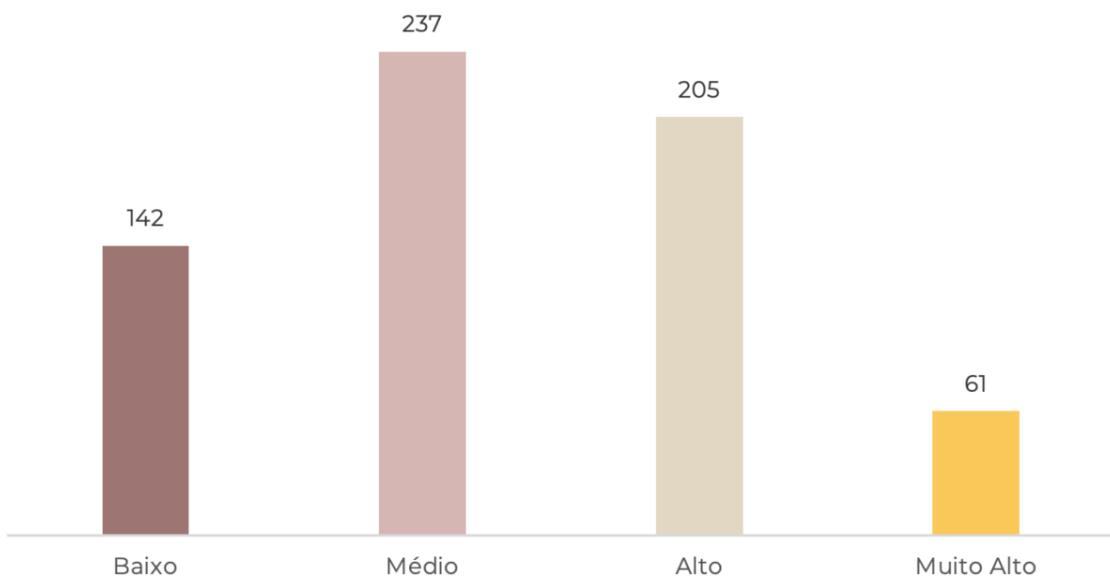
Considerando o resultado de 2022, os municípios paulistas concentram-se, majoritariamente, no grupo médio. No entanto, as classes alto e muito alto, somadas, chegam a 266 municípios, entre eles a capital São Paulo (Alto); destes, 63 estão na região de São José do Rio Preto e 55 em Piracicaba-Campinas-Jundiaí.

Dos municípios com IPDM baixo, a maior

parte se concentra nos eixos Itapeva-Sorocaba e Bauru-Marília-Araraquara.

As regiões metropolitanas do estado possuem 32 municípios com IPDM muito alto, sendo dez deles na RM de Campinas. Com IPDM baixo, contando também as cidades que formam a aglomeração urbana de Franca, são apenas 49 municípios, a maior parte na RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

**Gráfico 8: Número de municípios segundo grupos do IPDM**

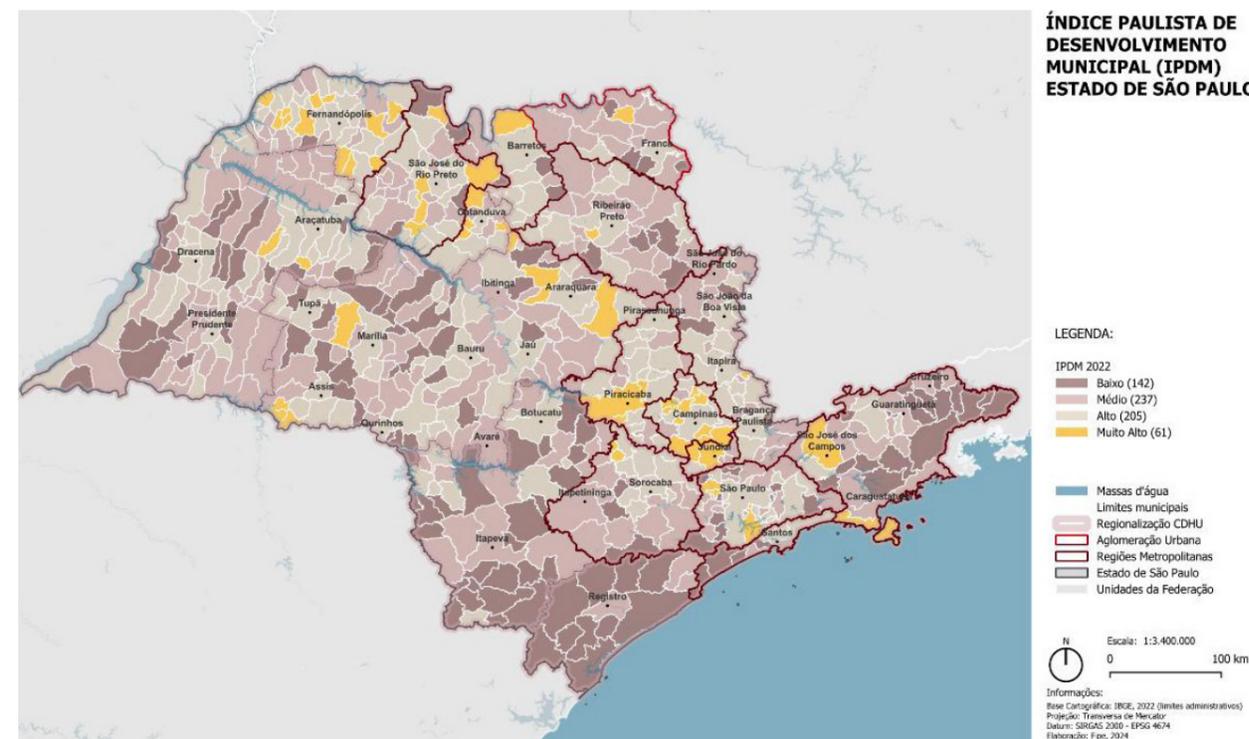


Fonte: Fundação SEADE (2022). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

**Composição:**

- **Indicador de riqueza:** Produto Interno Bruto per capita; Rendimento dos empregados formais, aposentados e pensionistas per capita; Consumo de energia elétrica por ligação residencial (ligações elétricas); Consumo de energia elétrica em atividades agrícolas, comerciais e de serviços por economias (ligações elétricas);
- **Indicador de longevidade:** Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos); Taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos vivos); Taxa de mortalidade da população de 15 a 39 anos; Taxa de mortalidade da população de 60 a 69 anos;
- **Indicador de escolaridade:** Taxa de atendimento escolar na faixa etária de 0 a 3 anos; Taxa de distorção idade-série para o Ensino Médio; Proporção média de alunos do 5º ano com proficiência em Língua Portuguesa e Matemática; Proporção média de alunos do 9º ano com proficiência em Língua Portuguesa e Matemática.

**Mapa 8: Índice Paulista de Desenvolvimento Municipal**



Fonte: Fundação SEADE (2022). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

### 4.3. ÍNDICE GINI

O Índice de Gini é um instrumento estatístico utilizado para a medição do grau de concentração de renda de uma determinada região. Mostra a diferença entre os rendimentos das classes mais pobres e das mais ricas e, numericamente, varia de zero a um. Quanto mais próximo de zero, menos desigual é a região analisada. Ao contrário, quanto mais perto do valor um, maior a desigualdade.

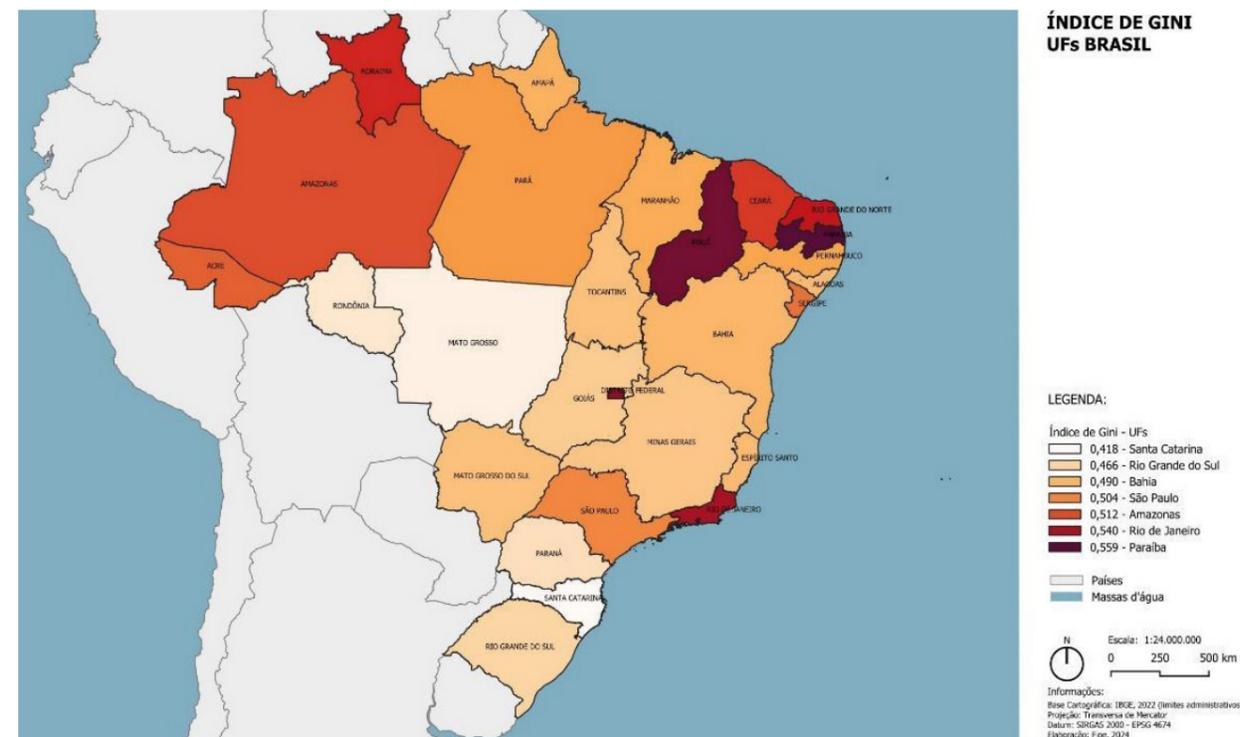
A mensuração do Índice de Gini, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, é feita a partir do rendimento domiciliar per capita, a preços médios do próprio ano. O rendimento do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade. Não são computadas no cálculo as pessoas cuja condição no

arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

O mapa 9 mostra o Índice de Gini para cada estado do país, medido a partir do rendimento mensal domiciliar per capita. Na comparação com os demais, em 2023, o estado de São Paulo encontrava-se em situação melhor que 10 estados, com índice de 0,504.

Analisando a série de 2013 a 2023, o índice para o estado de São Paulo foi constantemente menor que o do Brasil. Atingiu seu menor valor em 2022 (0,5), da mesma forma que o índice nacional (0,518), o que pode ser explicado pelo aumento dos benefícios sociais e das transferências de renda de programas federais.

Mapa 9: Índice de Gini: Brasil



Fonte: IBGE (2023e). Elaboração Equipe Fipe

Gráfico 9: Índice de Gini



Fonte: IBGE (2023e). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

## 4.4. TIPOLOGIA SUB-REGIONAL DA PNDR

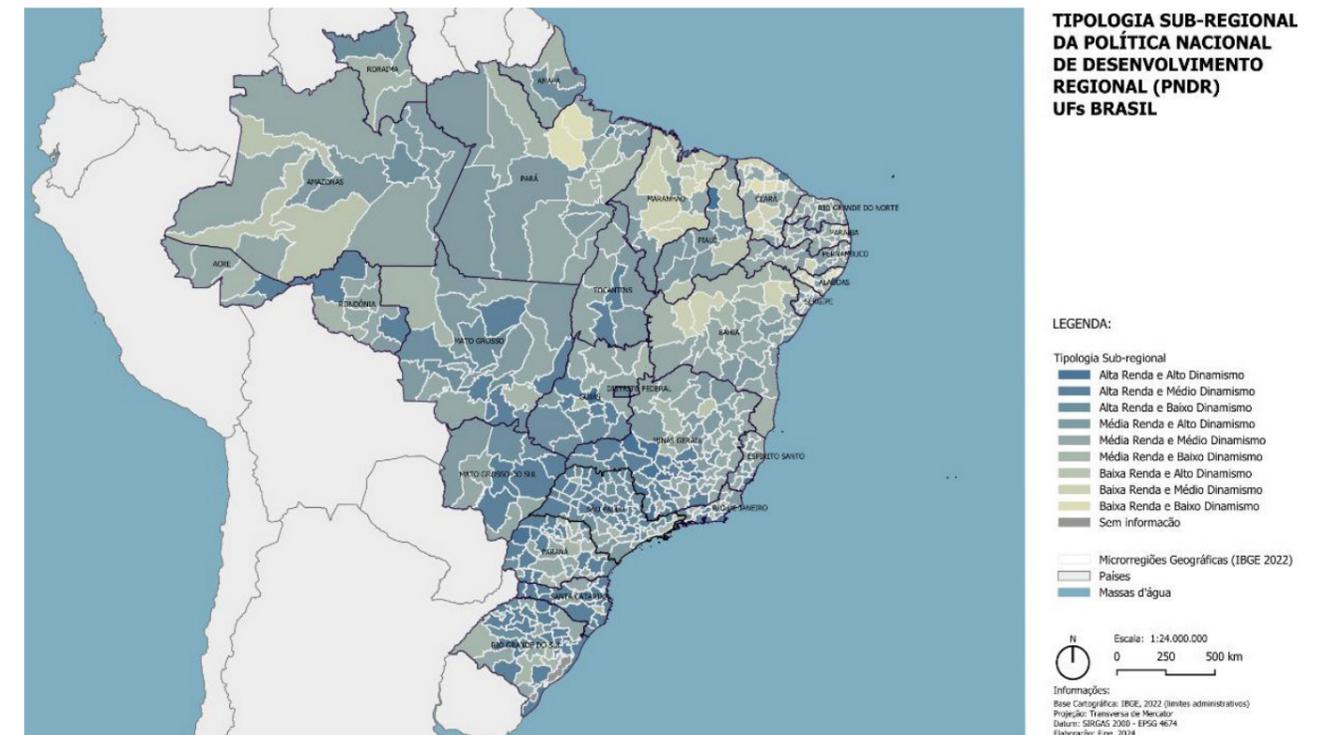
A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)<sup>3</sup>, criada em 2003, definiu uma tipologia sub-regional com o objetivo de estabelecer um quadro referencial para as desigualdades regionais brasileiras. A tipologia foi construída a partir de variáveis de distribuição de riqueza (renda per capita média) e da dinâmica produtiva (taxa de variação geométrica do Produto Interno Bruto per capita), aplicada em microrregiões geográficas do IBGE. Este nível de agregação foi escolhido ao invés dos municípios, uma vez que seria difícil identificar padrões de referência devido ao grande número de unidades. Além disso, a divisão em microrregiões permite a observação de fenômenos territoriais relevantes que extravasam as fronteiras municipais, adquirindo, desta forma, interesse sub-regional.

O cruzamento das variáveis de rendimento e dinâmica produtiva geraram nove situações possíveis:

- **Alta Renda com Alto, Médio e Baixo Dinamismo:** sub-regiões que possuem melhor nível de rendimento per capita do país e, necessariamente, acumulação social suficiente para se desenvolver, manter ou buscar melhor inserção produtiva no quadro nacional a médio e longo prazos. Consideradas as situações mais favoráveis;
- **Média Renda e Alto Dinamismo e Baixa Renda e Alto Dinamismo:** circunstâncias em que, com alta variação do PIB per capita, as sub-regiões podem ter ou têm capacidade de buscar uma melhor inserção produtiva, independentemente de seu patamar de rendimento;

- **Média Renda e Médio e Baixo Dinamismo:** caso em que uma situação de renda desfavorável se associa à incapacidade de se articular a um processo qualquer que traga dinamismo às características estruturais da sub-região, afetando diretamente a população residente;
- **Baixa Renda com Baixo Dinamismo e Baixa Renda com Médio Dinamismo:** sub-regiões assim classificadas têm situações mais críticas, pois o nível de acumulação social não tem capacidade de buscar maior inserção produtiva em nível nacional, de forma a melhorar os níveis de rendimento distribuídos à população residente.

## Mapa 10: Tipologia Sub-regional da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR): Brasil



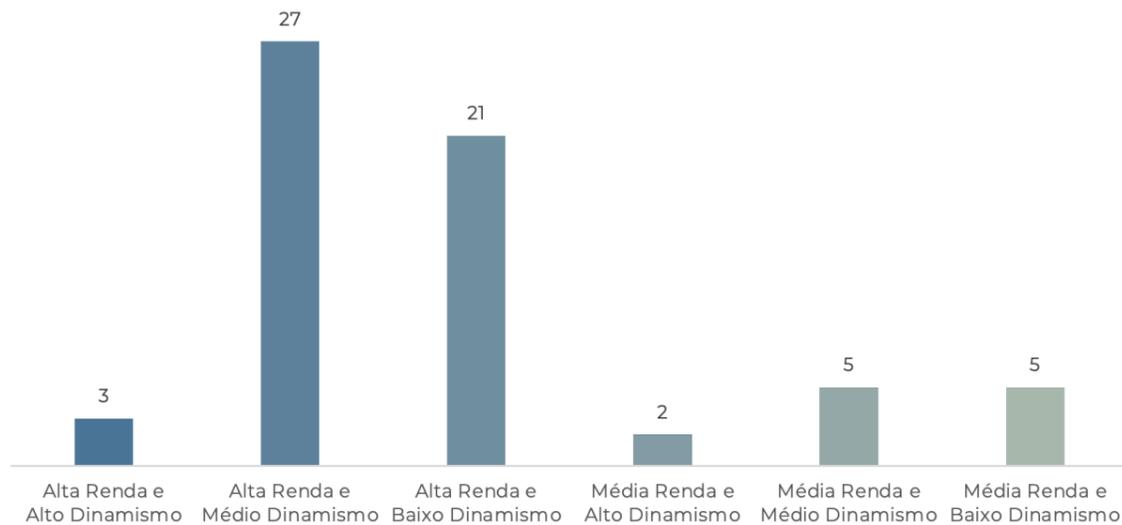
Fonte: MDR (2018). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

O mapa do território nacional demonstra a situação mais favorável em que se encontra o estado de São Paulo. Das 63 microrregiões em que o estado foi dividido, 51 enquadram-se nas situações de Alta Renda, independente do grau de dinamismo.

Dentro do estado, as condições mais preocupantes são das 10 microrregiões que se encontram nas categorias de Média Renda e Médio e Baixo Dinamismo. Pela classificação, seriam regiões estagnadas, com dificuldades de viabilizar modificações em seus sistemas produtivos. Necessitam, portanto, de maior atenção das políticas de desenvolvimento regional para estimular o crescimento econômico e melhorias sociais.

<sup>3</sup>Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, 2018.

**Gráfico 10: Número de microrregiões segundo tipologia sub-regional da PNDR**

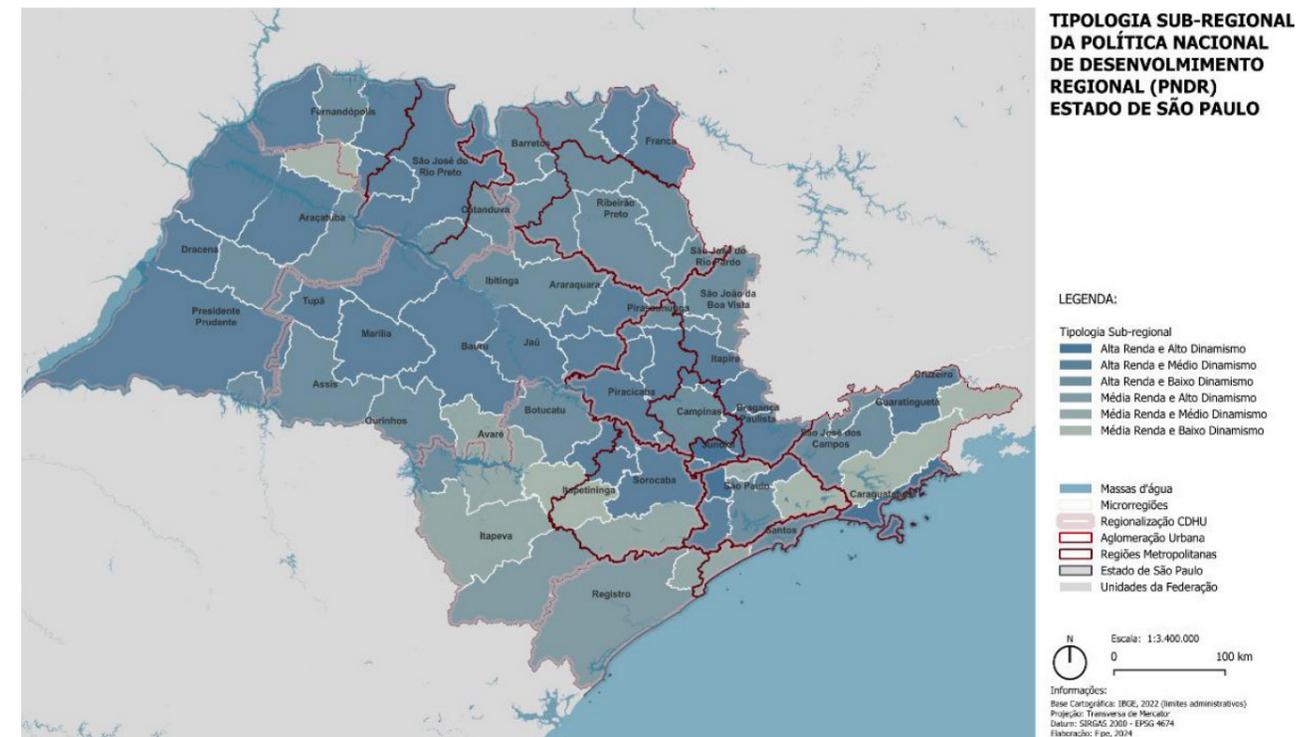


Fonte: MDR (2018). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

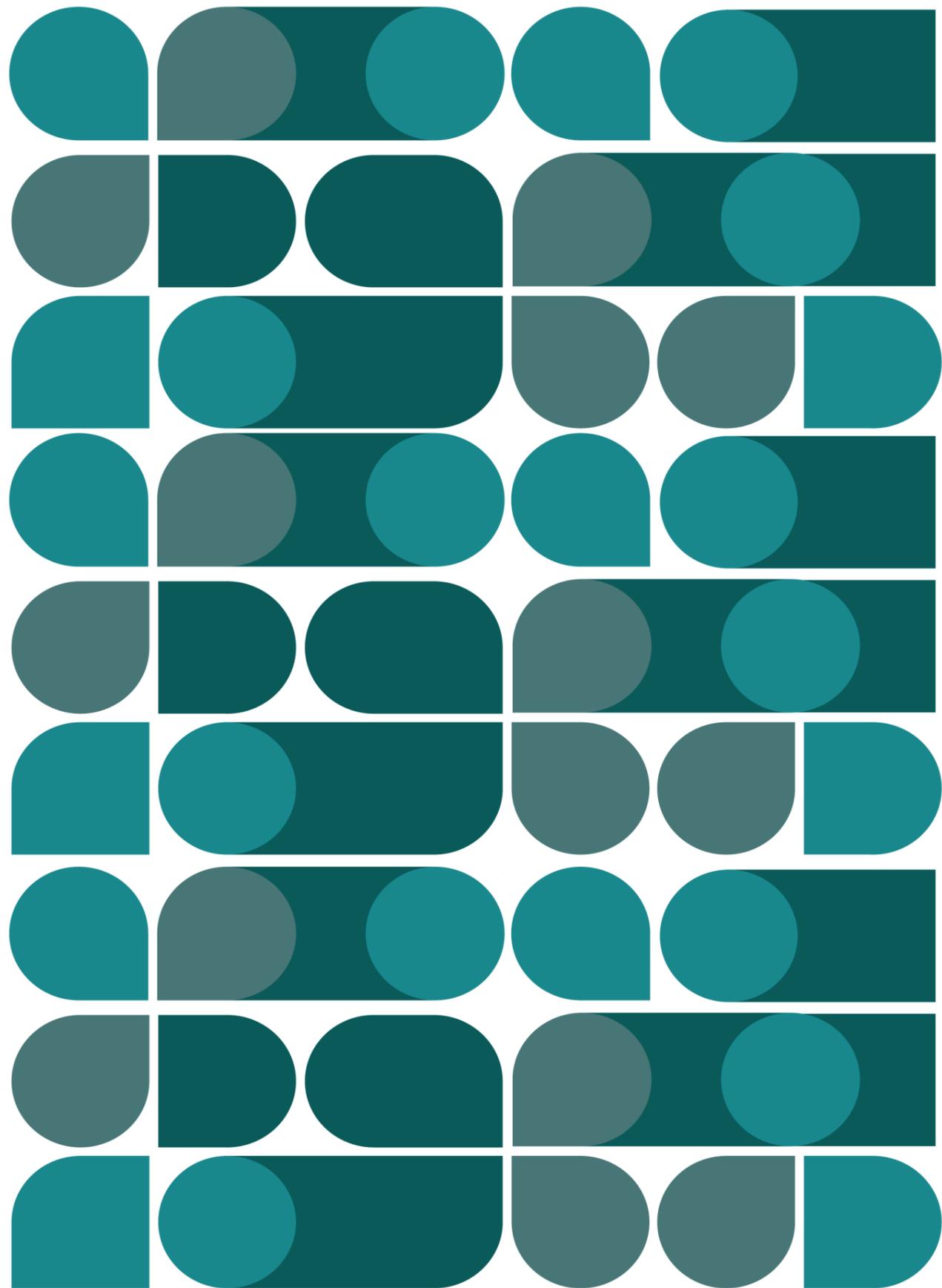
### Composição:

- **Renda per capita média:** Rendimento domiciliar monetário mensal per capita obtido por meio do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2010 (IPEA/PNUD/FJP), que utilizou as informações do Censo Demográfico 2010 (IBGE), agregadas por município, correspondentes à razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores em reais de 01/agosto/2010.
- **Taxa de Variação Geométrica do PIB per capita:** Para a dinâmica produtiva, foram adotadas, como base, as estimativas dos Produtos Internos Brutos municipais nos períodos de 2002 a 2004 e de 2012 a 2014, elaboradas pelo IBGE. Para construir uma tipologia com maior estabilidade, foram utilizados os dados de Produto Interno Bruto municipal, agregados por Microrregiões Geográficas do IBGE, para construir médias trienais dos períodos 2002-2004 e 2012-2014. Para estabelecer a taxa de variação geométrica do PIB per capita, foram utilizados os dados das estimativas populacionais publicadas no site do IBGE e no Diário Oficial da União.

**Mapa 11: Tipologia Sub-regional da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR): Estado de São Paulo**



Fonte: MDR (2018). Elaboração Equipe Fipe e CDHU



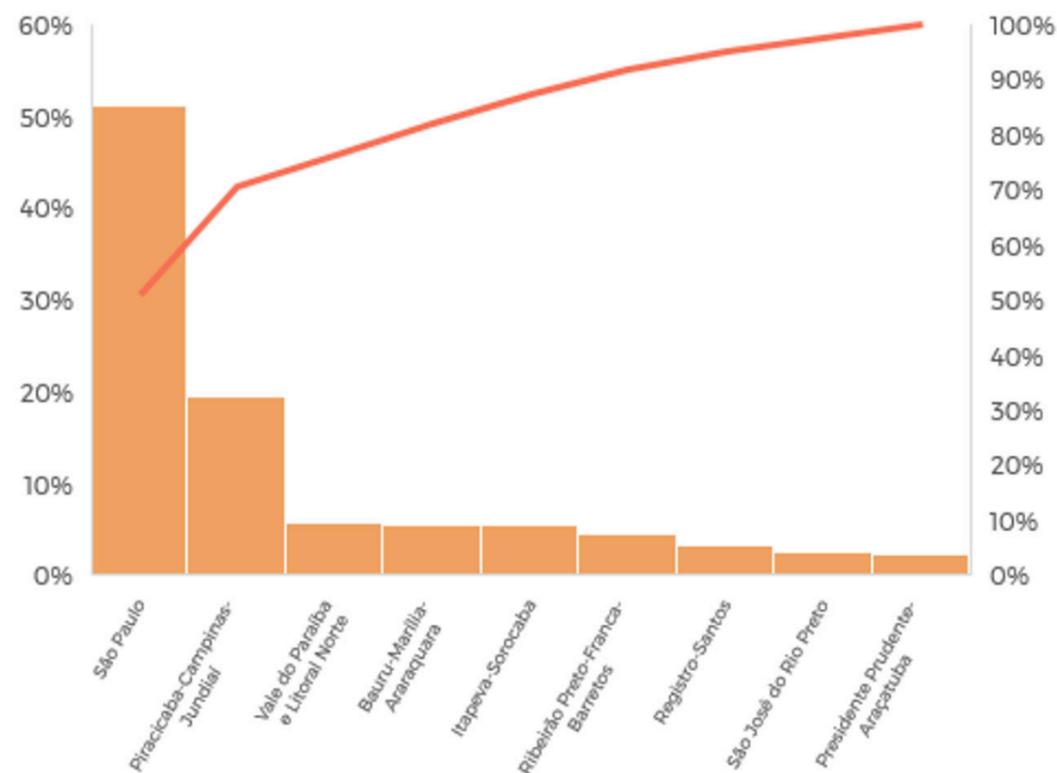
# DINÂMICA ECONÔMICA

## 5.1. PRODUTO INTERNO BRUTO E VALOR ADICIONADO

Há uma grande disparidade na distribuição do Produto Interno Bruto<sup>4</sup> no estado. A região metropolitana de São Paulo, sozinha, representa 51% do total, o que mostra a forte concentração de atividades

produtivas e renda. O interior do estado ainda está em processo de desenvolvimento, mas também restrito ao eixo de Piracicaba-Campinas-Jundiaí (19%).

**Gráfico 11: Percentual do PIB do Estado de São Paulo segundo Regionalização CDHU**

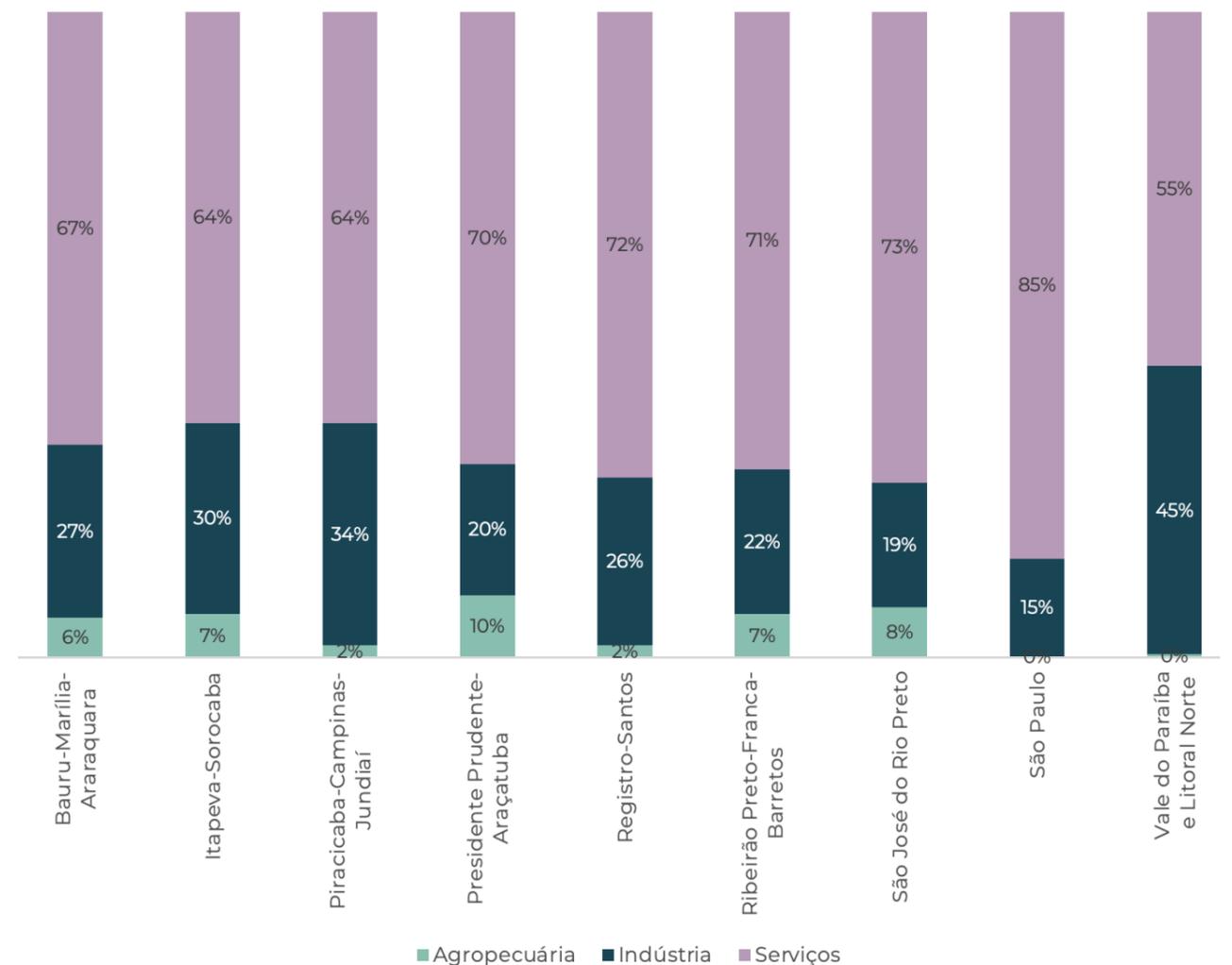


Fonte: MDR (2018). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

O valor adicionado é o valor que cada setor da economia agrega ao total produzido em uma região. A soma dos VAs setoriais e dos impostos resulta no PIB da região. A análise de sua estrutura setorial<sup>5</sup> mostra o quão robusta é a participação dos serviços na economia paulista, representando cerca de 85% do VA só na região

metropolitana de São Paulo. A indústria tem peso significativo no Vale do Paraíba e Litoral Norte (45%) e em Piracicaba-Campinas-Jundiaí (34%). Já a agropecuária é atividade de bastante relevância em Presidente Prudente-Araçatuba (10%), São José do Rio Preto (8%) e Itapeva-Sorocaba (7%).

**Gráfico 12: Estrutura setorial do Valor Adicionado segundo Regionalização CDHU**

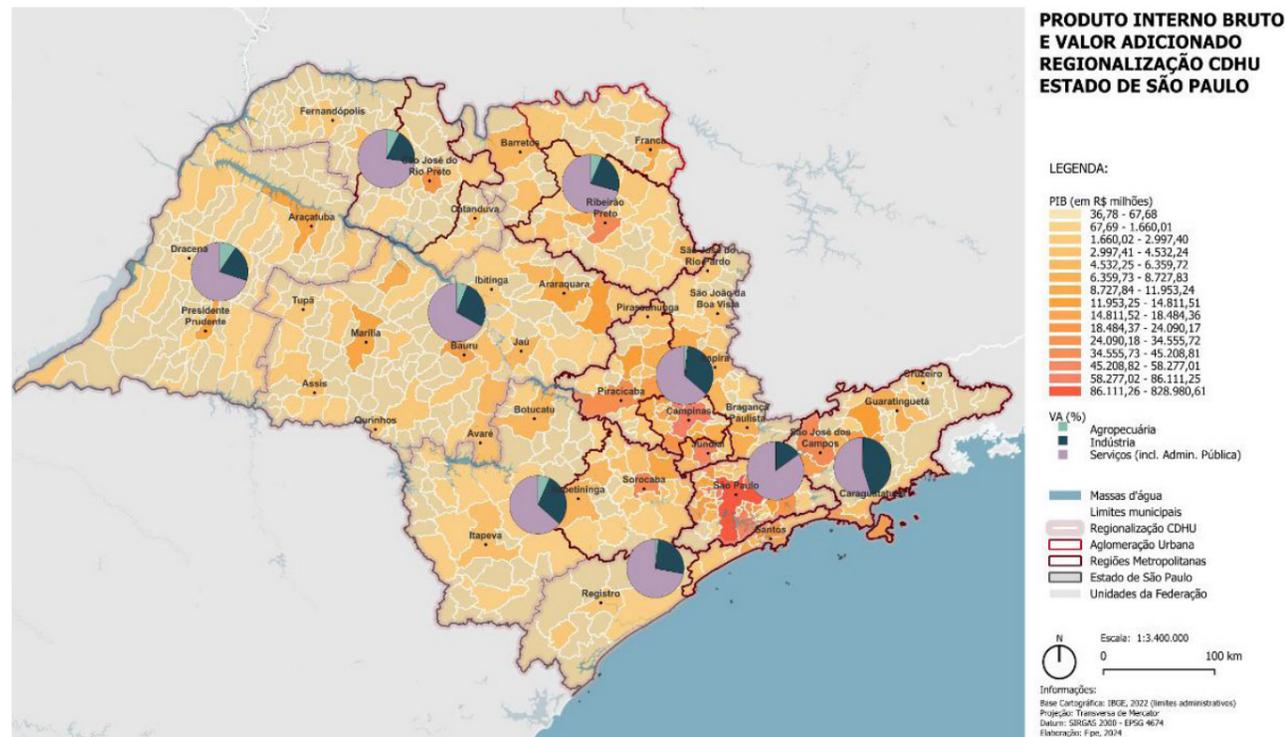


Fonte: IBGE (2021). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

<sup>4</sup>Para esta análise, foi utilizada a soma dos Produtos Internos Brutos dos municípios paulistas, tanto para calcular o total do estado, como para os valores regionais.

<sup>5</sup>Para esta análise, o valor adicionado do setor de Serviços inclui o valor adicionado da Administração Pública.

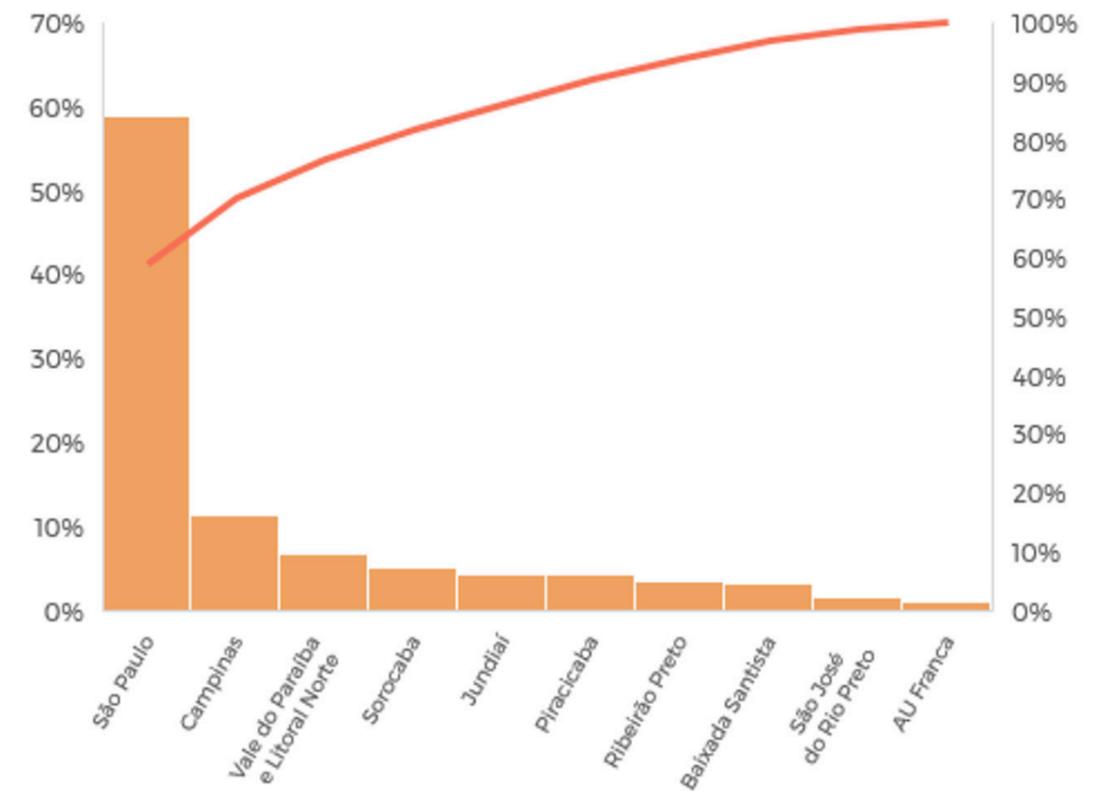
**Mapa 12: Produto Interno Bruto e Valor Adicionado segundo Regionalização CDHU**



Fonte: IBGE (2021). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

As nove regiões metropolitanas do estado, junto à aglomeração urbana de Franca, representam 86,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Excluindo a RM de São Paulo, as demais respondem por 35,7% do PIB, percentual bem maior que o dos demais municípios (13,2%). Estes números mostram como a formação de arranjos metropolitanos pode impulsionar o desenvolvimento de um conjunto de municípios.

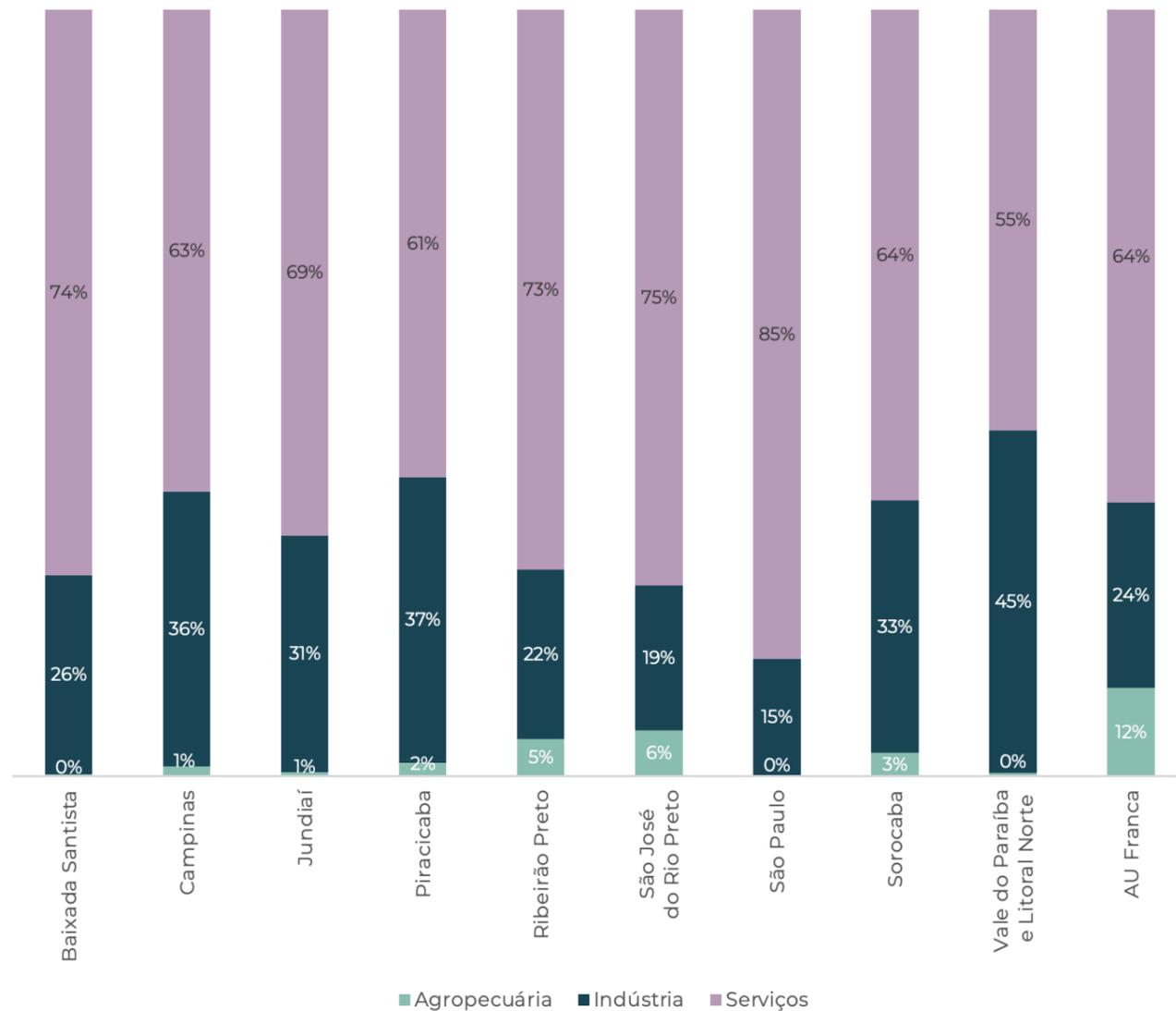
**Gráfico 13: Percentual do PIB do Estado de São Paulo segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana**



Fonte: MDR (2018). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

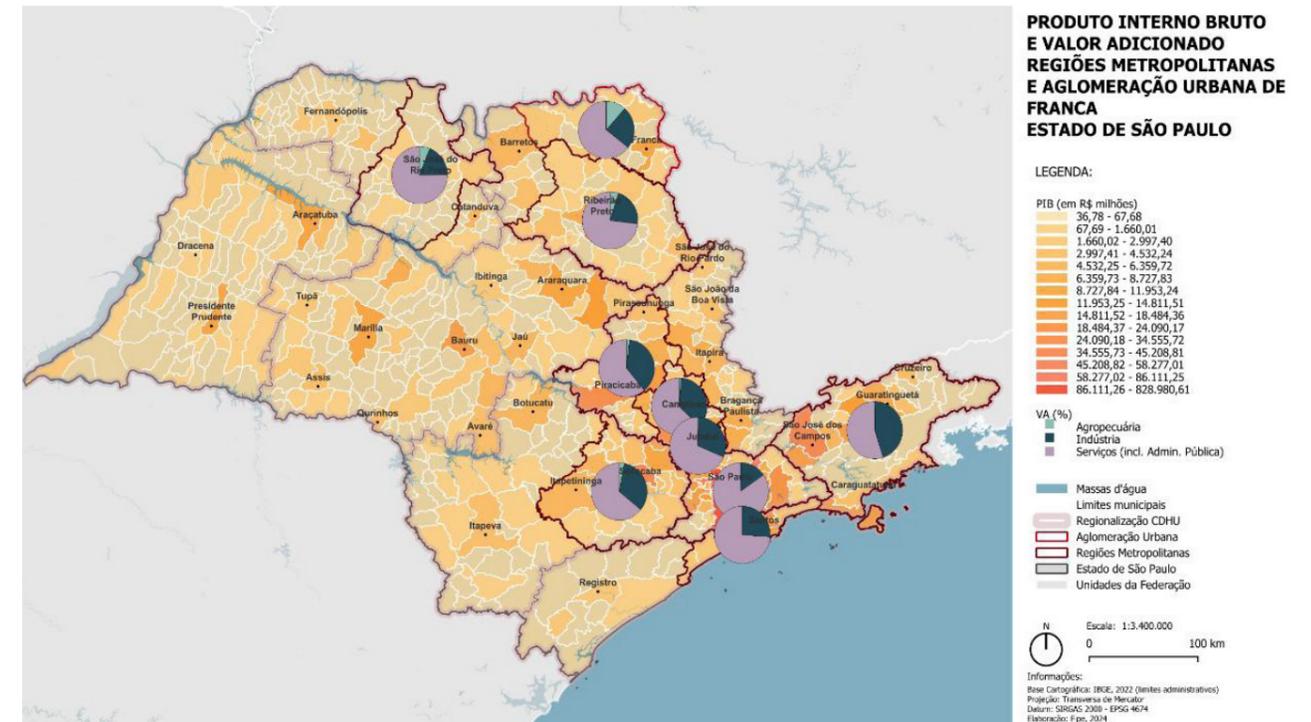
A estrutura setorial do Valor Adicionado (VA) mostra que a indústria desempenha papel significativo nas RMs do interior e na AU de Franca, com percentuais variando de 45% no Vale do Paraíba e Litoral Norte a 19% em São José do Rio Preto. A agropecuária tem menor participação no total das nove RMs, representando 34,6% do VA do setor, mas tem peso expressivo na AU de Franca (12%).

**Gráfico 14: Estrutura setorial do Valor Adicionado segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana**



Fonte: IBGE (2021). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

**Mapa 13: Produto Interno Bruto e Valor Adicionado segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana**



Fonte: IBGE (2021). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

Considerando que o valor adicionado dos serviços representa 75% do valor adicionado total do estado, o mapa 14 mostra o percentual de participação da atividade em cada município. Na faixa de 80% a 88%, estão quatro municípios, todos da região metropolitana de São Paulo: Osasco (88%), São Paulo (83%), Barueri (82%) e Cajamar (80%). Esses, juntos, representam 45% do valor adicionado total dos serviços do estado.

Os mapas 15 e 16 trazem as atividades econômicas com o maior e o segundo maior valor adicionado bruto em cada município, respectivamente. A categoria Demais serviços aparece como a preponderante em 404 municípios do estado (63% do total). Essa categoria compreende a agregação dos seguintes setores: Transporte, armazenagem e correio; Alojamento e alimentação; Informação e comunicação;

Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; Atividades imobiliárias; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Educação e saúde privadas; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços e serviços domésticos. Engloba, portanto, os mais variados tipos de atividades, desde serviços costumeiros aos mais especializados.

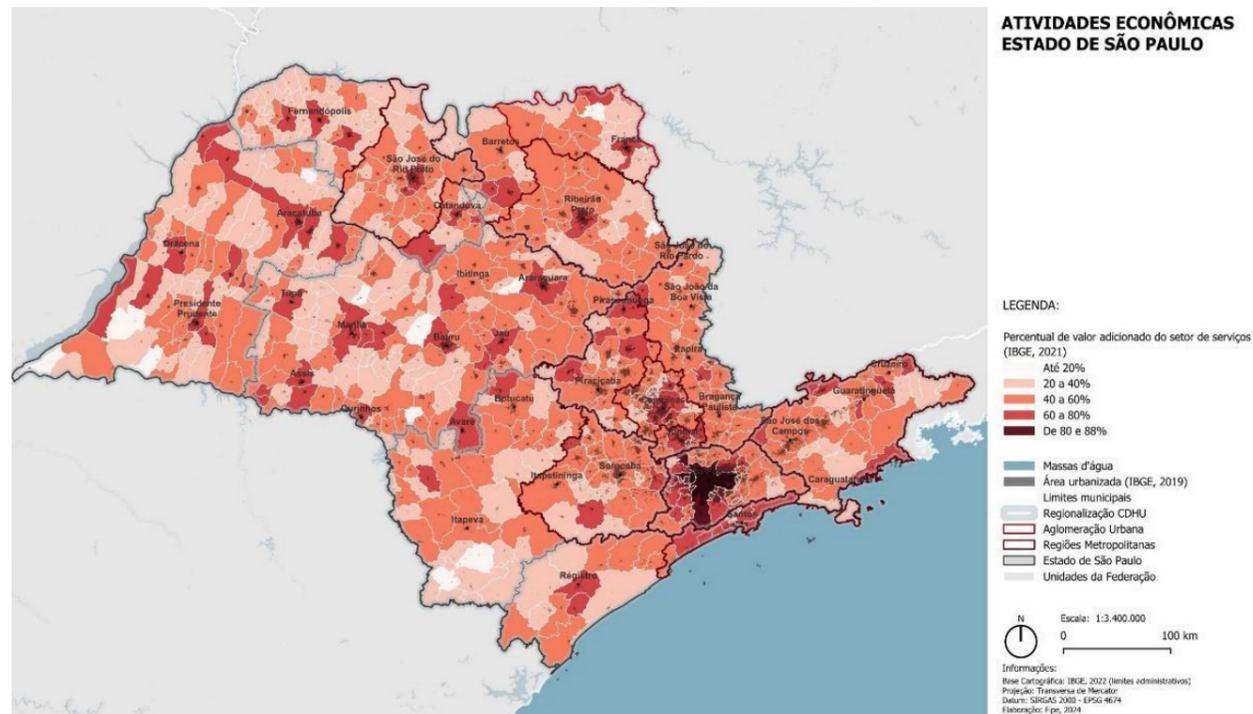
Os Demais serviços também são a segunda atividade econômica com maior valor adicionado bruto, mas em 203 cidades. Em seguida, aparecem as atividades do setor público (Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social), em 184 municípios, sendo que 90% deles possuem menos de 50 mil habitantes. Esse fato corrobora a importância econômica que o setor público desempenha em municípios de menor

porte populacional e, normalmente, de baixo dinamismo.

Importante destacar ainda a relevância da Indústria de Transformação em 145 cidades, a maior parte localizada nos eixos

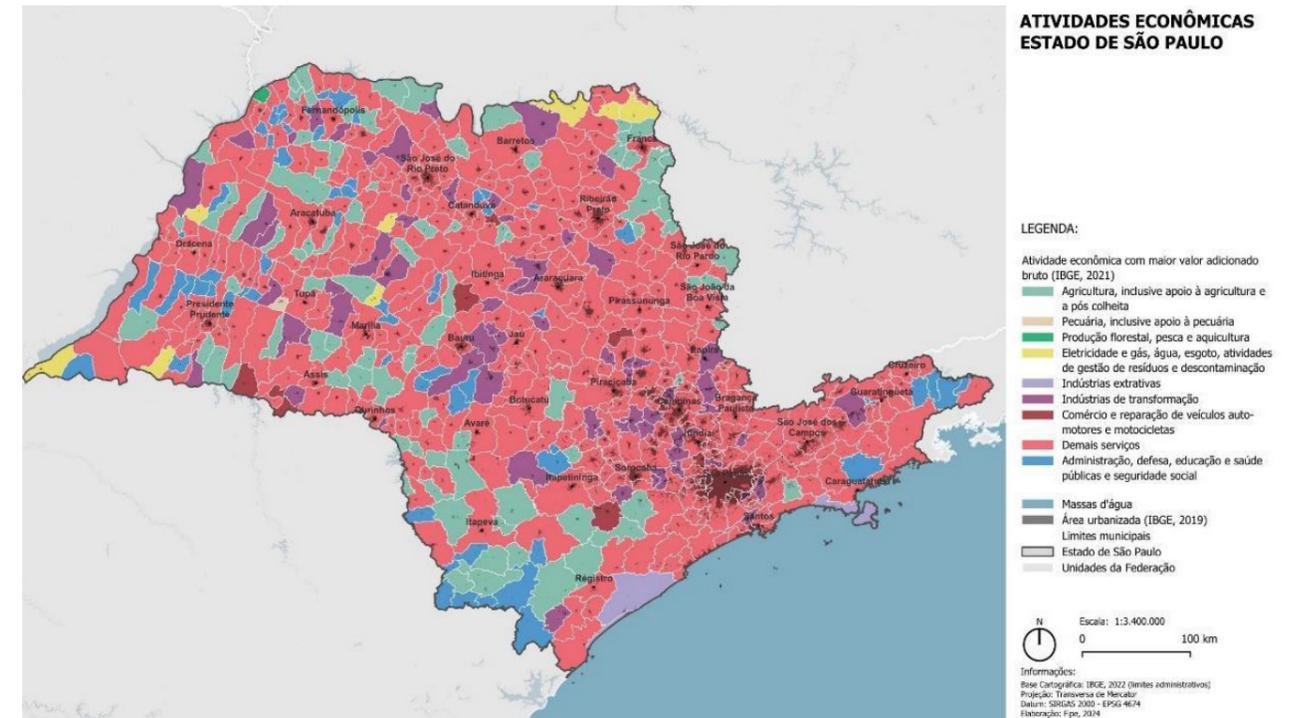
ao longo das rodovias Anhanguera, Bandeirantes e Presidente Dutra, mostrando o deslocamento dessa atividade da região metropolitana de São Paulo para as centralidades do interior do estado.

**Mapa 14: Percentual do valor adicionado do setor de Serviços: municípios do estado de São Paulo**



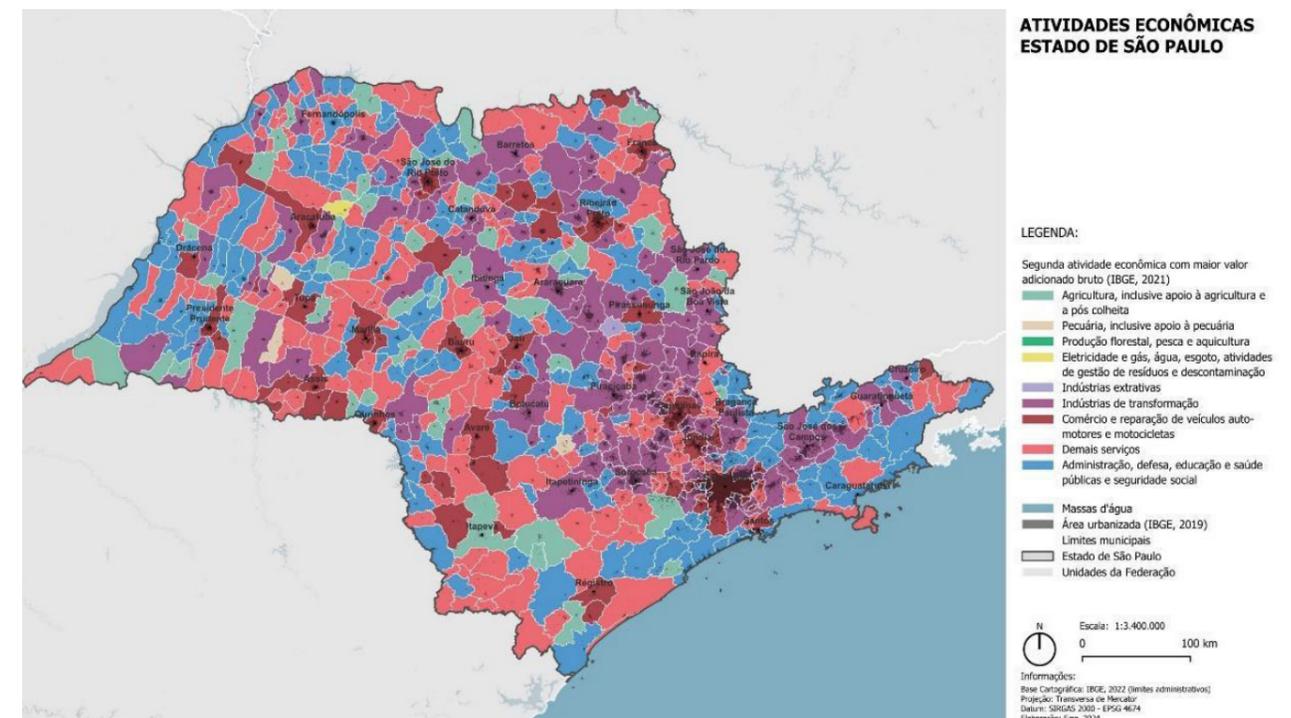
Fonte: IBGE (2021). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

**Mapa 15: Atividade econômica com maior valor adicionado bruto: municípios do estado de São Paulo**



Fonte: IBGE (2021). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

**Mapa 16: Segunda atividade econômica com maior valor adicionado bruto: municípios do estado de São Paulo**



Fonte: IBGE (2021). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

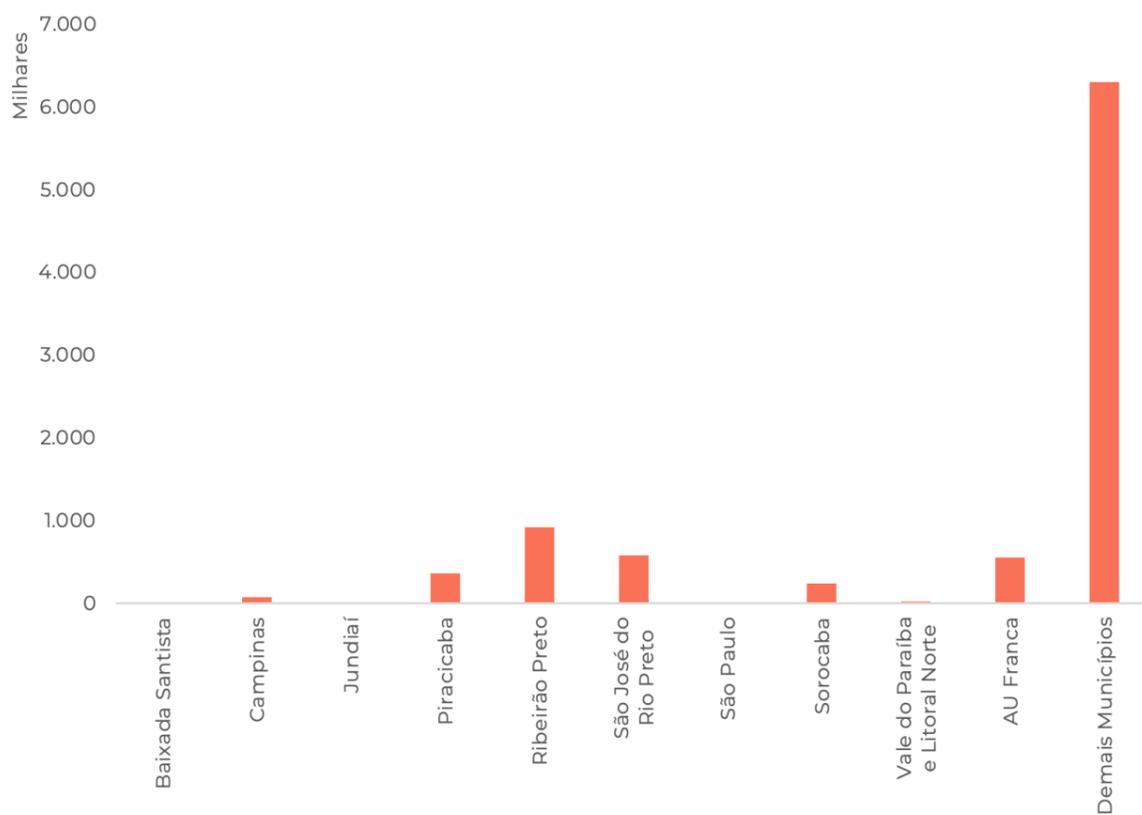
## 5.2. ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

### 5.2.1. AGRICULTURA

A agricultura é atividade econômica de extrema relevância para os municípios do interior paulista. A área colhida, somando-se as lavouras temporárias e permanentes, teve aumento de 15% entre 2012 e 2022. Os municípios que não fazem parte das regiões metropolitanas e da aglomeração urbana de Franca respondem por 70% da área colhida total do estado.

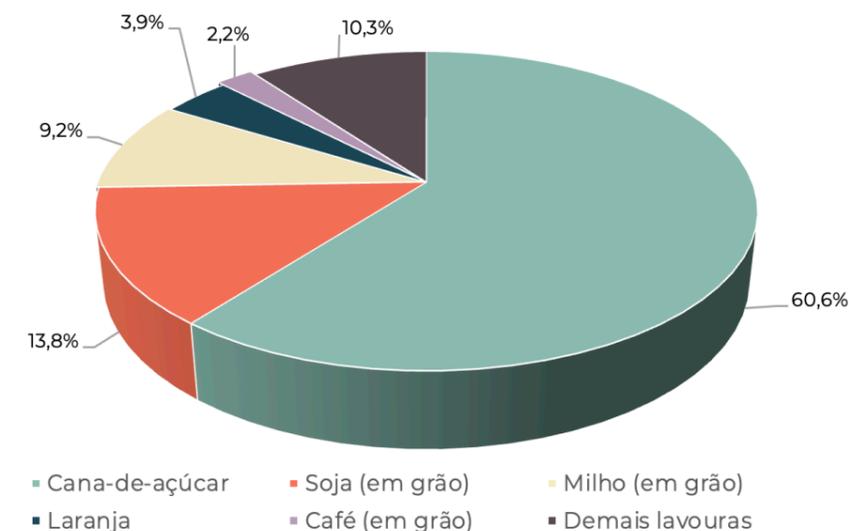
As cinco principais lavouras somam 89,7% da área colhida total em 2022: cana-de-açúcar, soja, milho, laranja e café. A distribuição municipal da área total colhida de cada uma dessas lavouras é apresentada nos mapas 17 a 21.

**Gráfico 15: Área colhida total (em hectares) por Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana**



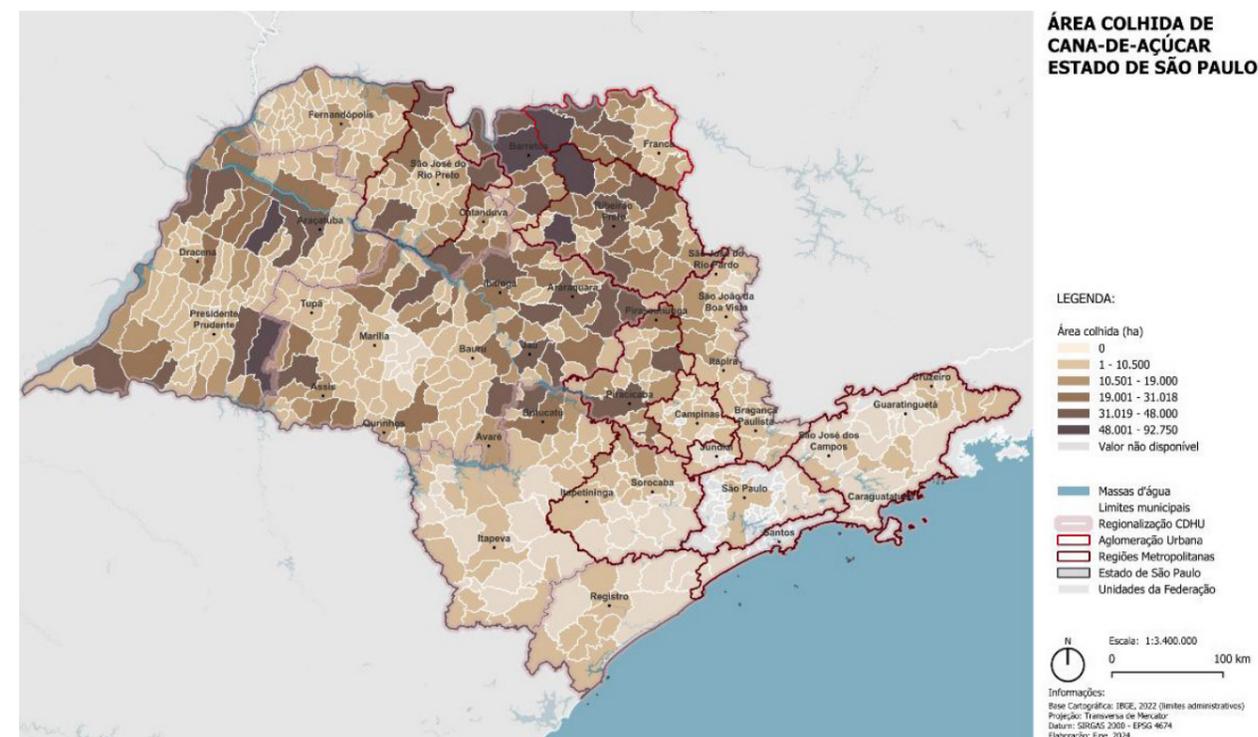
Fonte: IBGE (2022b). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

**Gráfico 16: Participação das lavouras na área total colhida do Estado (em hectares)**



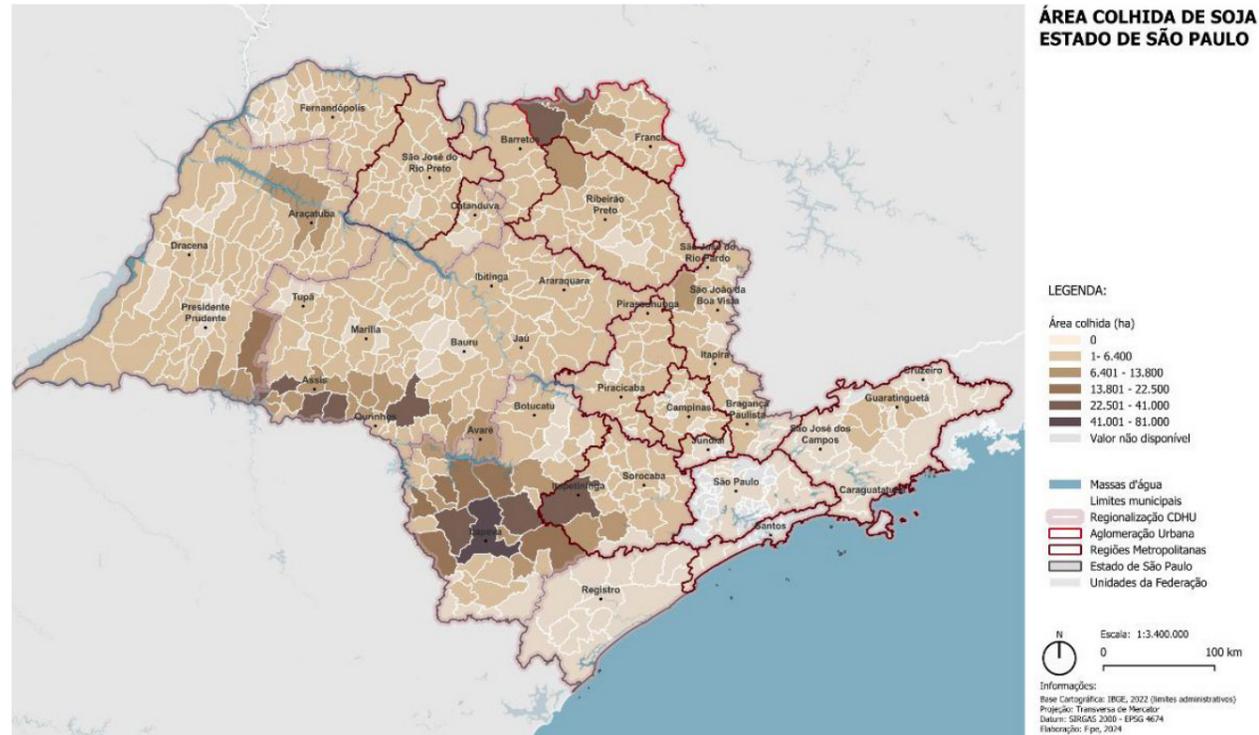
Fonte: IBGE (2022b). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

**Mapa 17: Área colhida: Cana-de-açúcar**



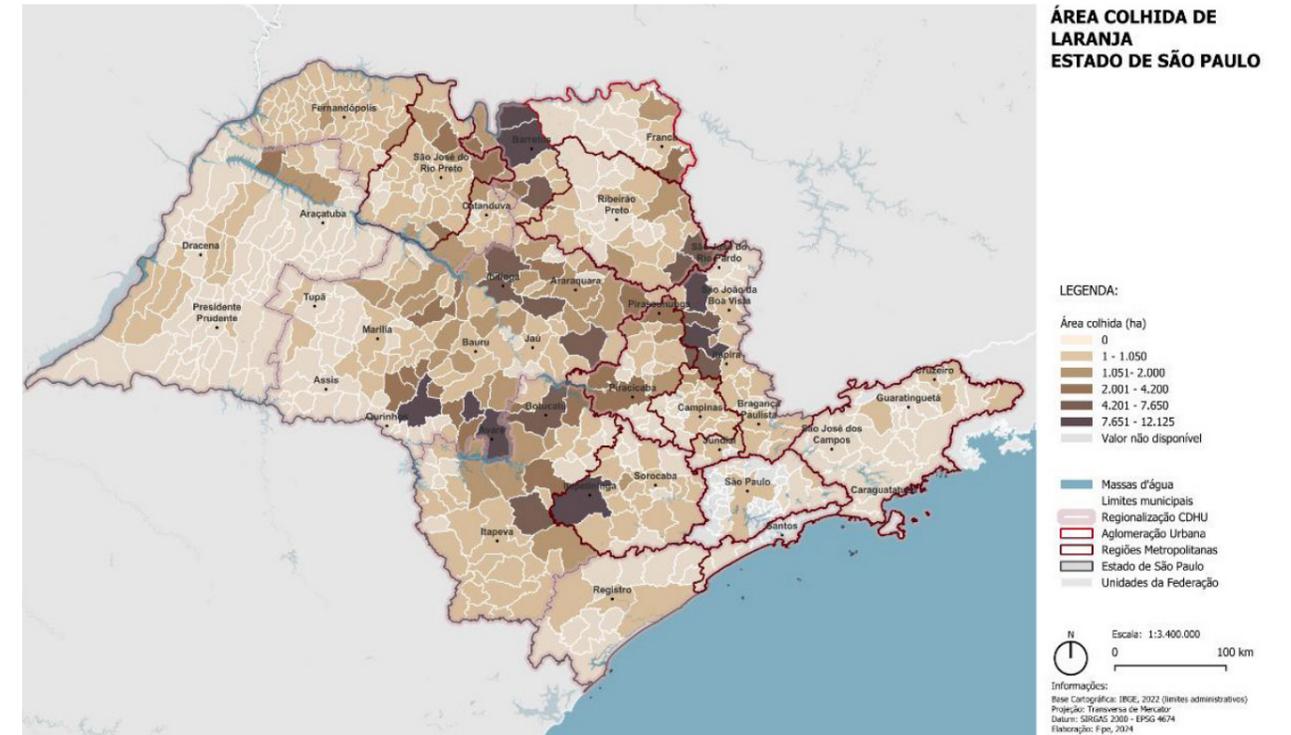
Fonte: IBGE (2022b). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

**Mapa 18: Área colhida: Soja**



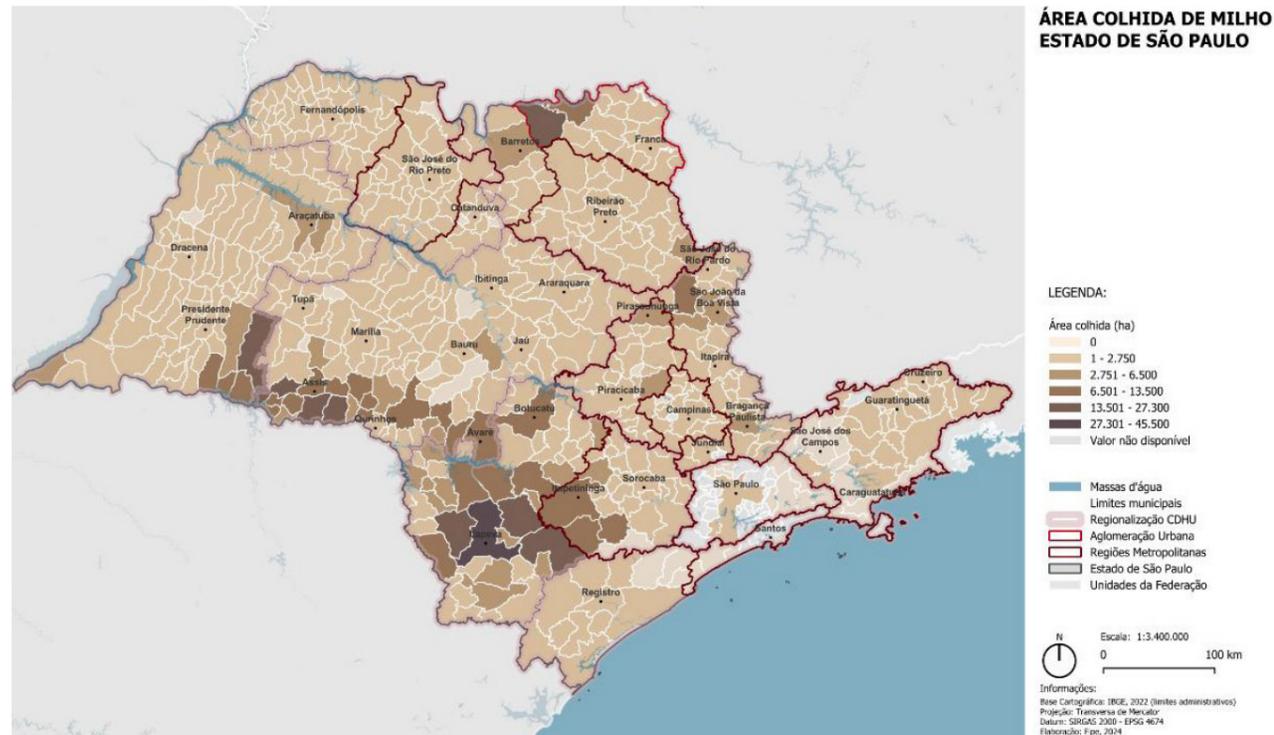
Fonte: IBGE (2022b). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

**Mapa 20: Área colhida: Laranja**



Fonte: IBGE (2022b). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

**Mapa 19: Área colhida: Milho**



Fonte: IBGE (2022b). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

**Mapa 21: Área colhida: Café**

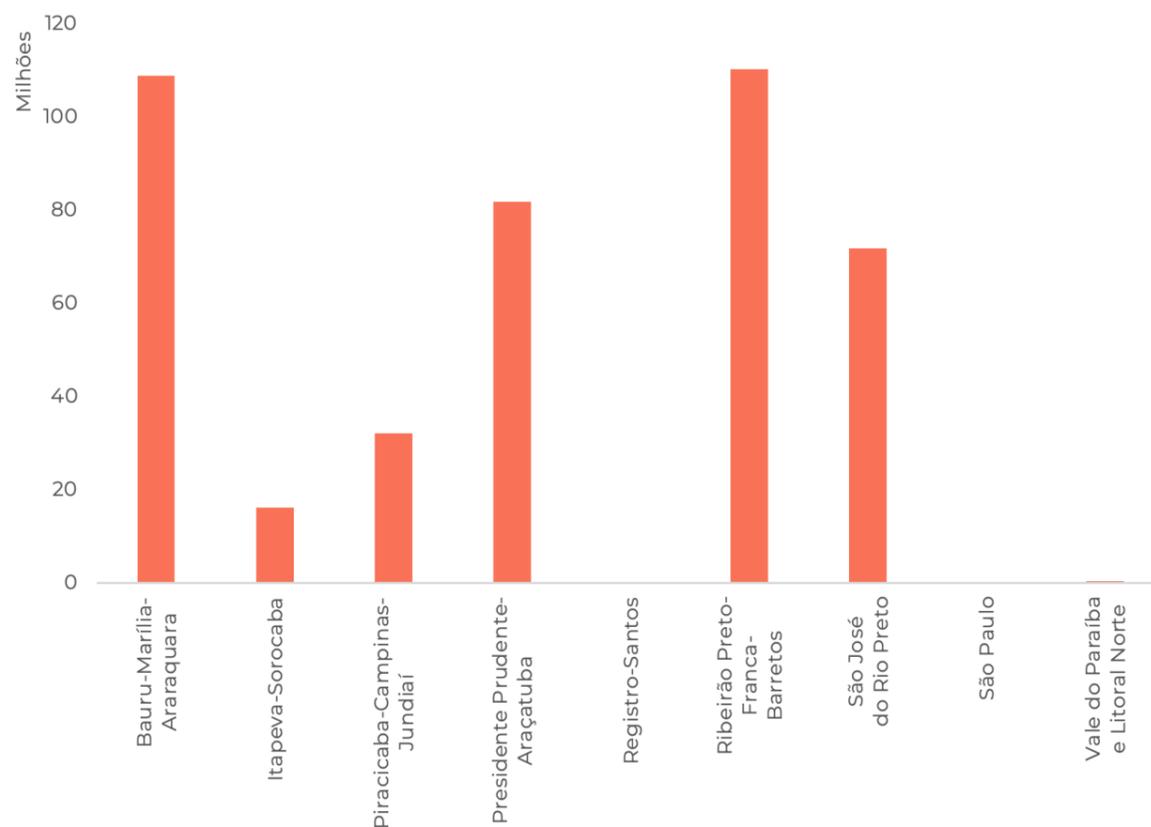


Fonte: IBGE (2022b). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

Com a demanda cada vez maior por produtos derivados e o crescimento expressivo do setor sucroalcooleiro, a principal cultura do estado, a cana-de-açúcar, tem presença significativa em quase todas as regiões. As regiões de Ribeirão Preto-Franca-Barretos, Bauru-Marília-Araraquara, Presidente Prudente-Araçatuba e São José do Rio Preto, juntas, somam 88,5% da quantidade produzida no estado.

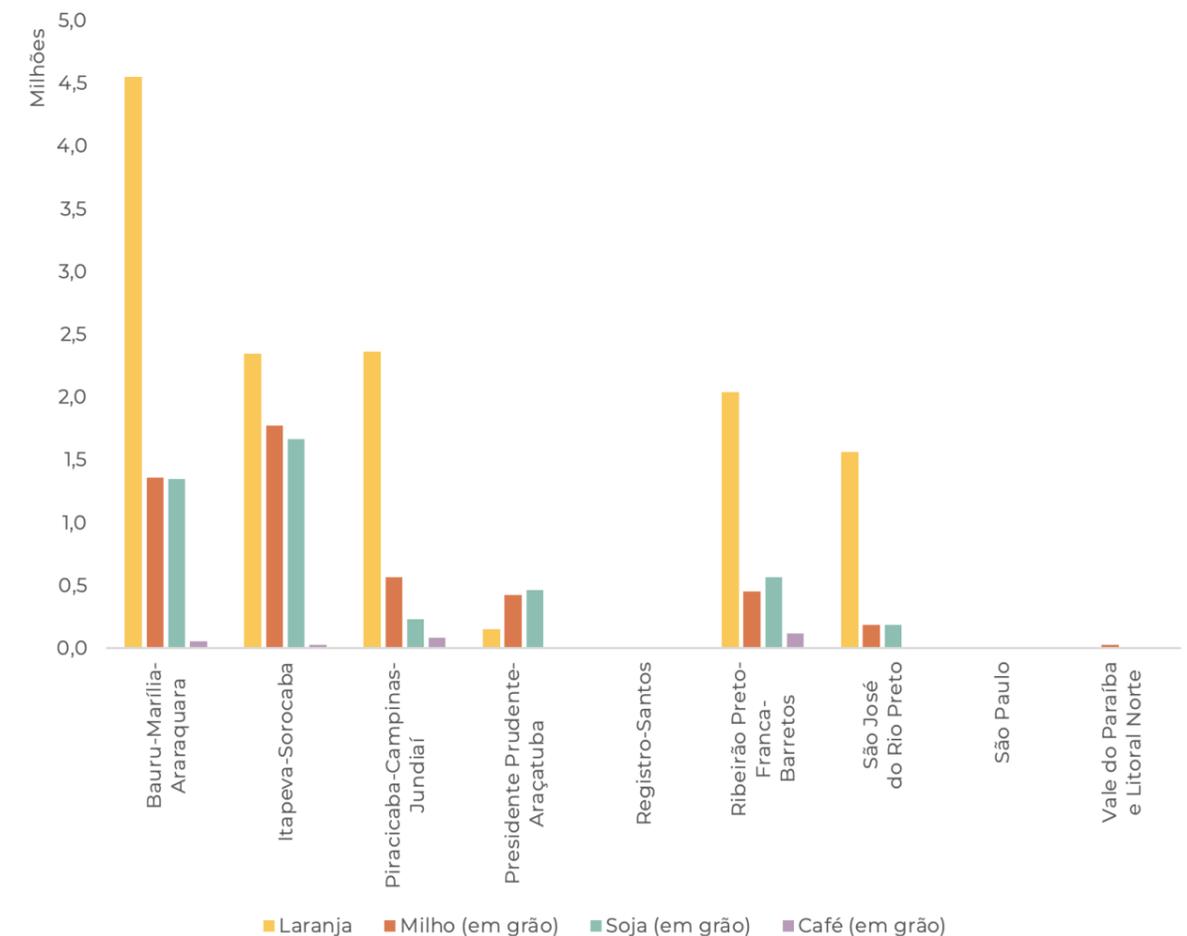
Quanto às outras lavouras principais, verifica-se que a maior produtora é a região de Bauru-Marília-Araraquara, principalmente de laranja; já com maior diversificação, a região de Itapeva-Sorocaba tem as maiores quantidades produzidas de soja e milho. No que tange a lavoura de café, o destaque é a região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos que, sozinha, representa 41% da quantidade produzida no estado.

**Gráfico 17: Quantidade produzida de cana-de-açúcar (em toneladas) segundo Regionalização CDHU**



Fonte: IBGE (2022b). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

**Gráfico 18: Quantidade produzida (em toneladas) segundo Regionalização CDHU**

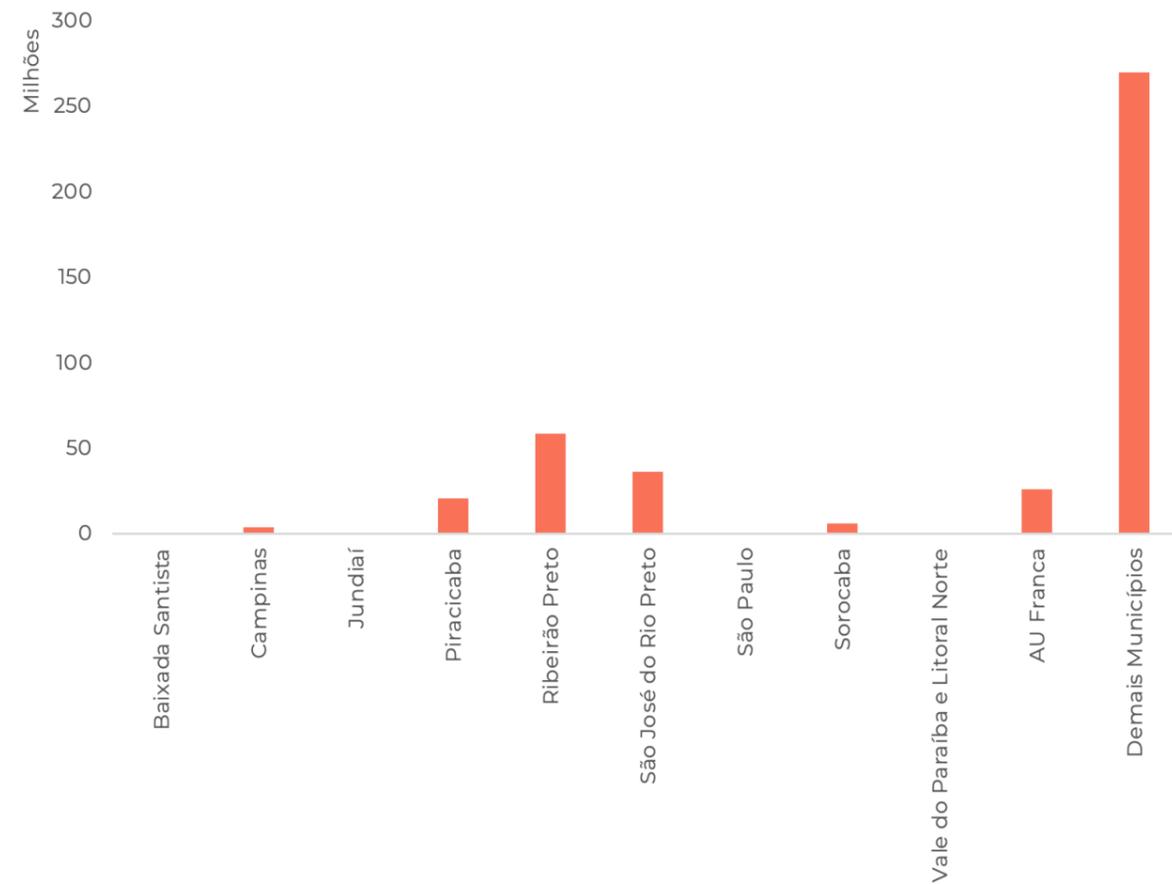


Fonte: IBGE (2022b). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

Conforme mencionado anteriormente, os municípios que não pertencem às regiões metropolitanas e à aglomeração urbana de Franca são os maiores produtores agrícolas do estado. Representam 64% da quantidade produzida total de cana-de-açúcar, embora as regiões metropolitanas de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Piracicaba, e a aglomeração urbana de Franca ainda tenham par-

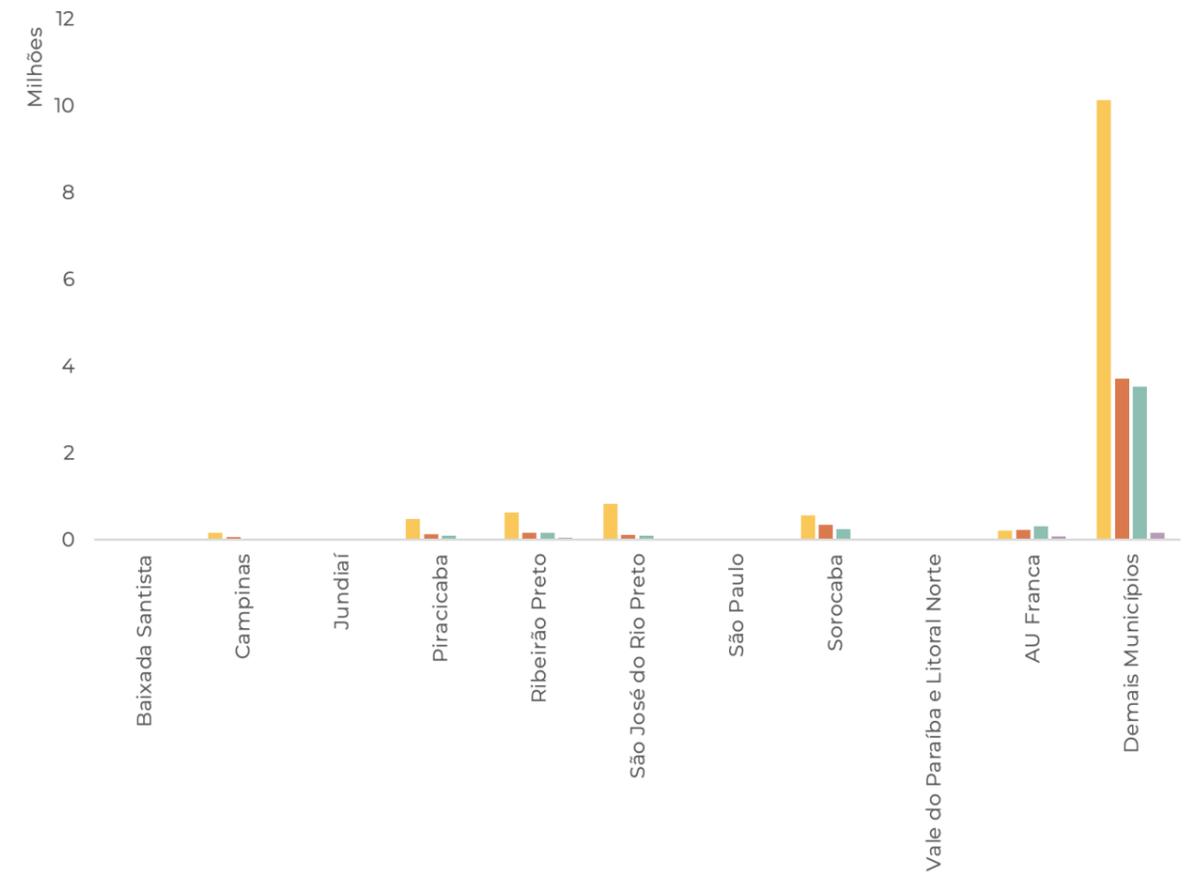
ticipação na produção, especialmente considerando-se a relevância da indústria sucroalcooleira nessas regiões. Quanto às outras lavouras de destaque, os demais municípios representam 78% da produção.

**Gráfico 19: Quantidade produzida de cana-de-açúcar (em toneladas) segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana**



Fonte: IBGE (2022b). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

**Gráfico 20: Quantidade produzida (em toneladas) segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana**



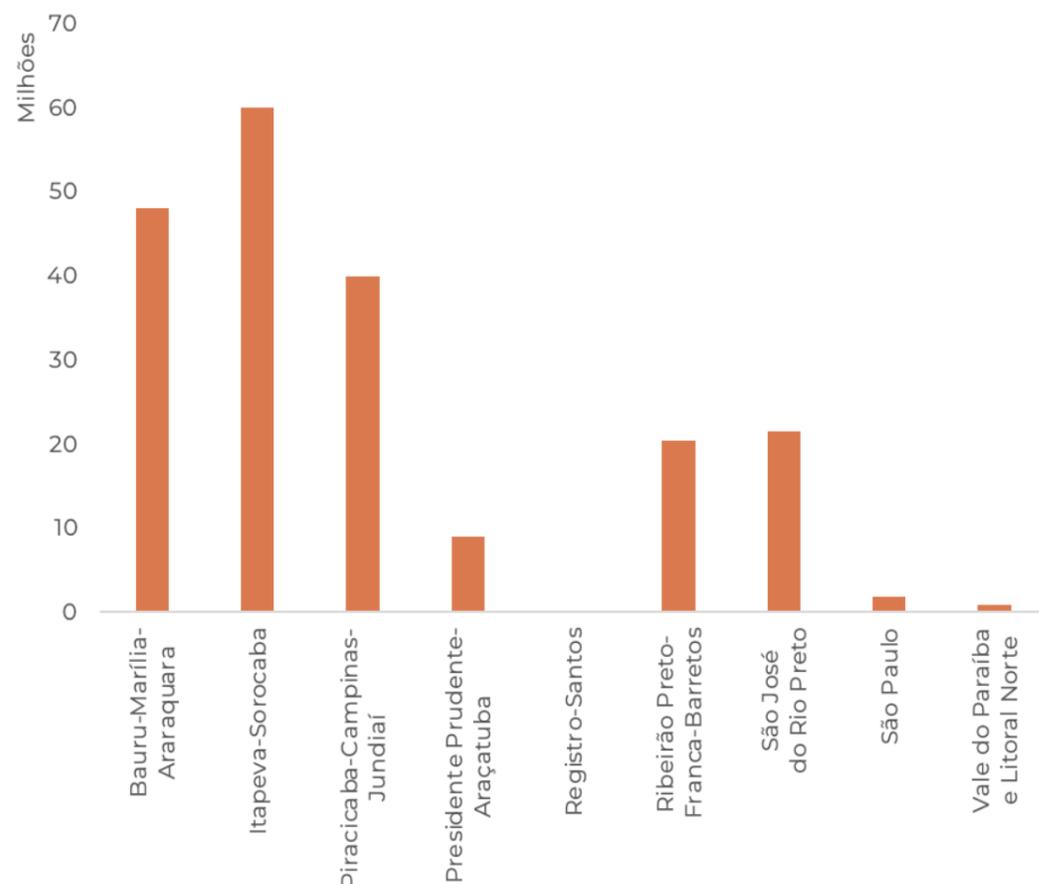
Fonte: IBGE (2022b). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

### 5.2.2. PECUÁRIA

A pecuária vem decaindo no estado de São Paulo. O total de rebanhos, em 2022, foi de pouco mais de 217 mil cabeças, uma diminuição de 7,7% em relação a 2012. Os principais rebanhos são os galináceos e os bovinos, que representam 98% do total do estado. Assim como na atividade agrícola, a criação concentra-se nos municípios fora das regiões metropolitanas e da aglomeração urbana de Franca, mas a produção ainda se destaca na região metropolitana de Sorocaba (13% do total), dada a sua importância no abastecimento hortifrutigranjeiro da região metropolitana de São Paulo.

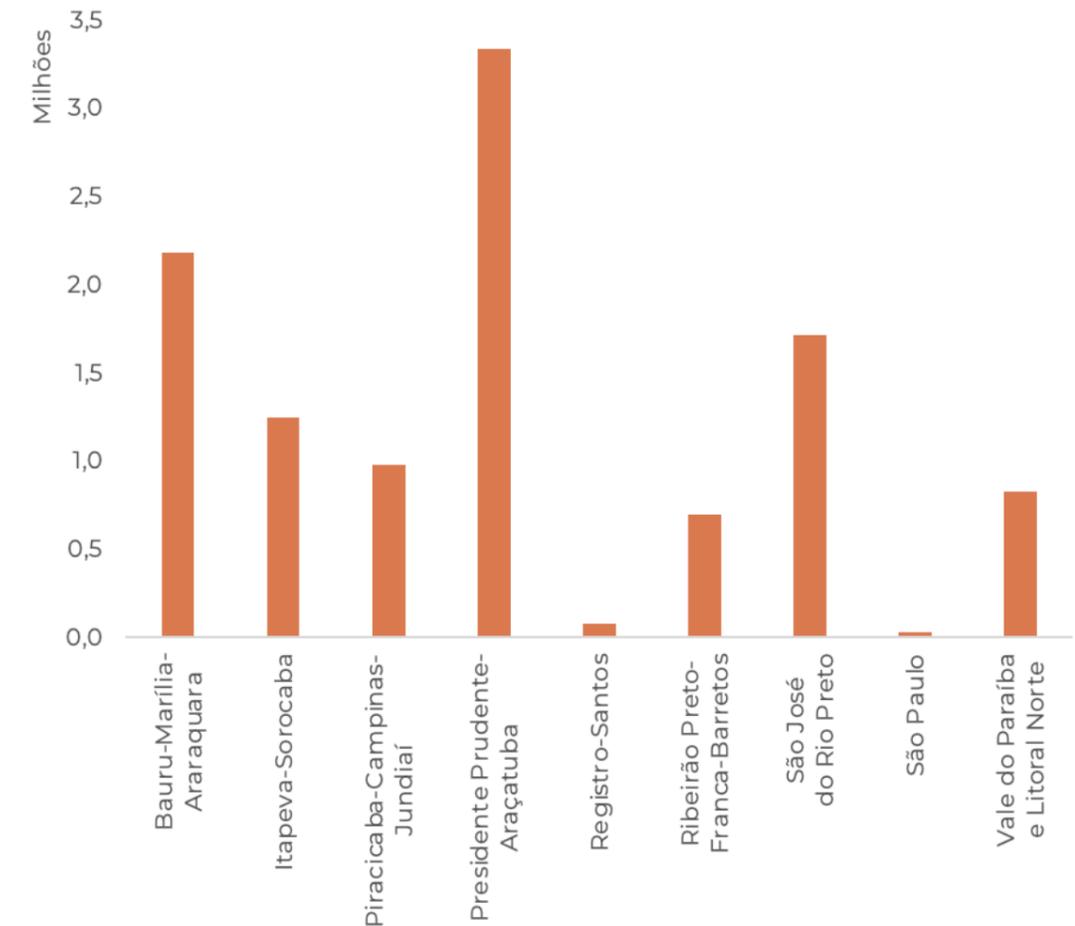
Sobressaem-se, na criação de galináceos, as regiões de Itapeva-Sorocaba, Bauru-Marília-Araraquara e Piracicaba-Campinas-Jundiaí, que somam 73% do total. Quanto ao rebanho bovino, a maior concentração é em Presidente Prudente-Araçatuba (30%), seguida por Bauru-Marília-Araraquara (20%), regiões de tradição na indústria de carne bovina.

**Gráfico 21: Número de Galináceos (em cabeças) segundo Regionalização CDHU**



Fonte: IBGE (2022b). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

**Gráfico 22: Número de bovinos (em cabeças) segundo Regionalização CDHU**



Fonte: IBGE (2022b). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

### 5.2.3. SILVICULTURA

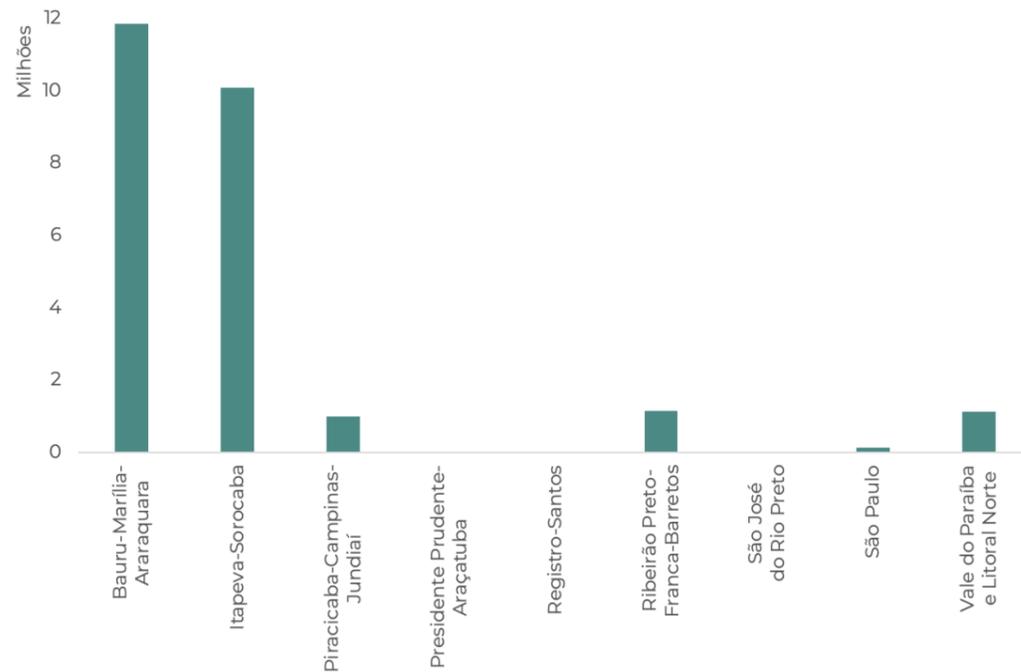
O estado de São Paulo é o maior produtor de madeira em tora para papel e celulose do Brasil, respondendo por 25% da quantidade nacional. A produção, que está em processo de recuperação, teve aumento de 39% em relação a 2021.

Como as outras produções da atividade agropecuária, concentra-se fora das regiões metropolitanas e da aglomeração urbana de Franca, com os demais municí-

pios representando 78% do total, embora a região metropolitana de Sorocaba também tenha destaque (10%).

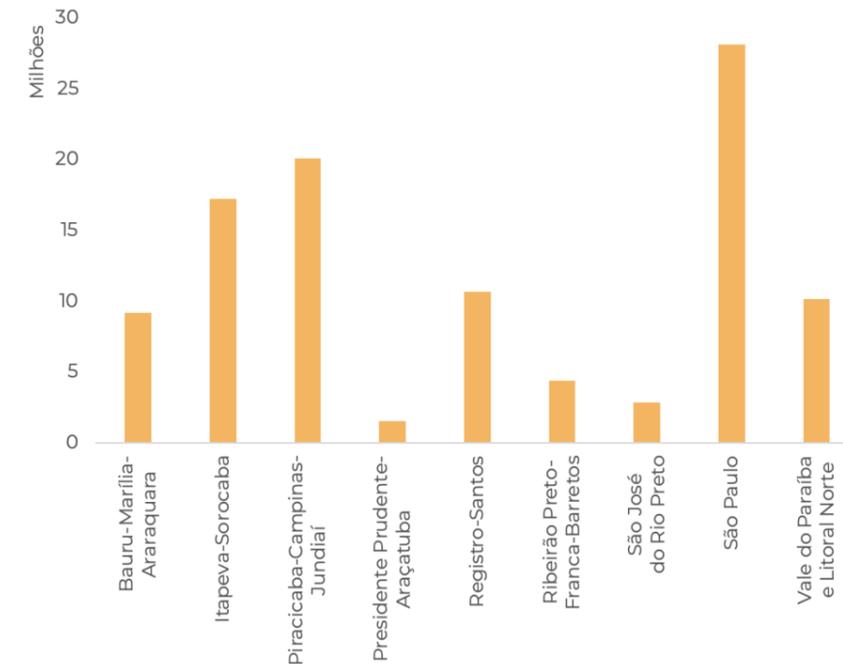
Entre as regiões, destacam-se Bauru-Marília-Araraquara e Itapeva-Sorocaba, onde encontram-se importantes indústrias de papel e celulose, respondendo por 87% da quantidade produzida total do estado.

**Gráfico 23: Quantidade produzida de madeira em tora para papel e celulose (em m<sup>3</sup>) segundo Regionalização CDHU**



Fonte: IBGE (2022b). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

**Gráfico 24: Arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (em R\$) segundo Regionalização CDHU**



Fonte: ANM (2023). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

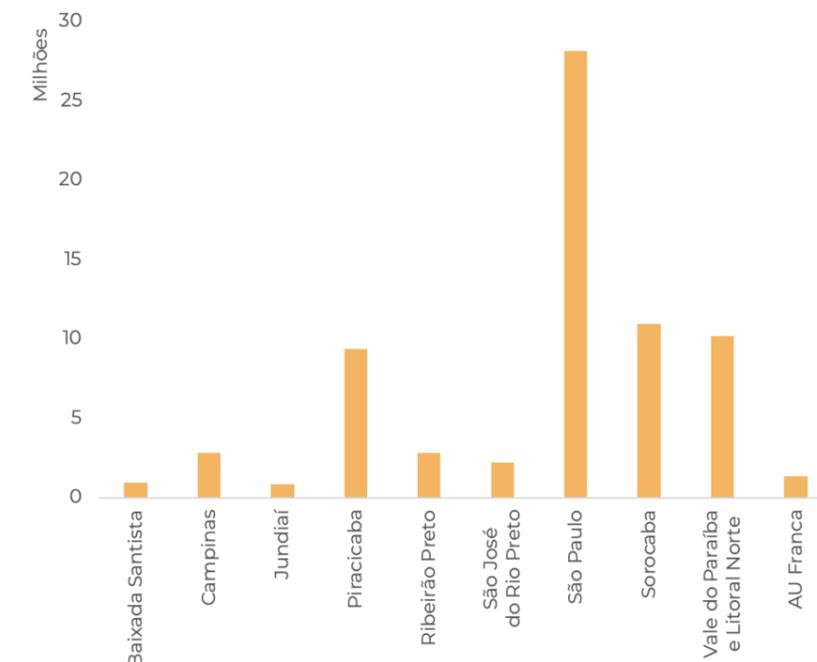
### 5.3. MINERAÇÃO

O setor de mineração caracteriza-se pela exploração de minerais não-metálicos, voltada para o fornecimento de matérias-primas para a construção civil (cimento e cerâmico), a agricultura (corretivos e fertilizantes) e diversos setores da indústria de transformação, como siderúrgico, vidreiro e alimentício. Os principais produtos são areia, brita, calcário, argila e água mineral.

A arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM) costuma ser utilizada como um indicador indireto de presença da mineração no território.

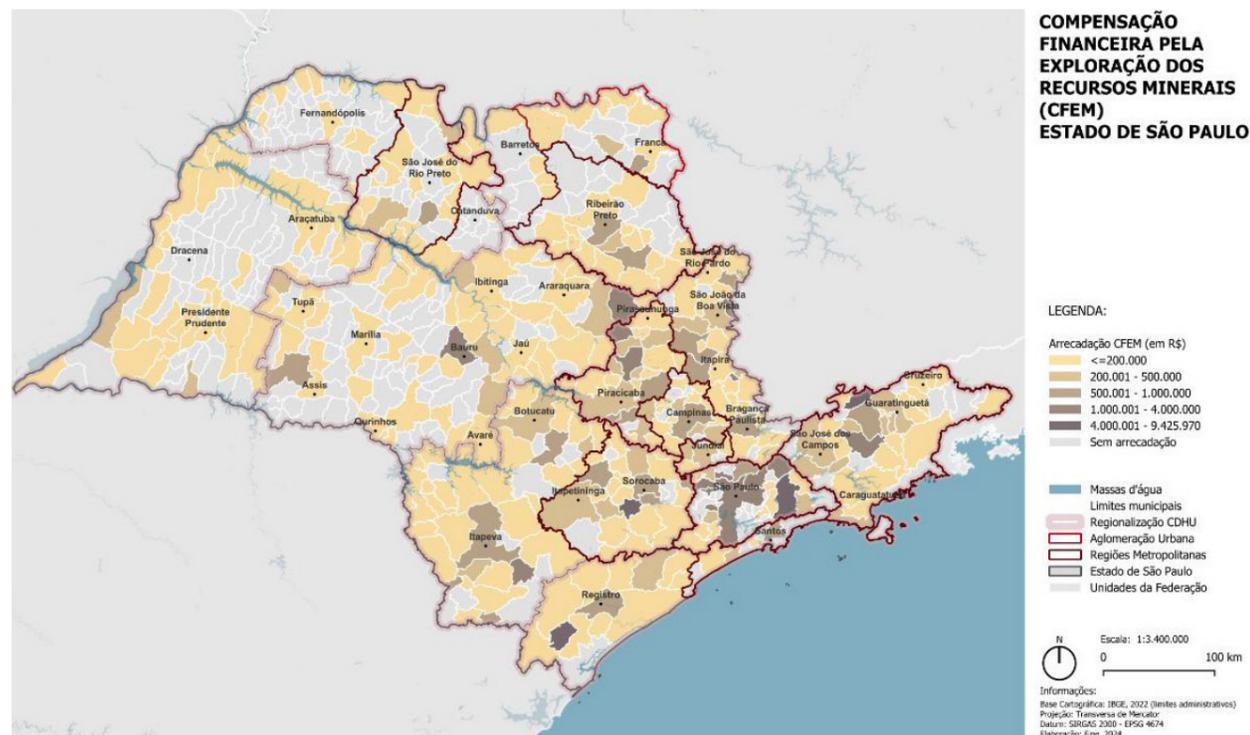
A maior arrecadação é da região metropolitana de São Paulo, responsável por 27% do total, onde estão localizados oito municípios entre os vinte maiores arrecadadores do estado, entre eles, Mogi das Cruzes, o primeiro colocado, Santana de Parnaíba, São Paulo e Guarulhos. Em seguida, destacam-se as regiões de Piracicaba-Campinas-Jundiá (com quatro municípios, o principal sendo Analândia) e Itapeva-Sorocaba (dois municípios, com Salto de Pirapora aparecendo como o terceiro maior arrecadador do estado). Entre as RMs, além da já mencionada São Paulo, sobressaem-se Sorocaba, Vale do Paraíba e Litoral Norte, e Piracicaba.

**Gráfico 25: Arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (em R\$) segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana**



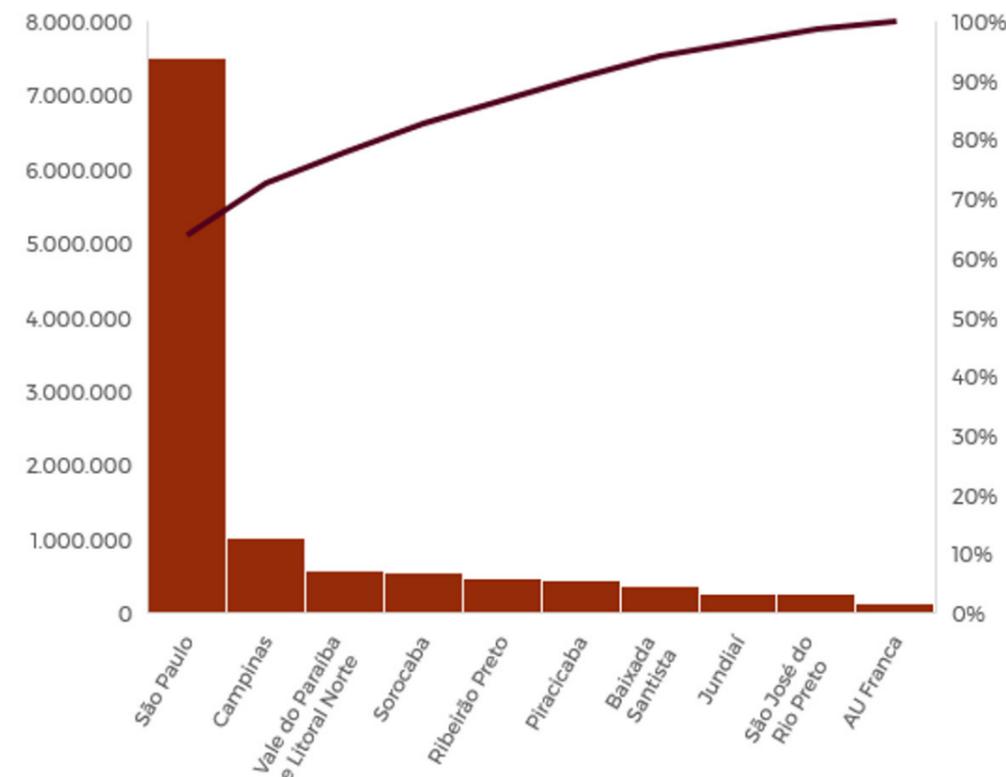
Fonte: ANM (2023). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

Mapa 22: Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais



Fonte: ANM (2023). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

Gráfico 27: Distribuição dos empregos formais segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana



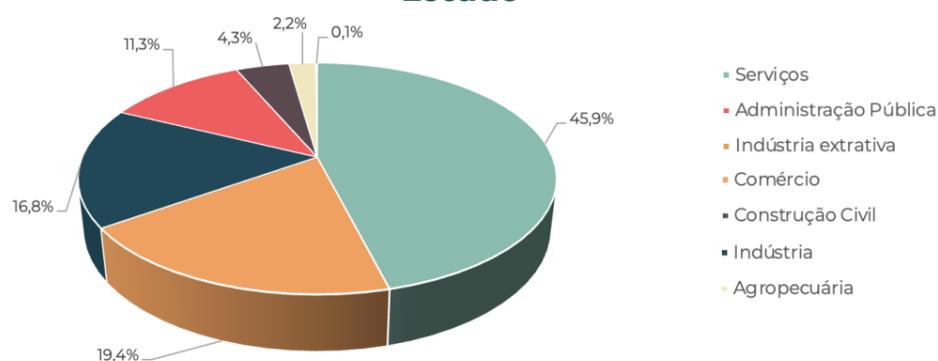
Fonte: MTE (2021). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

## 5.4. EMPREGOS FORMAIS

A predominância dos serviços e do comércio na participação dos empregos formais justifica-se pela importância dos setores na região metropolitana de São Paulo, que concentra a maior parcela da mão de obra do estado (54%).

Somente as regiões metropolitanas e a aglomeração urbana de Franca representam 83,4% dos empregos formais do estado, chegando ao patamar de 11,7 milhões de vínculos.

Gráfico 26: Participação de cada setor no total de empregos formais do Estado



Fonte: ANM (2023). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

### 5.4.1. INDÚSTRIA

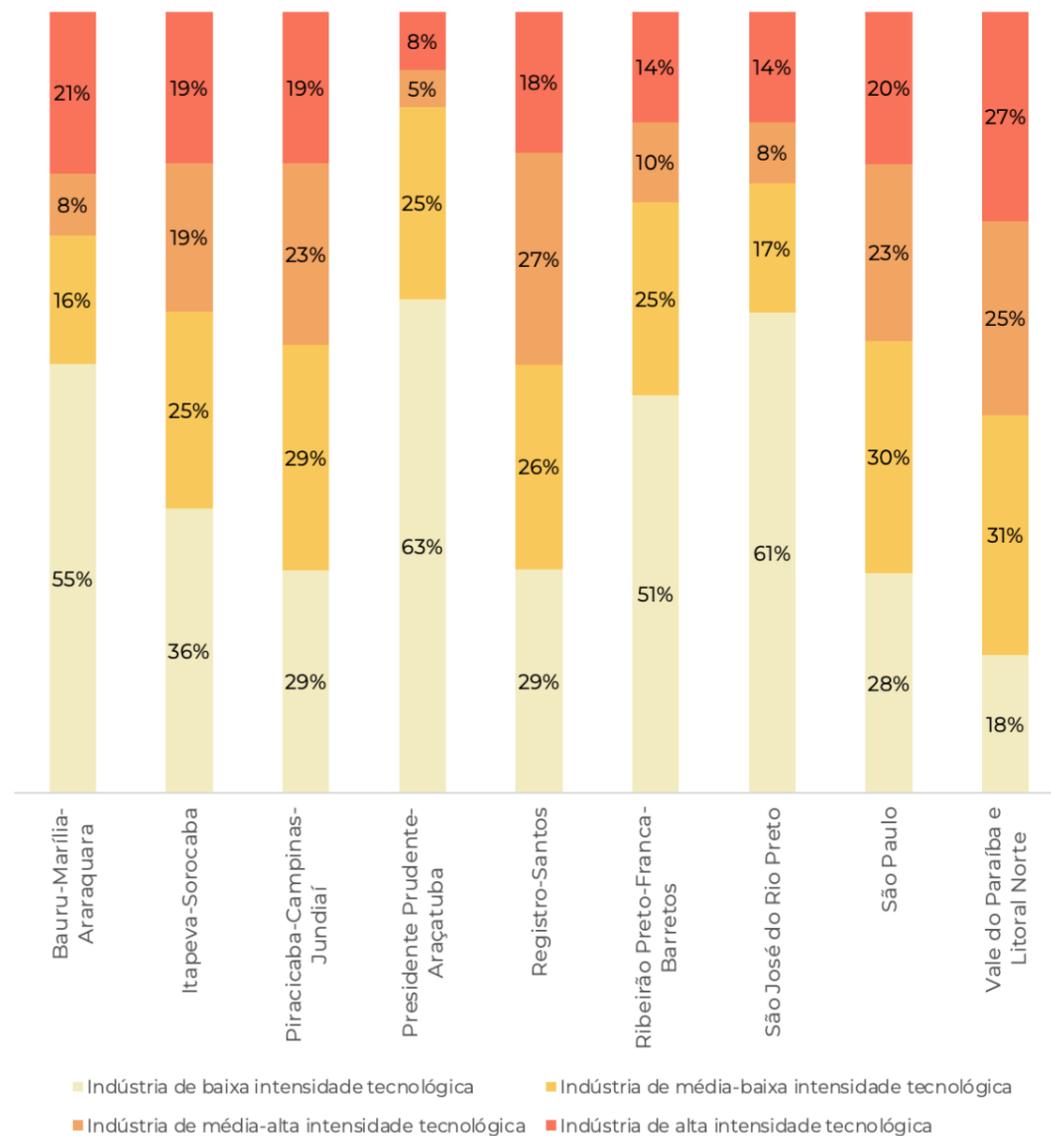
A indústria de baixa intensidade tecnológica ainda responde pela maioria dos empregos formais do setor no estado, com expressiva relevância no interior, onde encontram-se fabricações ligadas ao setor agrícola, como a de açúcar e de álcool.

Na região metropolitana de São Paulo, o destaque da indústria de média-baixa intensidade se dá pela concentração de empregos formais na fabricação de artefatos e embalagens de material plástico. As indústrias de alta e média-alta intensidades tecnológicas representam, juntas, 38% dos empregos formais do estado. No

setor de média-alta intensidade, sobressaem a fabricação de peças e acessórios para veículos automotores e a indústria farmacêutica.

No que tange a alta intensidade, a expressiva participação no Vale do Paraíba e Litoral Norte está ligada à presença da indústria de fabricação de aeronaves, assim como suas peças e componentes. No eixo Bauru-Marília-Araraquara, a fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e agropecuária está relacionada ao cultivo de cana de açúcar e laranja na região.

**Gráfico 28: Percentual de empregos na indústria por intensidade tecnológica segundo Regionalização CDHU**



Fonte: MTE (2021). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

As nove regiões metropolitanas, em conjunto com a aglomeração urbana de Franca, representam 78% dos empregos formais da indústria no estado, o que corresponde a aproximadamente 1,8 milhão de vínculos. Quase metade desse total está concentrada na RM de São Paulo (46%). As indústrias de baixa e média-bai-

xa intensidade tecnológica são predominantes, seguindo a distribuição estadual.

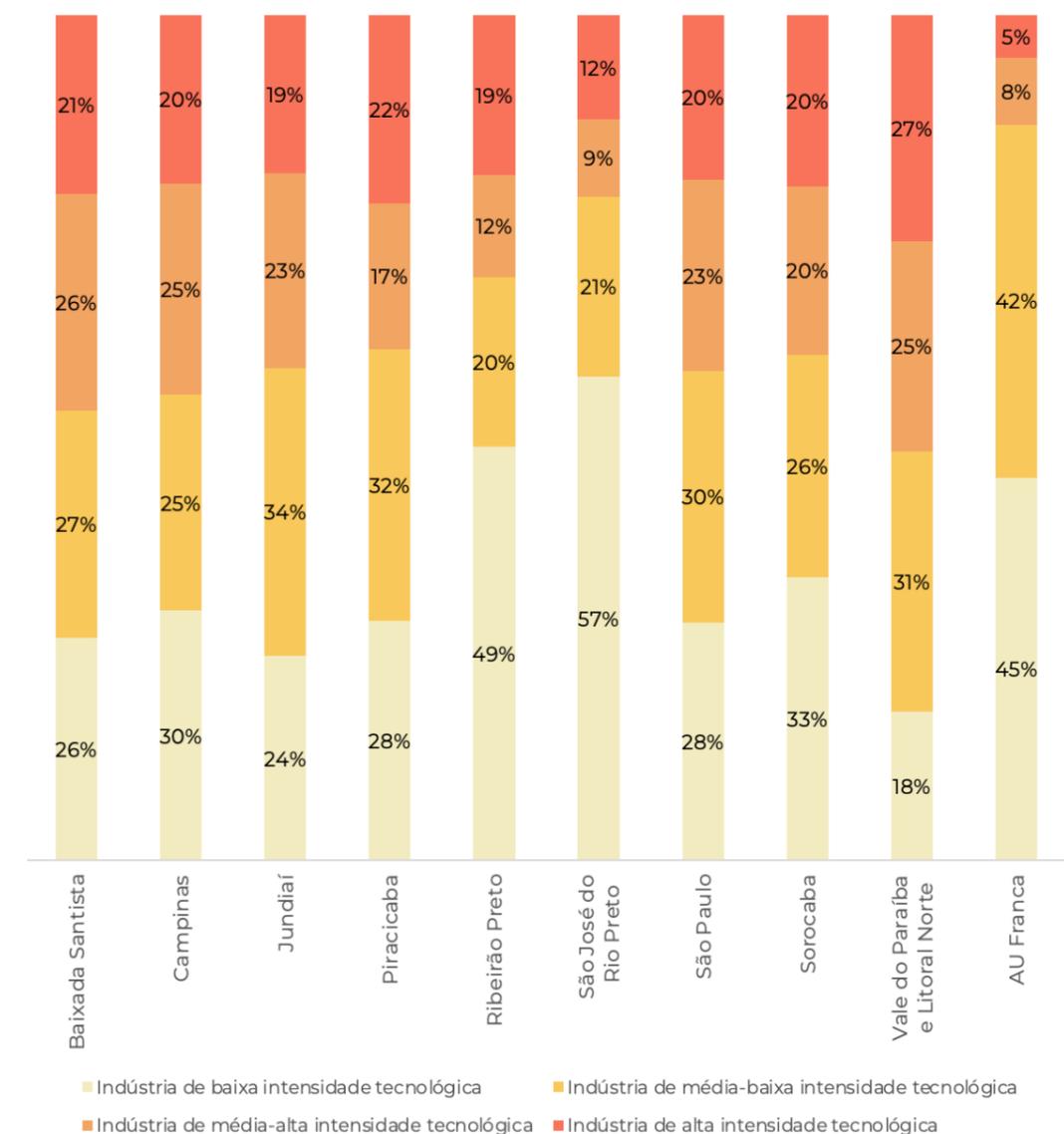
A indústria de baixa intensidade tecnológica tem participação maior nas RMs de Campinas e Sorocaba, destacando-se os setores têxtil e de alimentos e bebidas. Já nas RMs de Ribeirão Preto e São José

do Rio Preto, sobressaem a fabricação de açúcar e álcool e, nesta última, também a fabricação de móveis.

Na indústria de média-baixa intensidade tecnológica, estão concentrados o maior número de vínculos formais das RMs de Jundiaí (material plástico), Piracicaba (ce-

râmica) e Vale do Paraíba e Litoral Norte (metalurgia). Esta RM também se destaca no setor de alta intensidade tecnológica, devido à fabricação de veículos automotores e de aeronaves e suas peças e componentes, como já mencionado anteriormente.

**Gráfico 29: Percentual de empregos na indústria por intensidade tecnológica segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana**



Fonte: MTE (2021). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

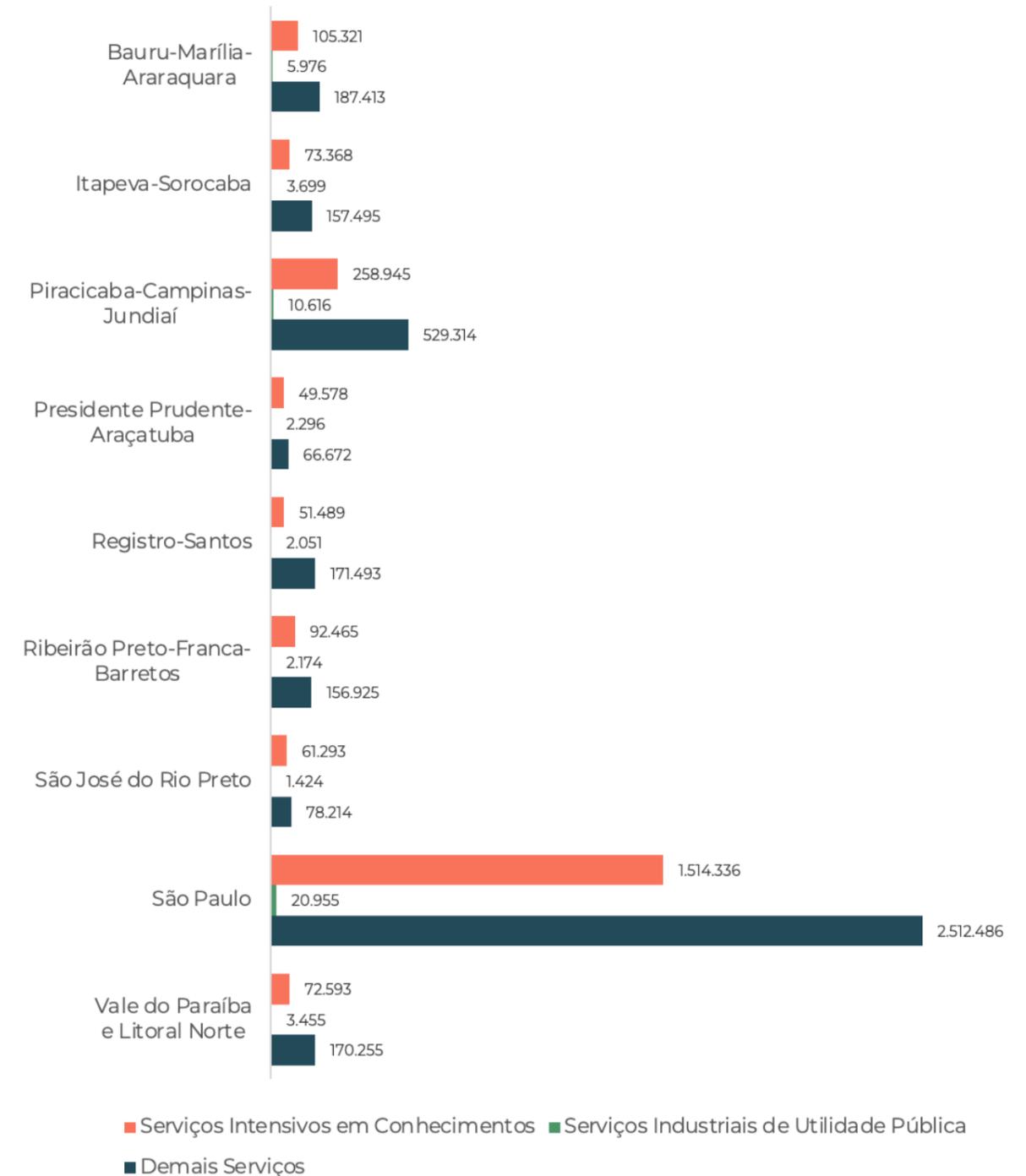
### 5.4.2. SERVIÇOS

O setor de serviços pode ser agrupado em três categorias. Os serviços intensivos em conhecimento são um subconjunto dos serviços que surgiram para atender à demanda das empresas, instalando-se fora das indústrias. Estão relacionados à informação e conhecimento, sem envolvimento com a produção manufatureira. Baseiam-se fortemente na capacitação de nível superior.

Os serviços industriais de utilidade pública são aqueles de uso comum e englobam os serviços de captação, tratamento e distribuição de água, geração e distribuição de energia elétrica, e produção, processamento e distribuição de gás. São os de menor representatividade no total dos vínculos formais.

Os demais serviços incluem, entre outros, educação (menos o nível superior), transportes, alimentação, ramos associados ao turismo, atividades associativas, aluguel de máquinas, equipamentos e objetos diversos, correio, e serviços pessoais e domésticos. Representam a maior parcela dos empregos formais em todas as regiões.

**Gráfico 30: Distribuição dos empregos formais nos serviços segundo Regionalização CDHU**



Fonte: MTE (2021). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

### 5.4.3. SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO

A concentração dos serviços intensivos em conhecimento (SIC) é na região metropolitana de São Paulo, com 66% dos vínculos ativos, seguida, de longe, pelo eixo Piracicaba-Campinas-Jundiaí, com 11%. Mesmo com pequena representação total dos SIC nas regiões, há o predomínio natural dos SIC Sociais, que englobam os serviços de educação superior e saúde.

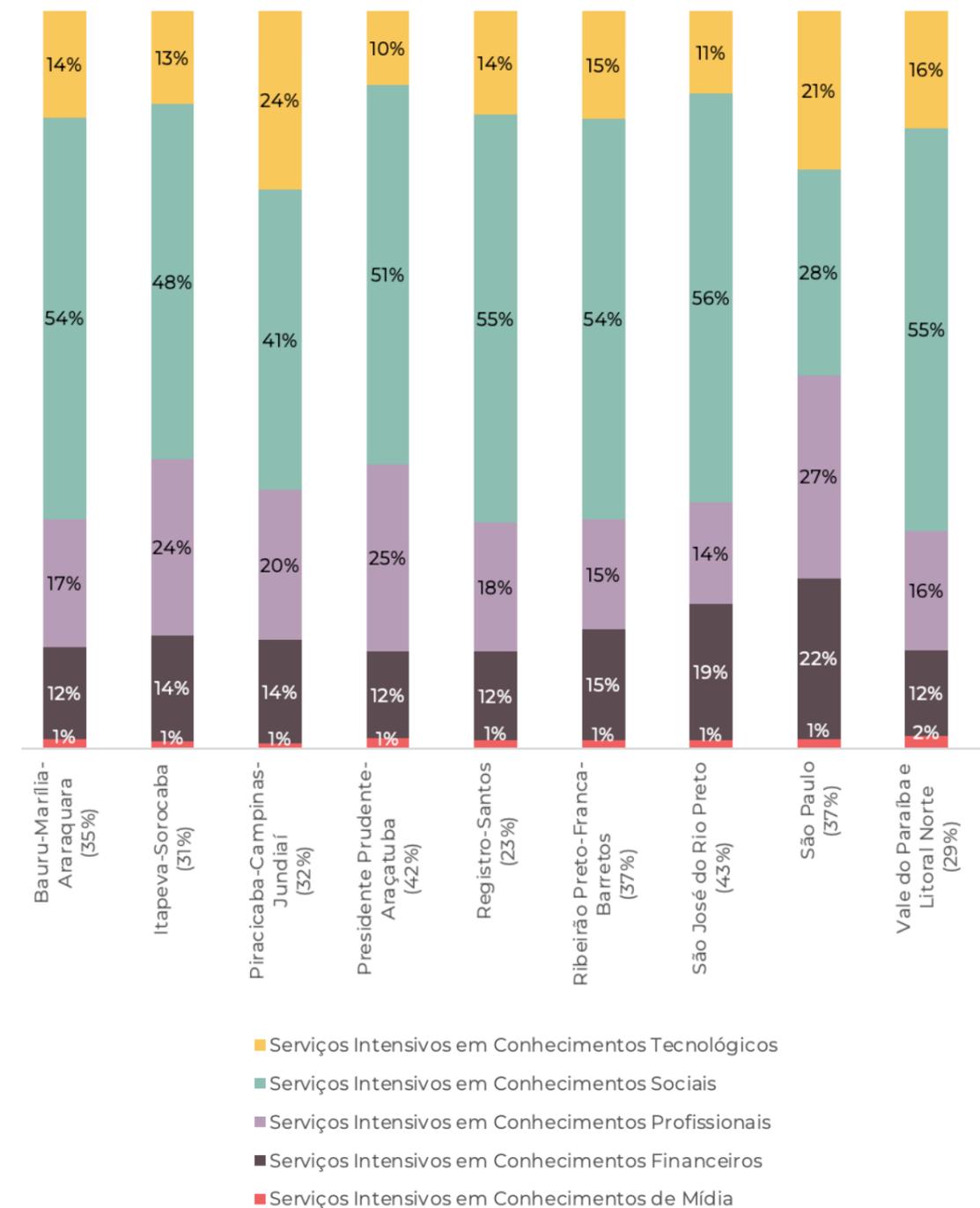
Na RM de São Paulo, com exceção dos SIC de Mídia (atividades cinematográficas e de vídeo, de rádio e televisão e de agências de notícias), que têm baixa representatividade, os demais estão em relativo equilíbrio de distribuição. Prevalcem os SIC Sociais, e, em seguida, os SIC Profissionais, que são, entre outros, os serviços de publicidade, contabilidade, atividades jurídicas e recursos humanos.

Os SIC Tecnológicos são atividades de tecnologia da informação, telecomunicações, Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) das ciências físicas e exatas, serviços de arquitetura e ensaios de materiais; enquanto os SIC Financeiros abrangem atividades de intermediação financeira, seguros e previdência complementar.

As nove regiões metropolitanas e a aglomeração urbana de Franca são responsáveis por 89,8% dos empregos formais no setor de serviços no estado, um total de 5,7 milhões de vínculos. No entanto, 71% do total concentra-se na RM de São Paulo, mais especificamente na capital do estado, que representa quase metade dos empregos do setor. Por essa razão, a distribuição dos tipos de serviços nas regiões metropolitanas quase não difere da feita pela regionalização da CDHU.

No que tange os serviços intensivos em conhecimento (SIC), a RM de São Paulo responde por 74% do total dos empregos formais das RMs e da AU de Franca. Apesar da pequena participação desses serviços nas demais, pode-se ressaltar a participação dos SIC Tecnológicos na RM de Campinas, com vínculos associados principalmente ao setor de tecnologia da informação, e dos SIC Profissionais na RM de Jundiaí, ligados à área de recursos humanos.

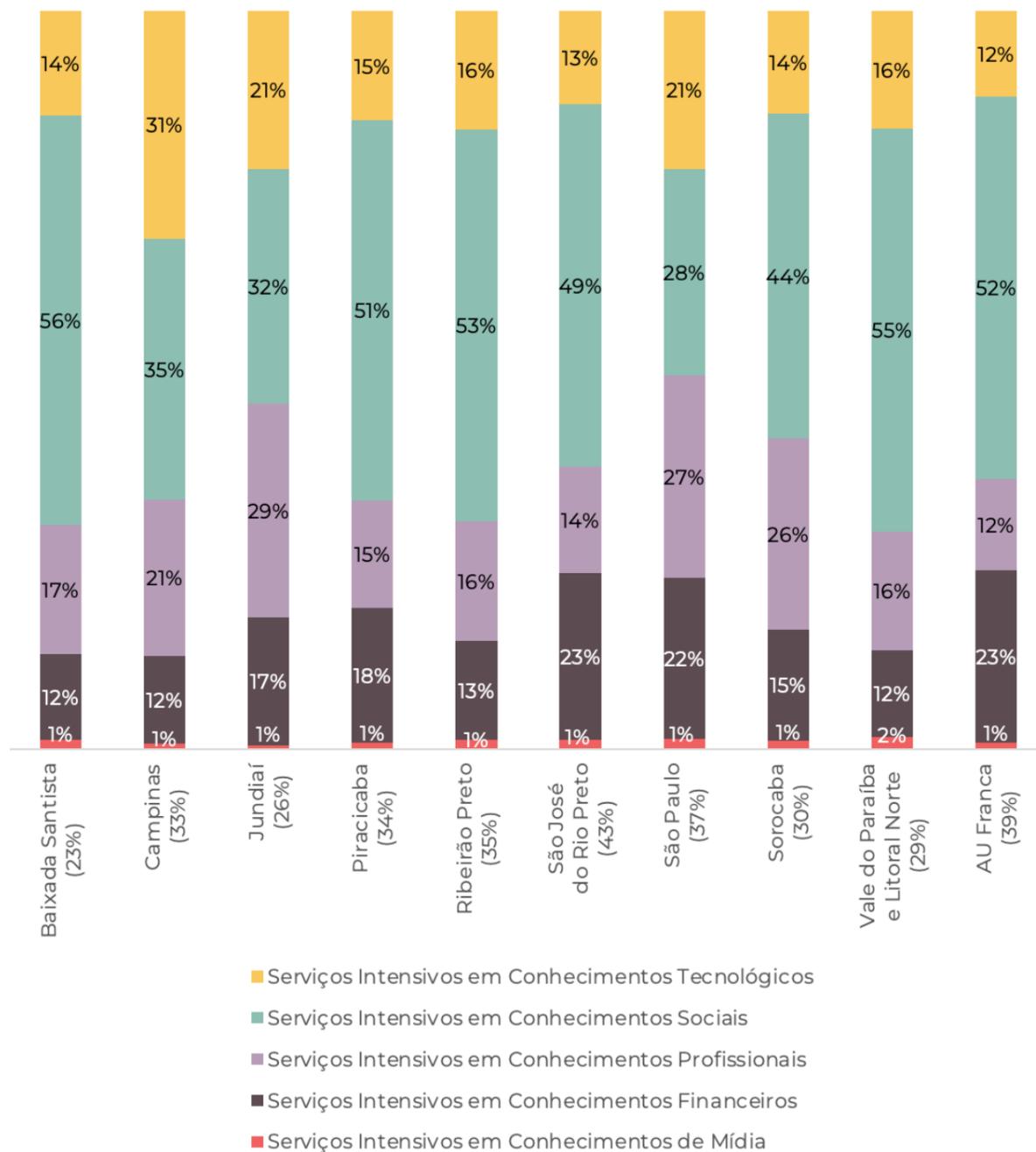
Gráfico 31: Percentual de empregos formais nos Serviços Intensivos em Conhecimento<sup>6</sup> segundo Regionalização CDHU



Fonte: MTE (2021). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

<sup>6</sup>O percentual, entre parênteses, corresponde à participação dos serviços intensivos em conhecimento no total do setor de serviços da região.

**Gráfico 32: Percentual de empregos formais nos Serviços Intensivos em Conhecimento<sup>7</sup> segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana**



Fonte: MTE (2021). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

<sup>7</sup>O percentual, entre parênteses, corresponde à participação dos serviços intensivos em conhecimento no total do setor de serviços da região.

**5.4.4. ESCOLARIDADE**

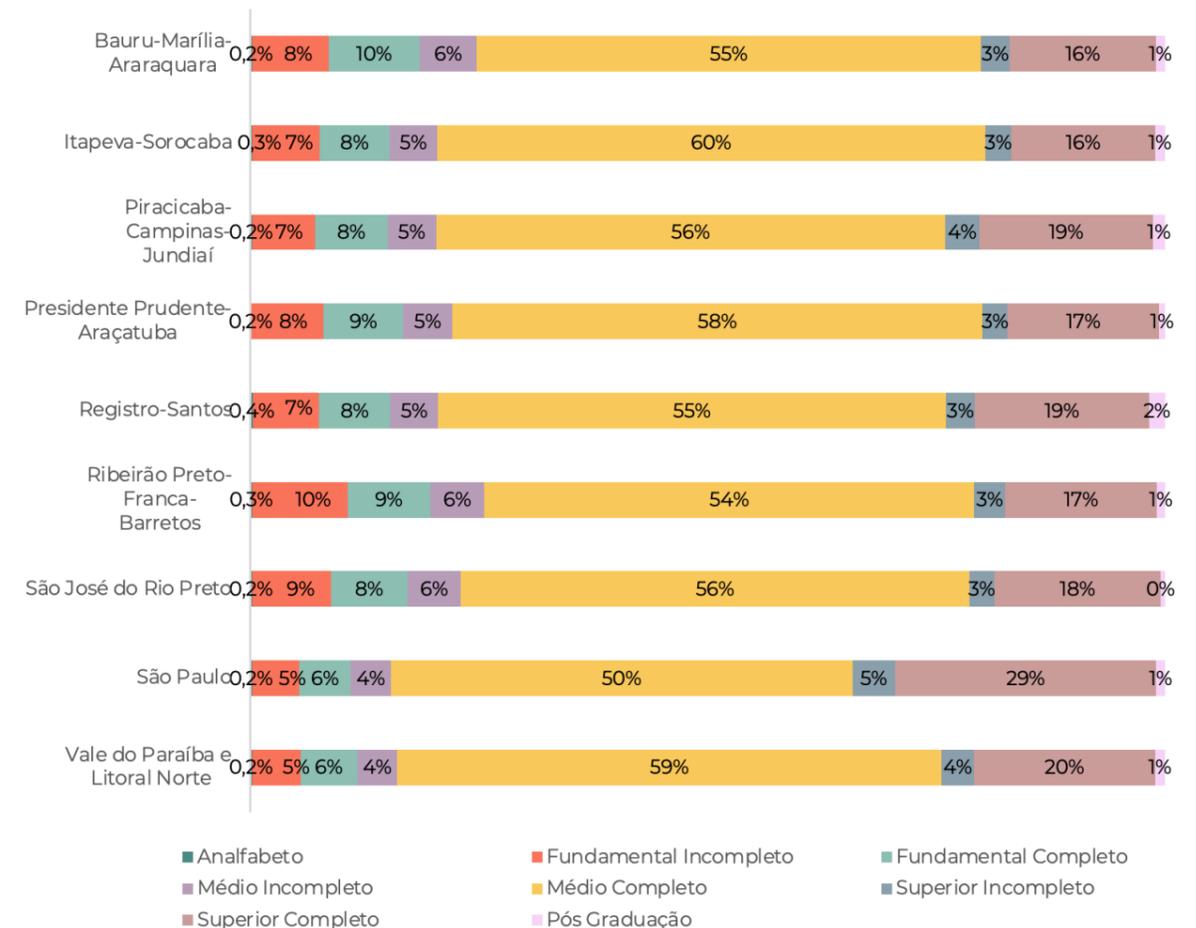
Analisando a escolaridade dos empregos formais, a maior parte dos trabalhadores, em todas as regiões, apresentam o ensino médio completo. Em seguida, aparecem os empregados de ensino superior completo.

Apesar desse quadro, se se forem considerados os analfabetos, os dois níveis incompletos (fundamental e médio) e o fundamental completo, a participação ultrapassa a do nível superior completo, com exceção da Região Metropolitana de

São Paulo e do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Desta forma, verifica-se a necessidade de maior capacitação da mão de obra, de forma a incentivar a modernização das atividades produtivas no estado. Para tanto, é fundamental o aumento do número dos equipamentos de Ensino Tecnológico e Superior, principalmente no interior do estado, visando a desconcentração dos setores econômicos.

**Gráfico 33: Distribuição percentual da escolaridade dos empregos formais segundo Regionalização CDHU**

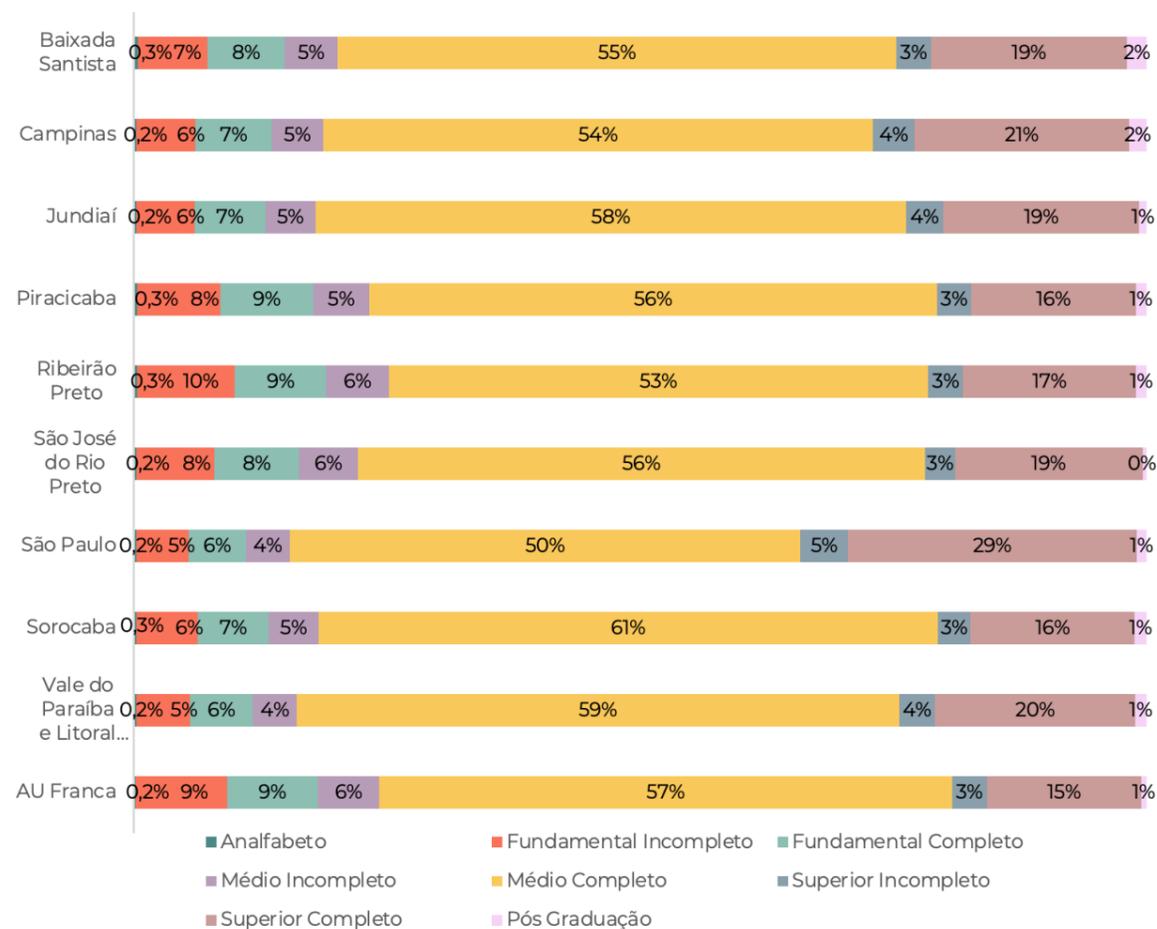


Fonte: MTE (2021). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

A distribuição da escolaridade dos empregos formais nas regiões metropolitanas e aglomeração urbana de Franca não difere muito da disposição pela regionalização CDHU. No total de empregos formais das RMs e AU, o ensino médio completo é o maior percentual (53%), seguido do ensino superior completo (25%).

Ainda assim, pode-se verificar uma condição levemente superior de escolaridade nas RMs. Considerando a soma dos percentuais dos analfabetos, dos dois níveis incompletos (fundamental e médio) e do fundamental completo em todas as RMs e a AU de Franca, essa é menor que o percentual do nível superior completo, o contrário dos demais municípios do estado.

**Gráfico 34: Distribuição percentual da escolaridade dos empregos formais segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana**

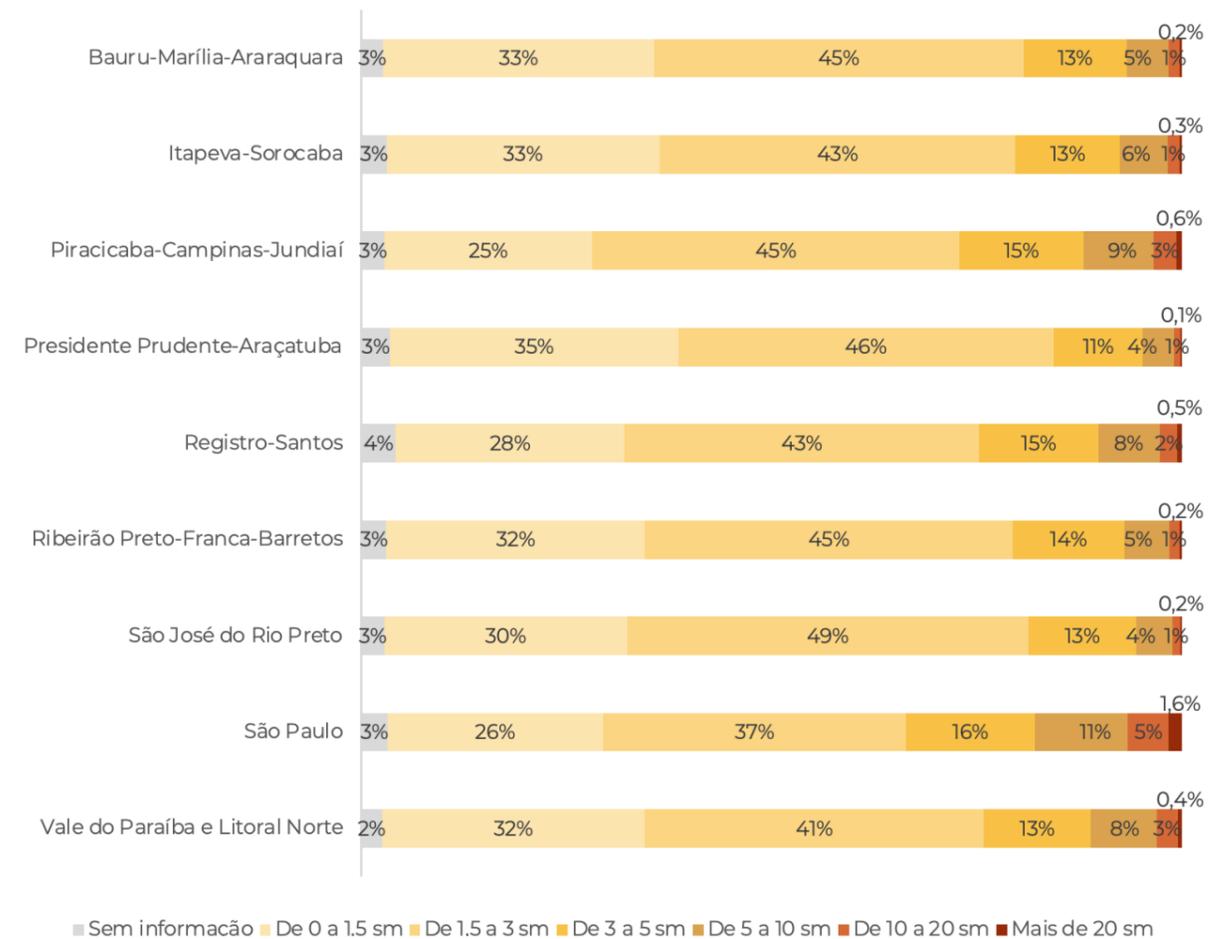


Fonte: MTE (2021). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

### 5.4.5. RENDA

A renda dos empregos formais apresenta concentração nas faixas de 0 a 1,5 e de 1,5 a 3 salários mínimos. Todas as regiões apresentam mais de 70% dos empregos nestas faixas de renda, com exceção da região metropolitana de São Paulo, cujo valor é de 63%.

**Gráfico 35: Distribuição percentual da renda dos empregos formais segundo Regionalização CDHU**

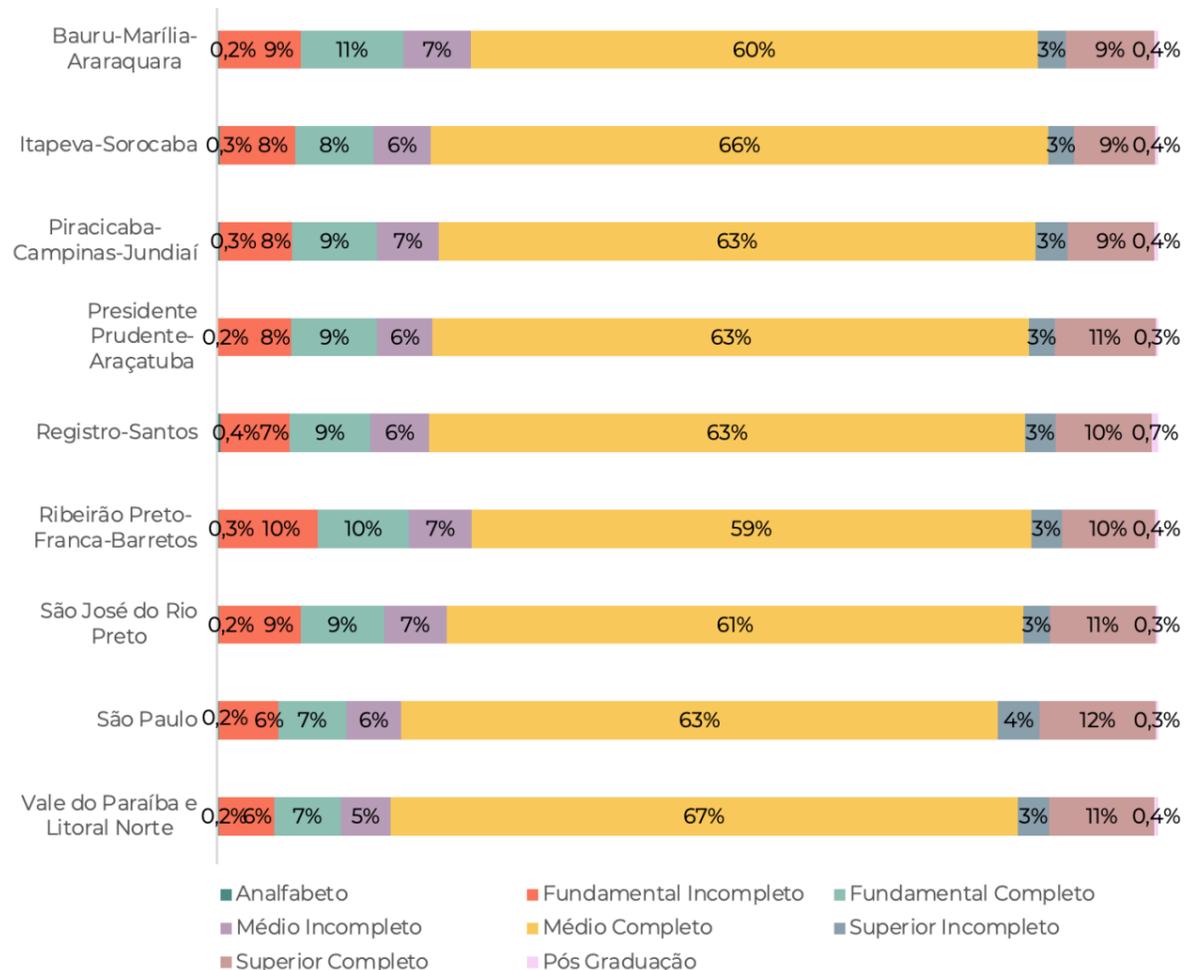


Fonte: MTE (2021). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

Cruzando faixas de renda determinadas com o nível de escolaridade, na faixa até 3 salários mínimos, o ensino médio completo é o preponderante, variando entre 59% dos empregos na região Ribeirão Preto-Franca-Barretos até 67% no Vale do Paraíba e Litoral Norte (gráfico 36).

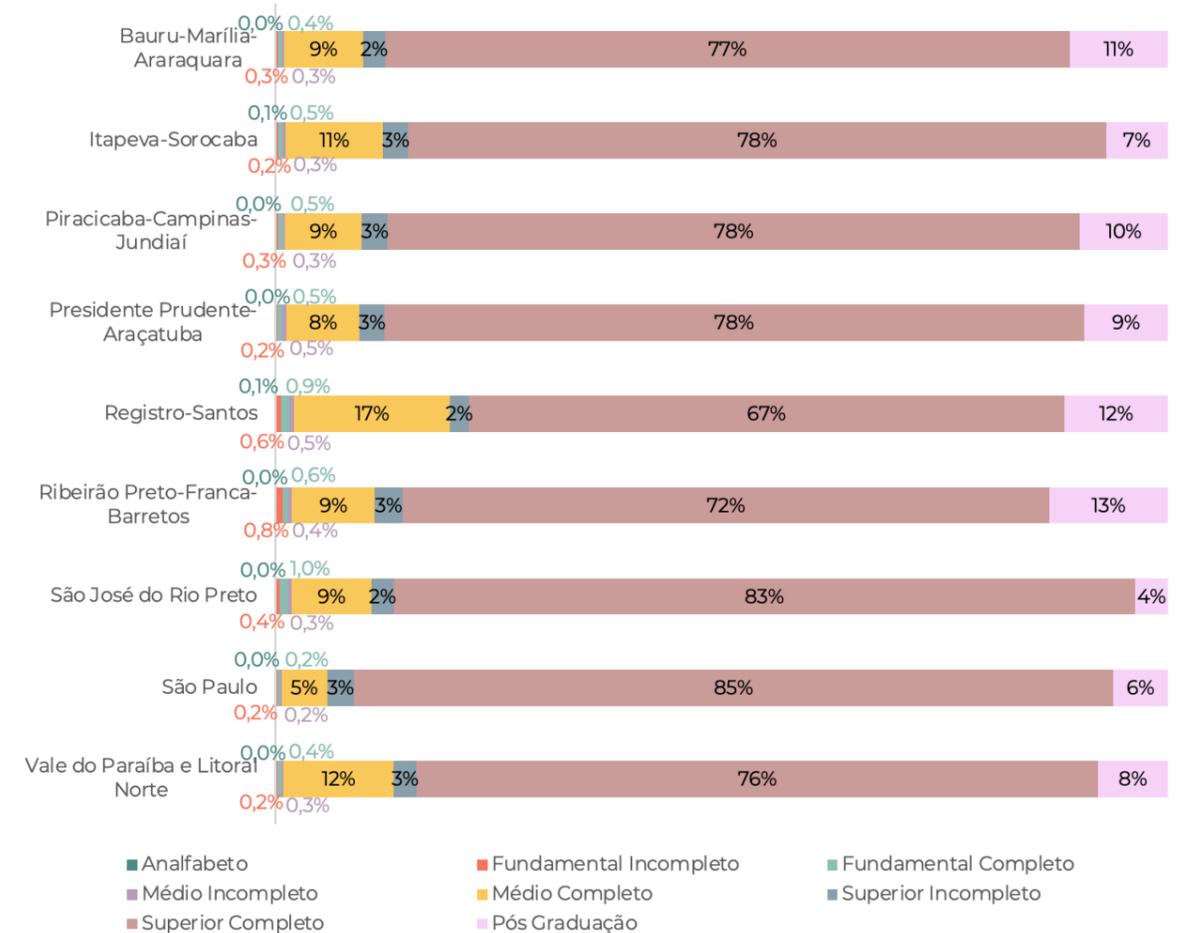
Considerando a faixa de renda acima de 10 salários mínimos, verifica-se que o grau superior completo tem a maior participação, que vai de 67% em Registro-Santos até 85% na região metropolitana de São Paulo. Importante ressaltar também o aumento considerável da parcela de empregados formais com pós-graduação (gráfico 37).

**Gráfico 36: Grau de escolaridade na faixa de renda até 3 salários mínimos segundo Regionalização CDHU**



Fonte: MTE (2021). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

**Gráfico 37: Grau de escolaridade na faixa de renda de mais de 10 salários mínimos segundo Regionalização CDHU**

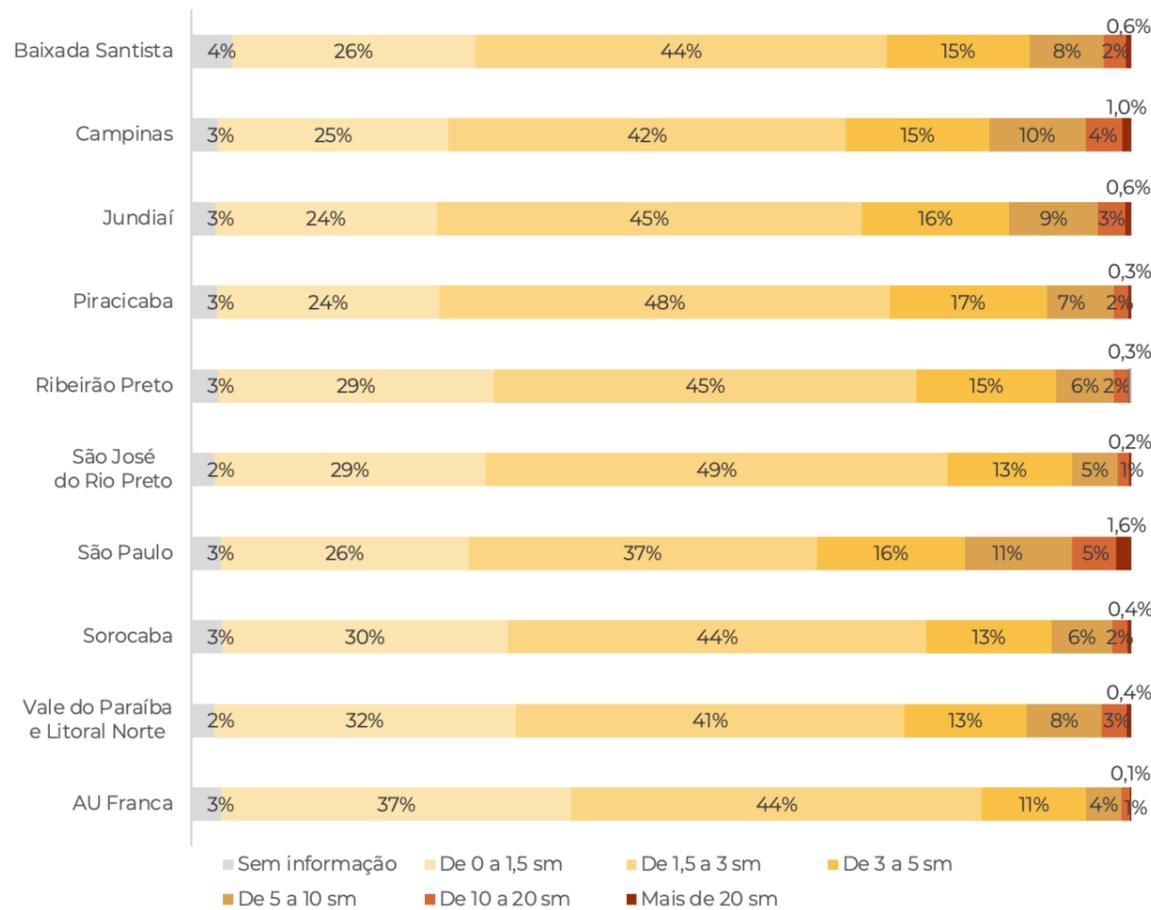


Fonte: MTE (2021). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

A renda dos vínculos ativos, nas regiões metropolitanas e aglomeração urbana de Franca, está concentrada nas faixas de 0 a 1,5 e de 1,5 a 3 salários mínimos (66%). No entanto, no restante do estado, 79% dos empregados formais auferem renda de até 3 salários mínimos, o que permite in-

ferir que, nos arranjos metropolitanos, os trabalhadores recebem salários mais elevados. De fato, nas RMs e AU de Franca, 10% dos trabalhadores ganham de 5 a 10 salários mínimos, enquanto nos demais municípios, este percentual é de apenas 5%.

**Gráfico 38: Distribuição percentual da renda dos empregos formais segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana**

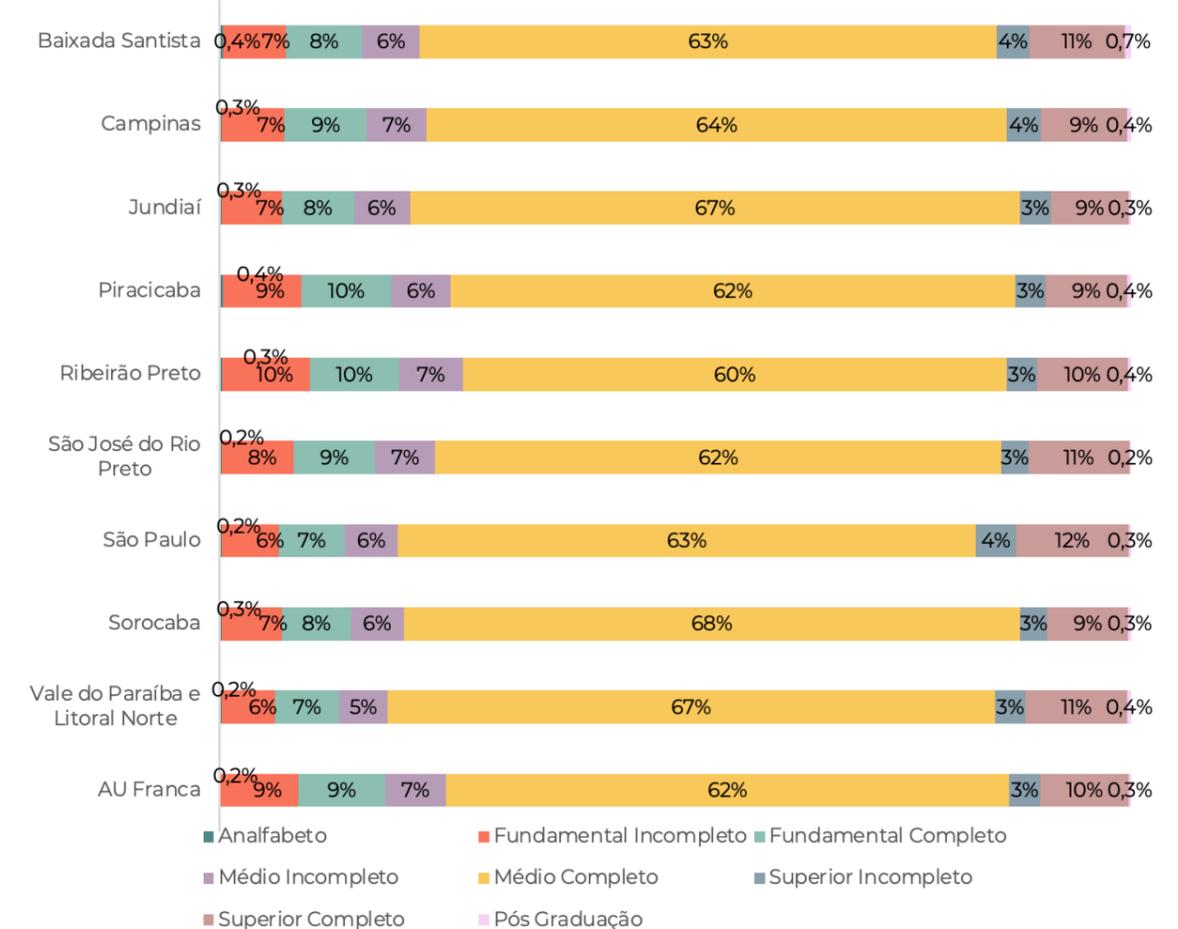


Fonte: MTE (2021). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

A distribuição percentual de cada nível de escolaridade para a faixa de renda até 3 salários mínimos não difere, nas regiões metropolitanas e aglomeração urbana de Franca, da regionalização CDHU, com o ensino médio completo possuindo os maiores percentuais (gráfico 39).

O mesmo se verifica na distribuição das faixas de renda acima de 10 salários mínimos, onde os empregados formais com grau superior completo têm o maior percentual. Igualmente, há uma maior participação do grau de pós-graduação, com exceção da aglomeração urbana de Franca, onde não houve registro de trabalhadores com esse nível de escolaridade (gráfico 40).

**Gráfico 39: Grau de escolaridade na faixa de renda até 3 salários mínimos segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana**

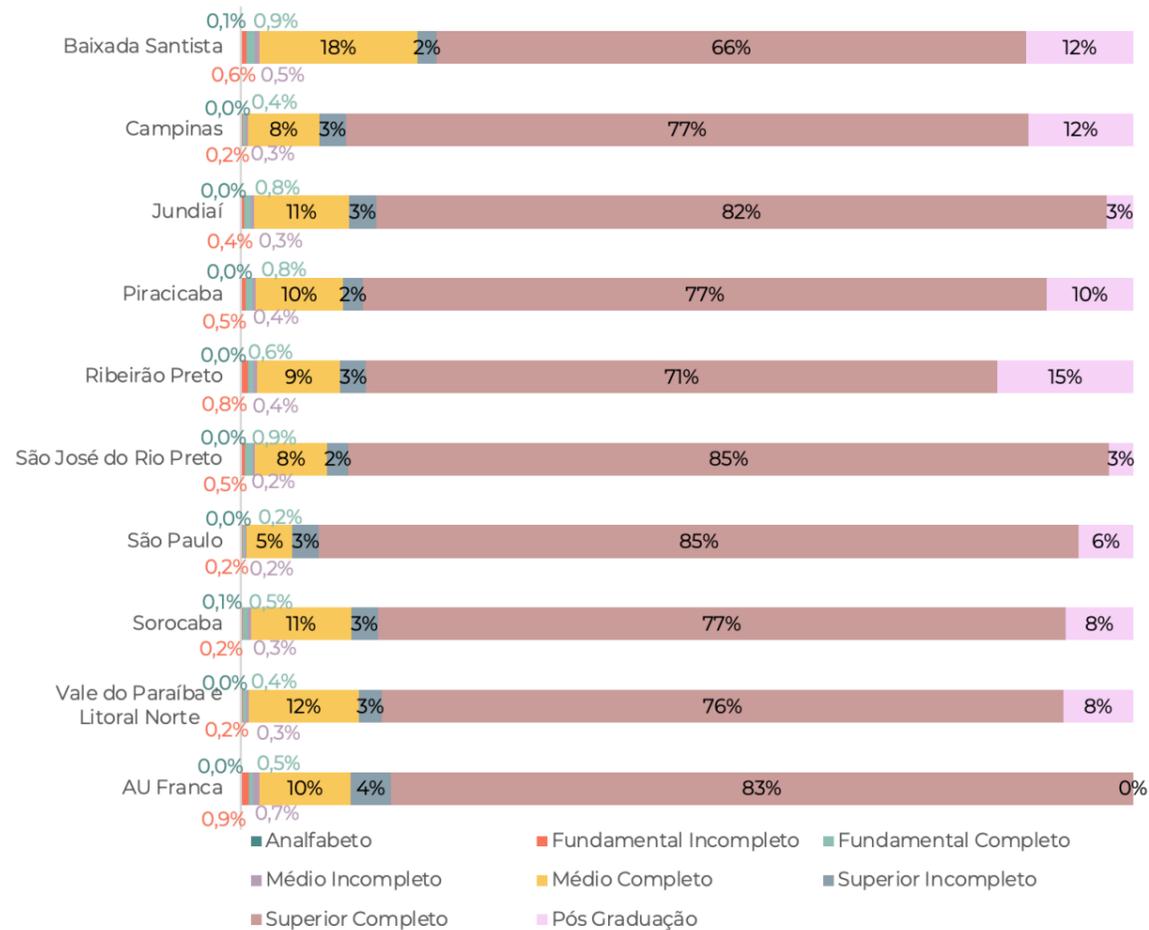


Fonte: MTE (2021). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

A distribuição percentual de cada nível de escolaridade para a faixa de renda até 3 salários mínimos não difere, nas regiões metropolitanas e aglomeração urbana de Franca, da regionalização CDHU, com o ensino médio completo possuindo os maiores percentuais (gráfico 39).

O mesmo se verifica na distribuição das faixas de renda acima de 10 salários mínimos, onde os empregados formais com grau superior completo têm o maior percentual. Igualmente, há uma maior participação do grau de pós-graduação, com exceção da aglomeração urbana de Franca, onde não houve registro de trabalhadores com esse nível de escolaridade (gráfico 40).

**Gráfico 40: Grau de escolaridade na faixa de renda de mais de 10 salários mínimos segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana**



Fonte: MTE (2021). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

## 5.5. MERCADO DE TRABALHO – PESSOAS OCUPADAS E INFORMALIDADE

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulga, trimestralmente, informações a respeito da inserção das pessoas no mercado de trabalho. Traz esses dados para a força de trabalho, considerando o conjunto de pessoas ocupadas em trabalhos formais e informais.

No estado de São Paulo, no 4º trimestre de 2023, eram 24,5 milhões de pessoas ocupadas na força de trabalho, um acréscimo de 2,5% em relação ao 4º trimestre de 2022 (23,9 milhões). Destas pessoas, quase 7,7 milhões estavam em situação de informalidade, um aumento de 4,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (7,3 milhões).

A PNADC divulga algumas variáveis relativas ao mercado de trabalho em estratos geográficos. De acordo com a definição apresentada na página de apresentação do Painel PNAD Contínua, “os estratos geográficos são porções do território cujas características regionais são relevantes para a análise de contexto. São compostos, para cada unidade da federação, por municípios que foram agregados com o objetivo de garantir a representatividade da amostra num recorte geográfico mais detalhado do que a unidade da federação e de possibilitar a geração de estimativas para cada uma dessas porções”. É importante destacar que a Nota técnica 01/2022, que traz as informações sobre esse processo de estratificação, informa que as estatísticas desses estratos “são experimentais, isto é, estão sob avaliação porque ainda não atingiram um grau completo de maturidade em termos de harmonização, cobertura ou metodologia”. A mesma nota ressalta ainda que

essas estatísticas “devem ser usadas com cautela, pois são estatísticas novas que ainda estão em fase de teste e sob avaliação. Elas são desenvolvidas e publicadas visando envolver os usuários e partes interessadas para avaliação de sua relevância e qualidade”.

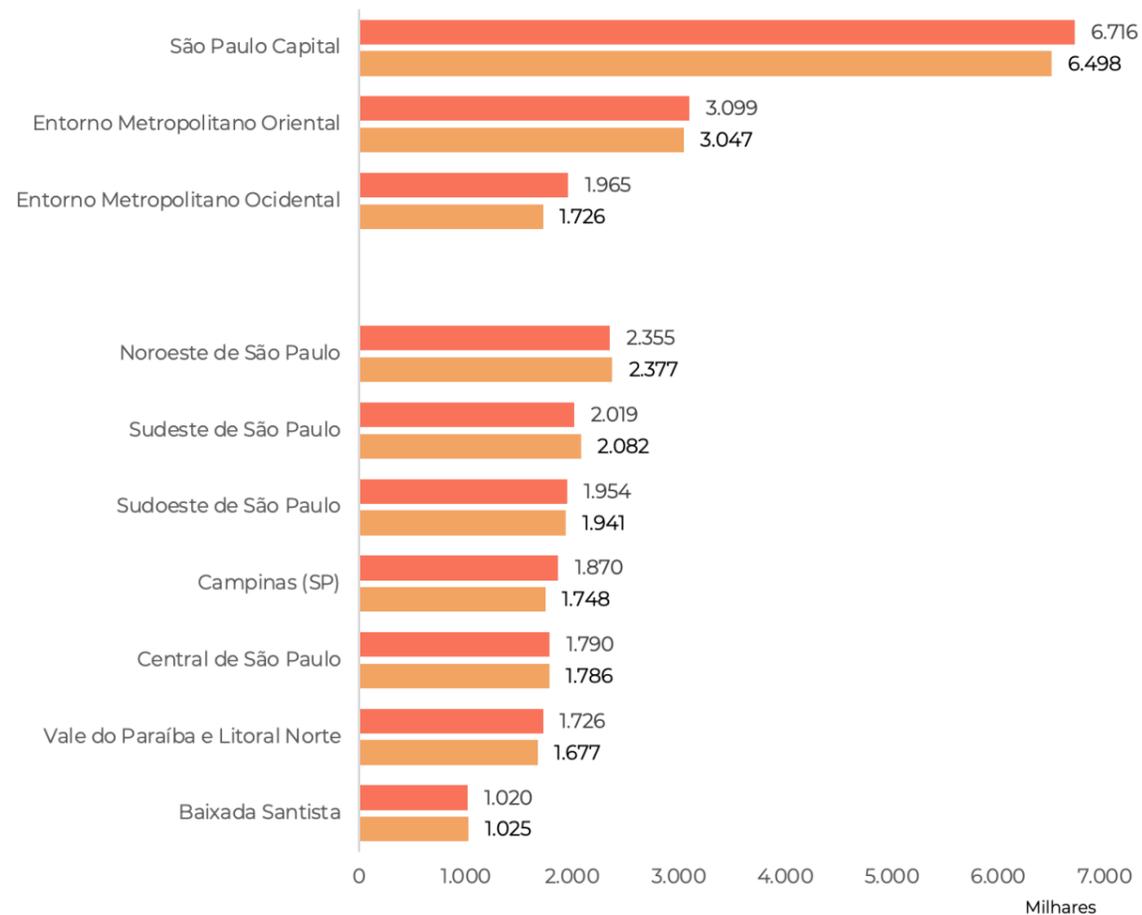
No estado de São Paulo foram realizadas 10 estratificações, quais sejam: Baixada Santista, Campinas, Central de São Paulo, Entorno Metropolitano Ocidental (SP-Capital), Entorno Metropolitano Oriental (SP-Capital), Noroeste de São Paulo, São Paulo – Capital, Sudeste de São Paulo, Sudoeste de São Paulo, Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Considerando a distribuição de pessoas ocupadas no estado de São Paulo pelos estratos geográficos, no 4º trimestre de 2023, pode-se verificar a alta concentração na capital São Paulo e no entorno metropolitano (oriental e ocidental) que, juntos, somam 11,8 milhões de pessoas (48% do total do estado).

O restante do estado, dividido em 7 estratos, totaliza 12,7 milhões. O Noroeste de São Paulo, que tem, entre seus principais municípios, as cidades de Barretos, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, tem a maior participação no total desses estratos (18%).

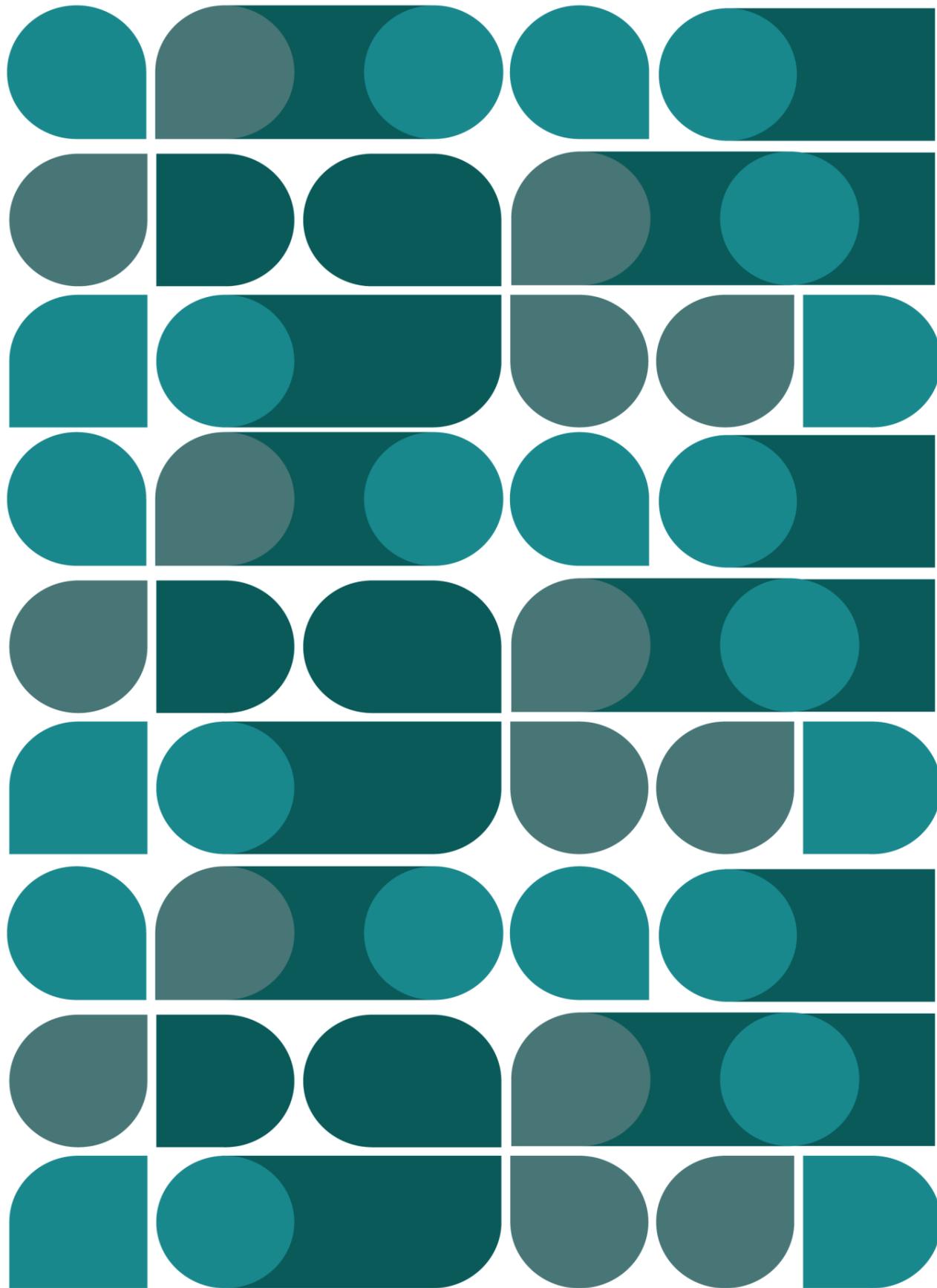
Importante ressaltar que alguns desses estratos tiveram perda de pessoas ocupadas, principalmente o Sudeste de São Paulo (diminuição de 3% em relação ao mesmo trimestre de 2022), enquanto o Vale do Paraíba e Litoral Norte mostrou um aumento de 2,9% no total de pessoas ocupadas.

**Gráfico 41: Pessoas ocupadas<sup>8</sup> segundo Estratos Geográficos do estado de São Paulo**



Fonte: IBGE (2023d). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

<sup>8</sup> Pessoas de 14 anos ou mais de idade que, na semana de referência, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana. Consideram-se como ocupadas temporariamente afastadas de trabalho remunerado as pessoas que não trabalharam durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de férias, folga, jornada variável ou licença remunerada (em decorrência de maternidade, paternidade, saúde ou acidente da própria pessoa, estudo, casamento, licença-prêmio etc.). Além disso, também foram consideradas ocupadas as pessoas afastadas por motivo diferente dos já citados, desde que o período transcorrido do afastamento fosse inferior a quatro meses, contados até o último dia da semana de referência.



# FORMAÇÃO SUPERIOR E TÉCNICA

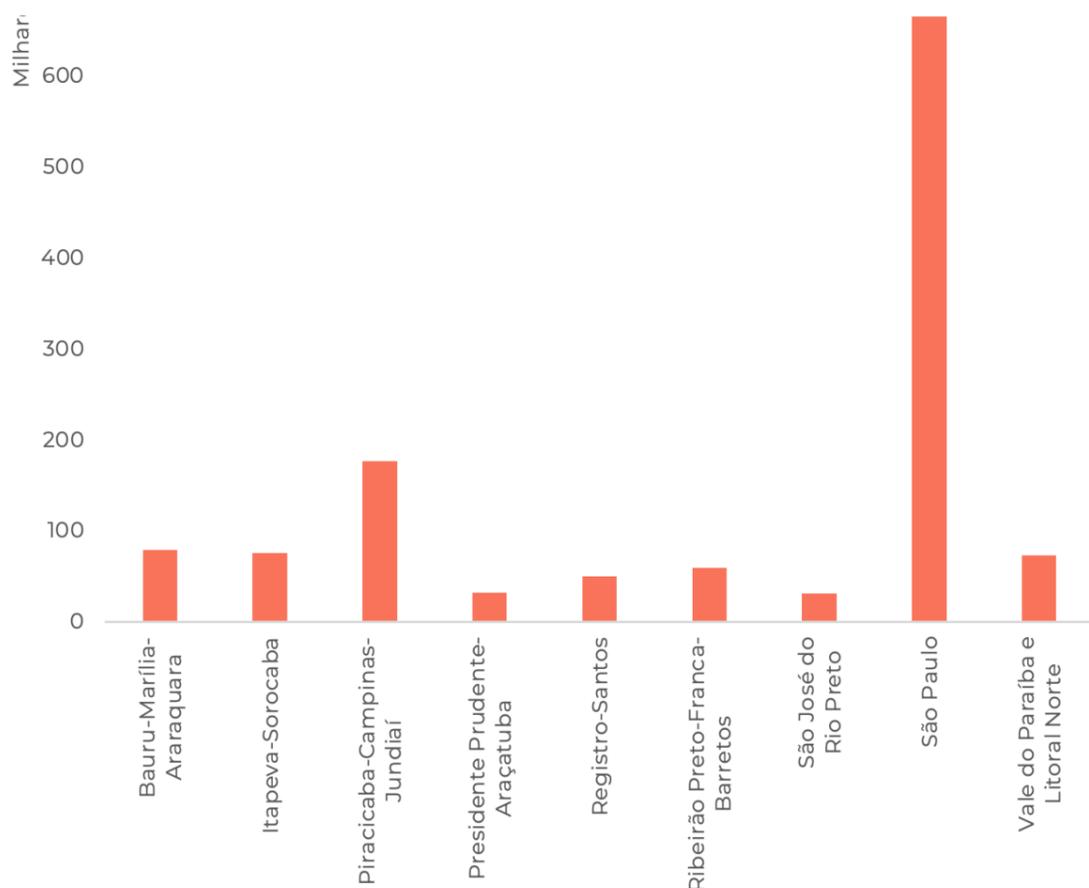
## 6.1. ENSINO SUPERIOR

### 6.1.1. INGRESSANTES E CONCLUINTES

A quantidade de ingressantes no Ensino Superior, somando as universidades públicas e faculdades privadas, exibe o quanto concentradas são as oportunidades de formação. A maior quantidade de ingressantes foram na capital São Paulo e nas centralidades regionais, onde se localizam o maior número de instituições de ensino.

Ressalta-se, ainda, que há uma disparidade acentuada entre ingressantes e concluintes. Um exemplo é a região metropolitana de São Paulo, onde, em 2022, 665 mil novos estudantes ingressaram em estabelecimentos de ensino superior, mas apenas 188 mil pessoas concluíram seus cursos. Este quadro revela-se preocupante do ponto de vista de formação de mão-de obra qualificada, condizente com a distribuição de escolaridade dos vínculos ativos, já retratada neste caderno.

**Gráfico 42: Quantidade de ingressantes segundo Regionalização CDHU**



Fonte: INEP (2022). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

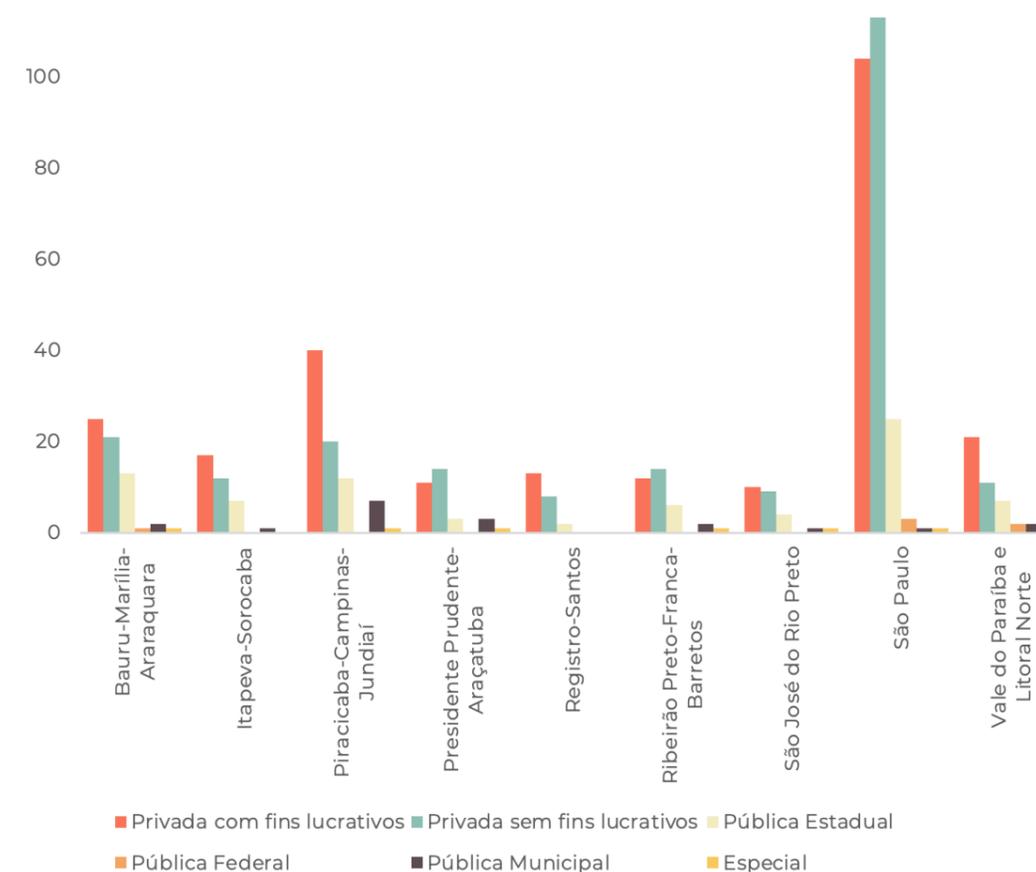
Há também a necessidade de desconcentração dos estabelecimentos de ensino superior, que somam 585 instituições entre privadas e públicas.

A distribuição dos estabelecimentos pelas regiões mostra-se muito desigual, com número elevado na região metropolitana

de São Paulo, um total de 247, em contraste com as regiões de Registro-Santos (23) e São José do Rio Preto (25).

Chama atenção, ainda, a quantidade de faculdades privadas, que representam 81% do total das instituições de ensino superior do estado.

**Gráfico 43: Instituições de Ensino Superior por categoria administrativa, segundo Regionalização CDHU**

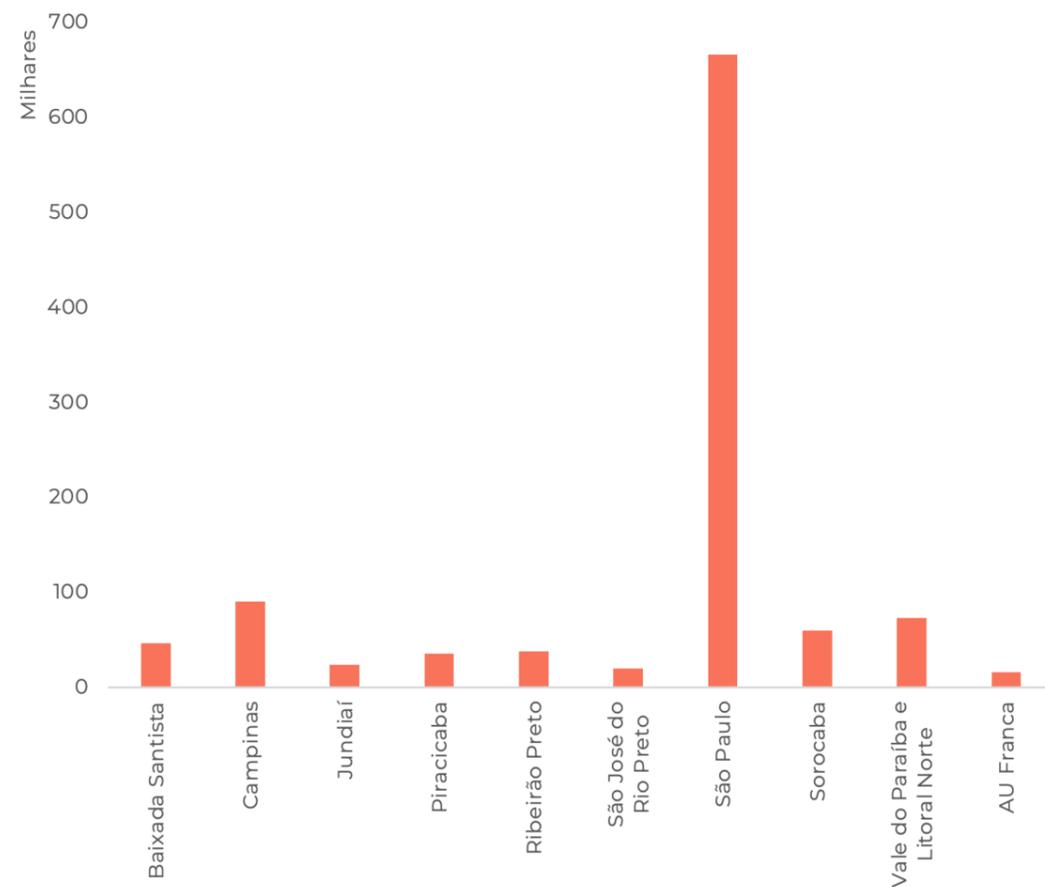


Fonte: INEP (2022). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

As nove regiões metropolitanas e a aglomeração urbana de Franca somam 86% do total de ingressantes no Ensino Superior em 2022, condizente com o quadro já mostrado na análise da regionalização CDHU. A região metropolitana de São Paulo, sozinha, representa 62% desse total.

Essa situação se repete no que tange a quantidade de concluintes, com os arranjos metropolitanos respondendo por 84% do total do estado. Esse número representa apenas 292 mil concluintes, frente a 1,06 milhão de ingressantes.

**Gráfico 44: Quantidade de ingressantes segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana**

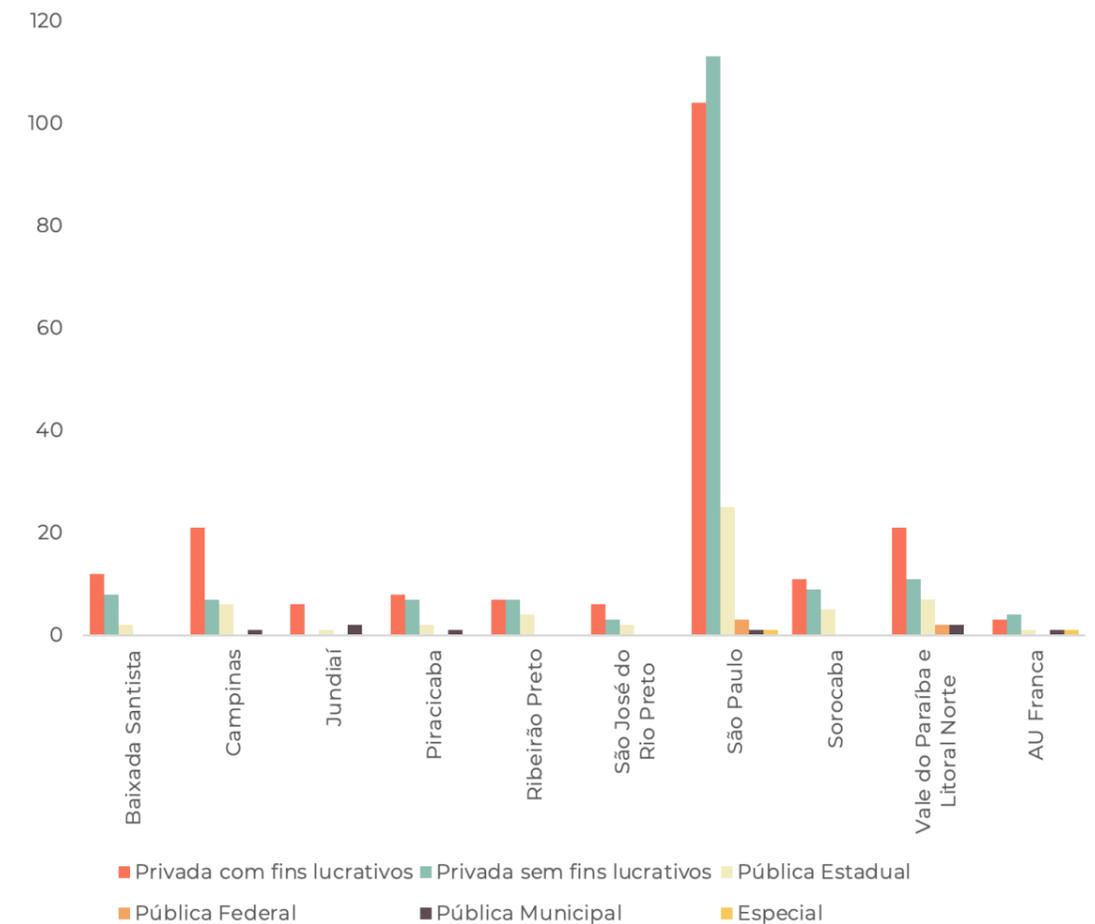


Fonte: INEP (2022). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

As regiões metropolitanas e a aglomeração urbana de Franca, juntas, reúnem 438 instituições de ensino superior, 75% do total do estado. No entanto, a RM de São Paulo responde por 56% do total dos arranjos metropolitanos, corroborando a necessidade de desconcentração dos estabelecimentos de ensino superior.

Do total de universidades públicas do estado (104 instituições), 64% localizam-se nos arranjos metropolitanos.

**Gráfico 45: Instituições de Ensino Superior por categoria administrativa, segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana**



Fonte: INEP (2022). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

As regiões metropolitanas e a aglomeração urbana de Franca, juntas, reúnem 438 instituições de ensino superior, 75% do total do estado. No entanto, a RM de São Paulo responde por 56% do total dos arranjos metropolitanos, corroborando a necessidade de desconcentração dos estabelecimentos de ensino superior.

Do total de universidades públicas do estado (104 instituições), 64% localizam-se nos arranjos metropolitanos.

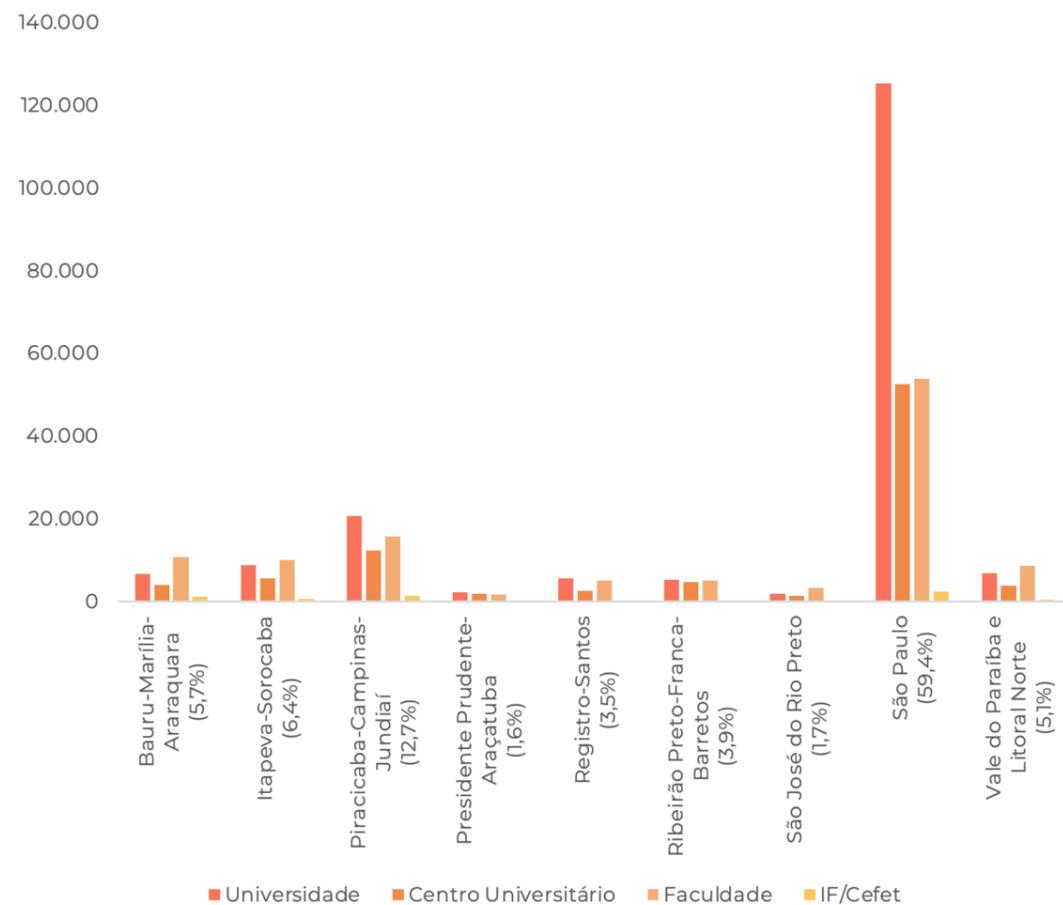
## 6.2. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

### 6.2.1. GRADUAÇÃO

O cenário da educação profissional e tecnológica exibe a mesma concentração de oportunidades de ensino. A região metropolitana de São Paulo responde por 59% do total de matrículas na graduação, com aproximadamente 228 mil matrículas a mais que a região de Presidente Prudente-Araçatuba, que tem apenas 1,6% de participação no total.

Há uma predominância, em todas as regiões, de matrículas efetuadas na graduação entre os 21 e 40 anos, somando de 66% de participação em Presidente Prudente-Araçatuba até 71% na RM de São Paulo. Para esses cálculos foram consideradas todas as matrículas, somando-se as modalidades presencial e à distância.

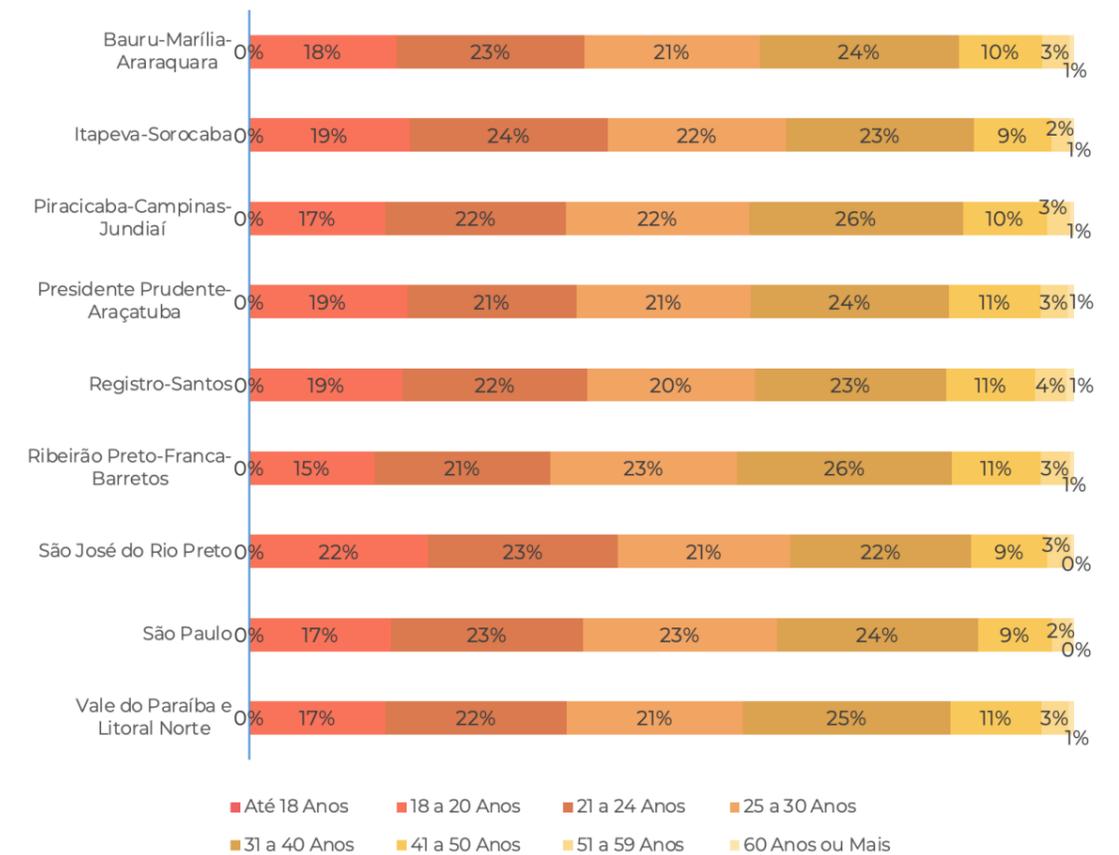
**Gráfico 46: Quantidade de matrículas<sup>9</sup> em cursos de graduação segundo organização acadêmica, por Regionalização CDHU**



Fonte: INEP (2019). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

<sup>9</sup> O percentual, entre parênteses, corresponde à participação de cada região no total de matrículas do estado.

**Gráfico 47: Quantidade de matrículas em cursos de graduação segundo faixas etárias, por Regionalização CDHU**

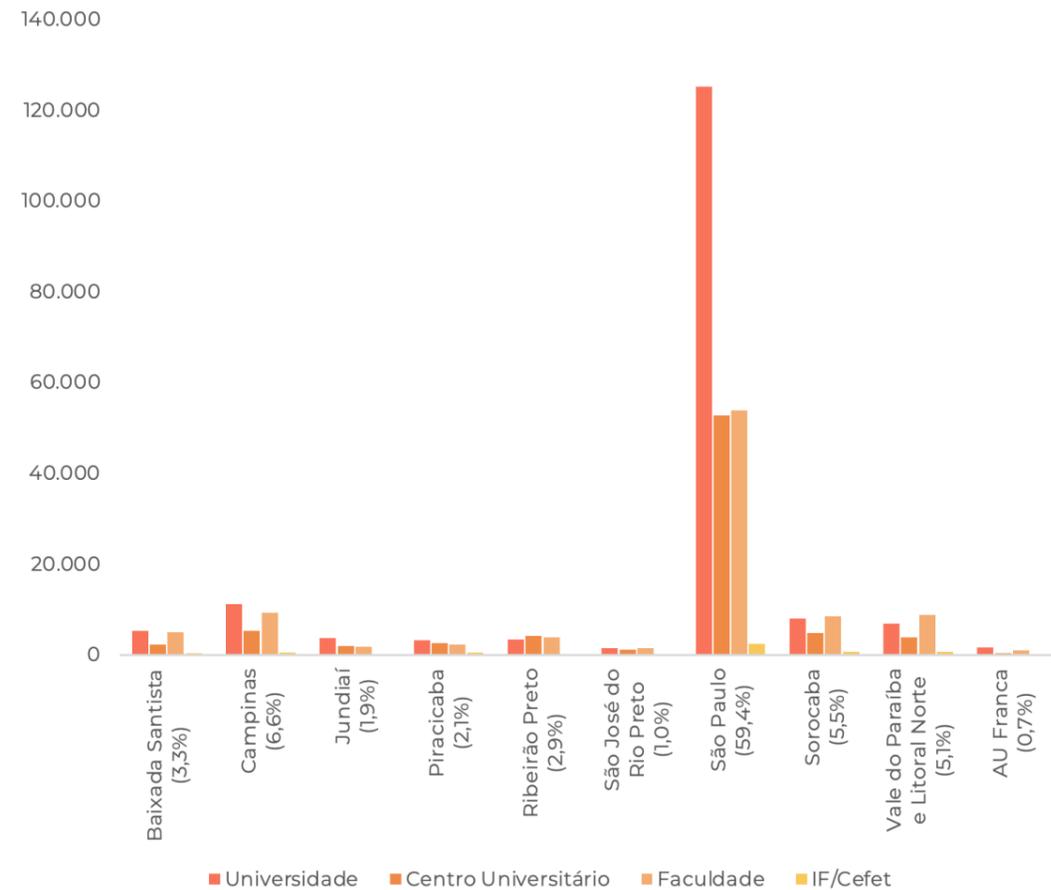


Fonte: INEP (2019). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

As regiões metropolitanas, junto à aglomeração urbana de Franca, representam 89% da quantidade de matrículas em cursos de graduação da Educação Profissional e Tecnológica, com cerca de 300 mil matrículas a mais que o restante do estado. No entanto, como já mostrado na divisão anterior, as oportunidades estão concentradas na RM de São Paulo.

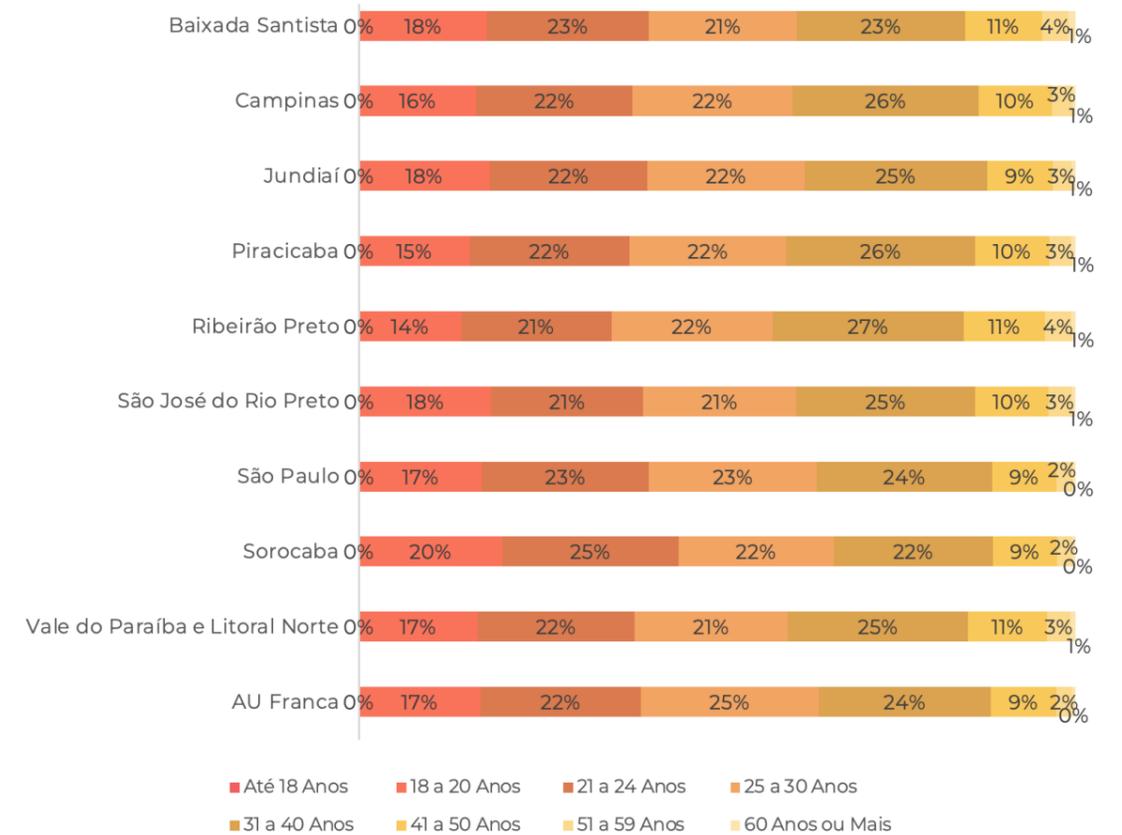
O quadro de distribuição por faixa etária não difere da regionalização CDHU, com o predomínio de matrículas na graduação entre os 21 e 40 anos em todas as RMs e AU de Franca. Assim como para os dados apresentados anteriormente, para esses cálculos foram consideradas todas as matrículas, somando-se as modalidades presencial e à distância.

**Gráfico 48: Quantidade de matrículas<sup>10</sup> em cursos de graduação segundo organização acadêmica, por Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana**



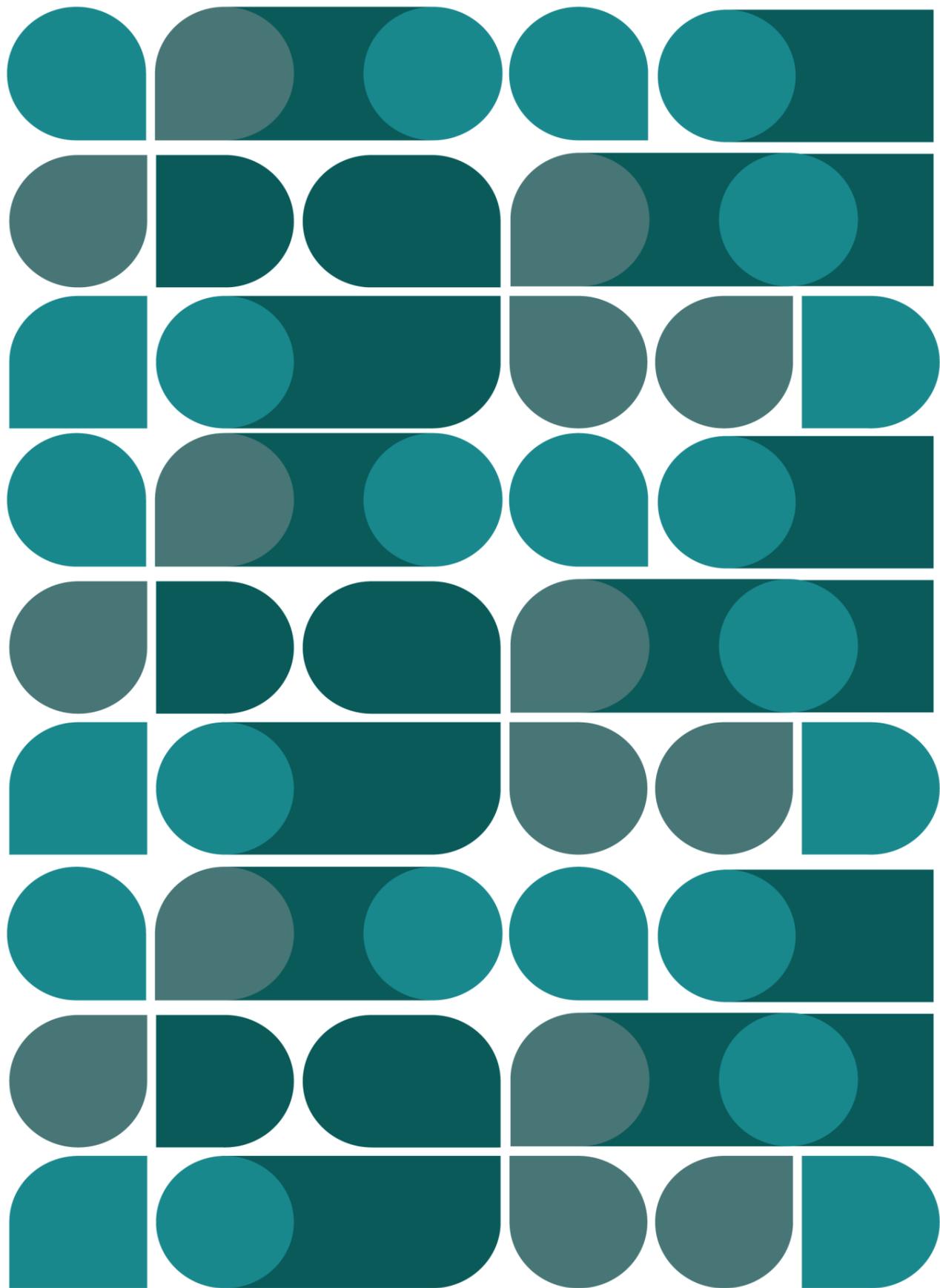
Fonte: INEP (2019). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

**Gráfico 49: Quantidade de matrículas em cursos de graduação segundo faixas etárias, por Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana**



Fonte: INEP (2019). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

<sup>10</sup> O percentual, entre parênteses, corresponde à participação de cada região no total de matrículas do estado.



# GESTÃO FISCAL

## 7.1. ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL (IFGF)

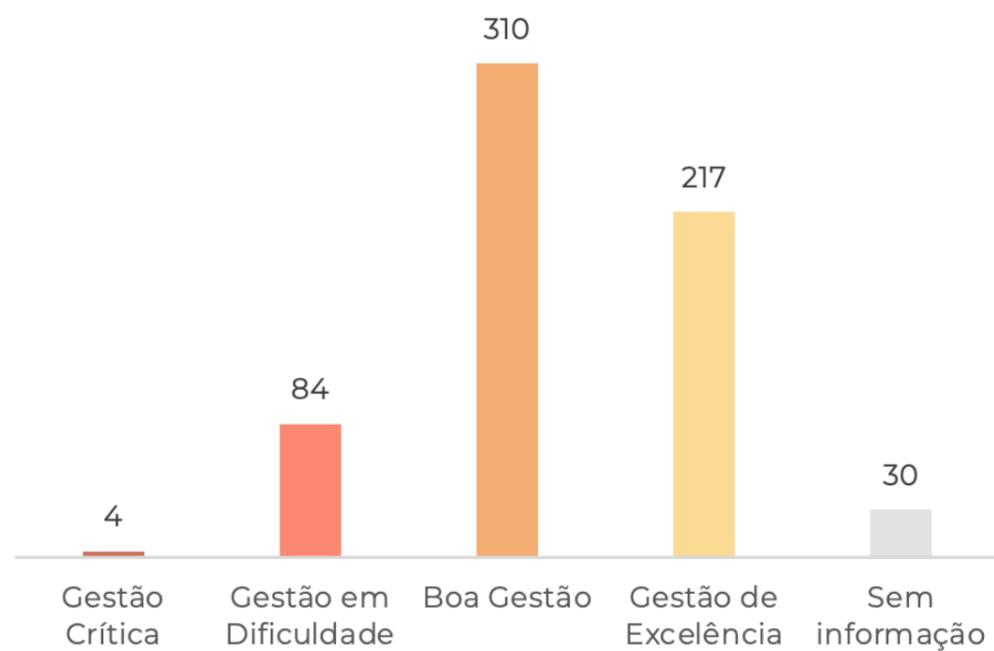
O Índice Firjan de Gestão Fiscal avalia a eficiência da gestão fiscal dos municípios, fundamental para a geração de empregos e atração de investimentos, assim como para a oferta de serviços públicos.

Os municípios paulistas, em geral apresentam boa qualidade de gestão, a maior parcela concentrada nas regiões de Bauru-Marília-Araçatuba, Piracicaba-Campinas-Jundiaí e Presidente Prudente-Araçatuba. Entre os municípios classificados no conceito Gestão de Excelência, também se destaca a região de Bauru-Marília-Araçatuba, seguida pela região de São José do Rio Preto.

Apenas 14% dos municípios paulistas estão categorizados nos conceitos Gestão em Dificuldade e Gestão Crítica, a maior parte em Presidente Prudente-Araçatuba, Bauru-Marília-Araçatuba e São José do Rio Preto.

Nas regiões metropolitanas e aglomeração urbana de Franca, 85 municípios estão na categoria de Gestão de Excelência e apenas 2 na Gestão Crítica.

Gráfico 50: Número de municípios segundo conceitos do IFGF

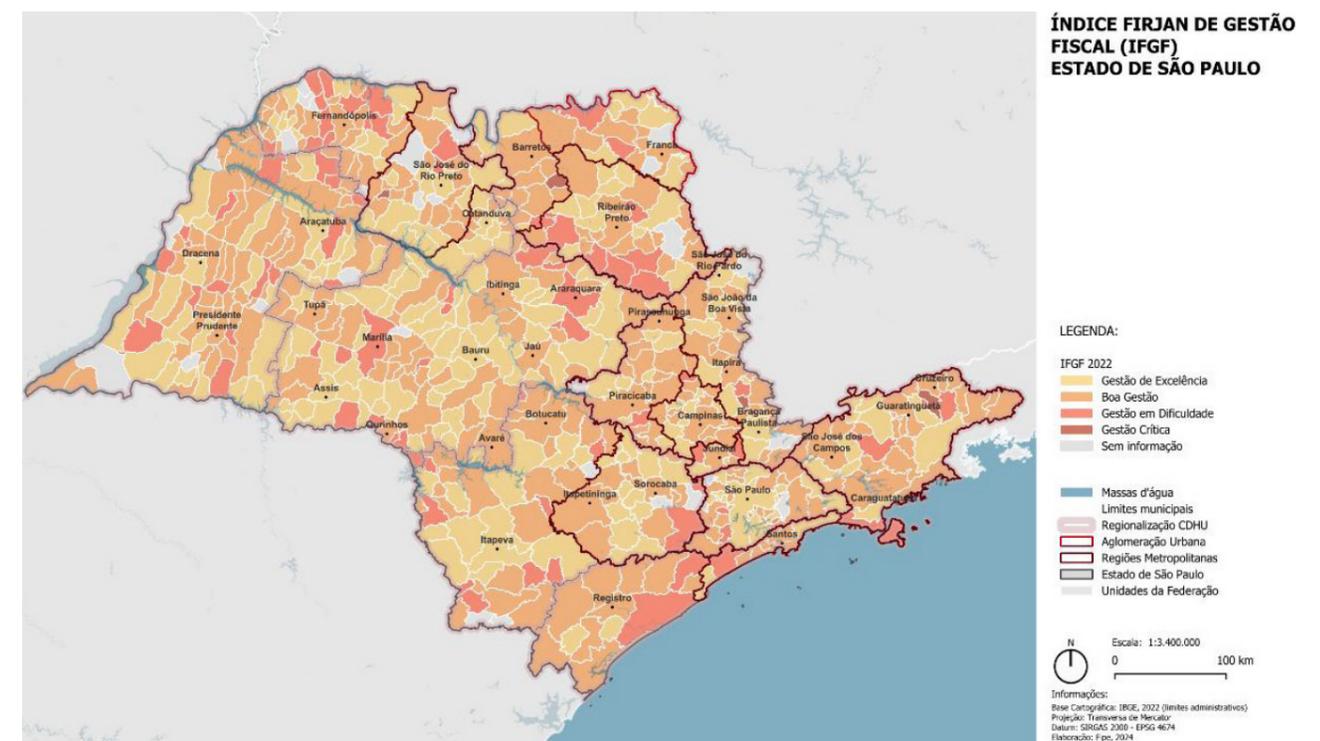


Fonte: FIRJAN (2023). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

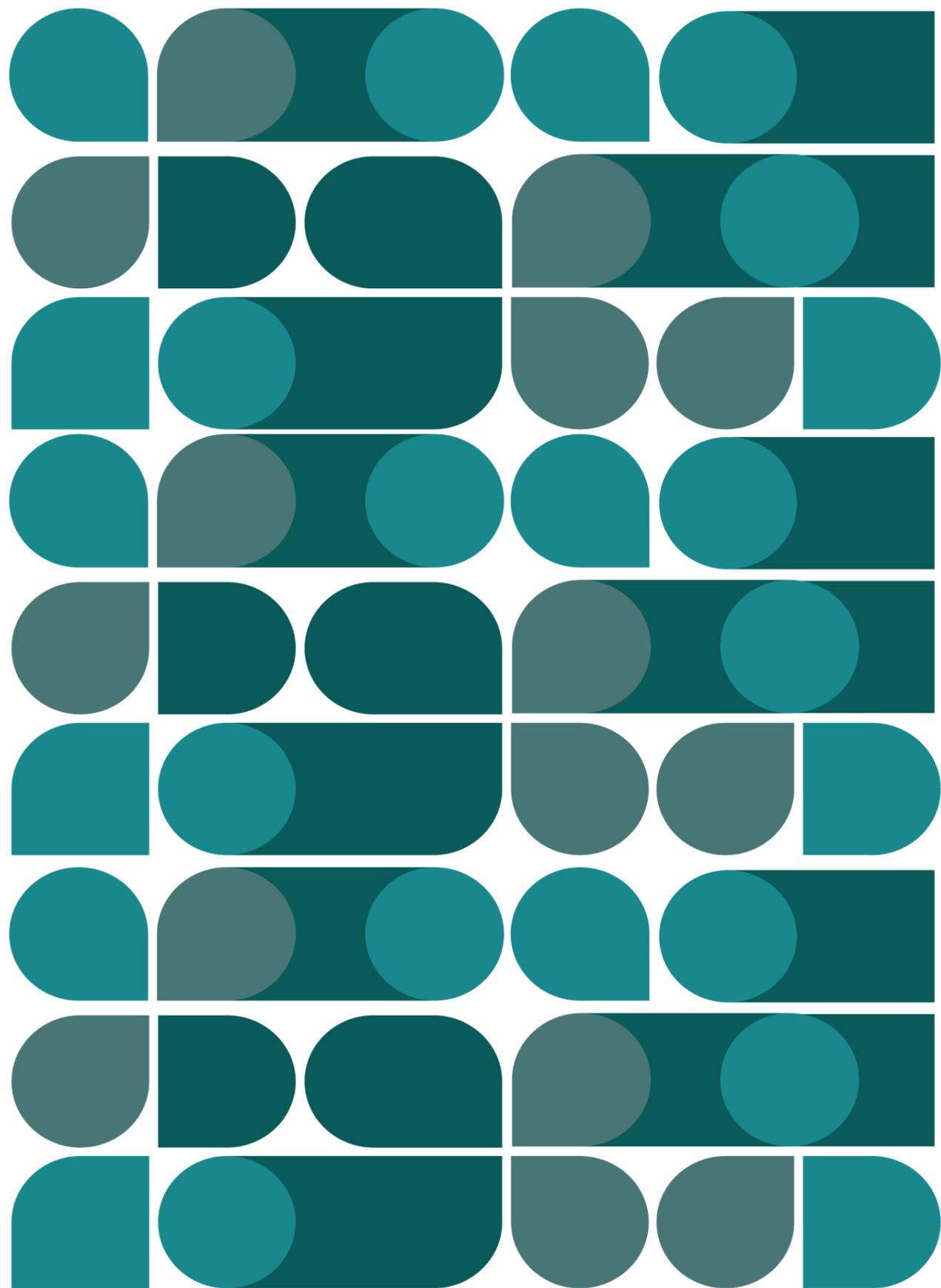
### Composição:

- **IFGF Autonomia:** (Receitas da atividade econômica local - Custos com a estrutura administrativa) / Receita corrente líquida
- **IFGF Gastos com pessoal:** Despesa líquida com pessoal nos últimos 12 meses / Receita corrente líquida
- **IFGF Liquidez:** [(Caixa e Equivalentes de Caixa) - (Restos a pagar inscritos no ano)] / Receita corrente líquida
- **IFGF Investimentos:** (Investimentos + Inversões Financeiras) / Receita Total

Mapa 23: Índice Firjan de Gestão Fiscal



Fonte: FIRJAN (2023). Elaboração Equipe Fipe e CDHU



# REPASSES DE RECURSOS

## 8.1. REASSE AOS MUNICÍPIOS – ICMS E FPM

Os repasses de recursos financeiros aos municípios são de grande importância para a constituição de receita pública e consequente possibilidade de implementação de políticas públicas, principalmente no caso de cidades de pequeno porte.

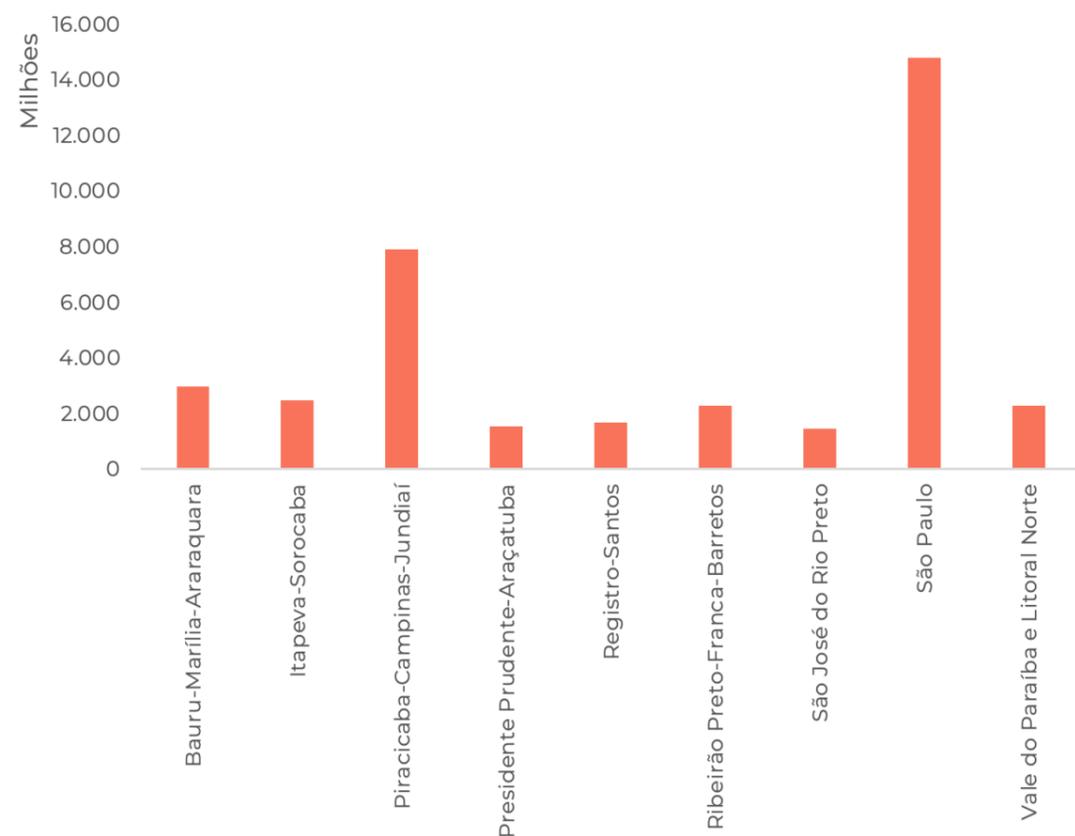
O repasse do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de

Comunicação (ICMS) é calculado a partir da aplicação do Índice de Participação dos Municípios (IPM) sobre o montante de 25% da arrecadação que os Estados devem destinar aos municípios. A grande participação do valor adicionado na composição desse índice explica a concentração dos valores transferidos nas regiões mais dinâmicas do ponto de vista econômico.

A distribuição da cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), é feita, entre outros critérios, segundo o número de habitantes, fixando faixas populacionais e atribuindo um coeficiente individual a cada uma delas. Como há a classifica-

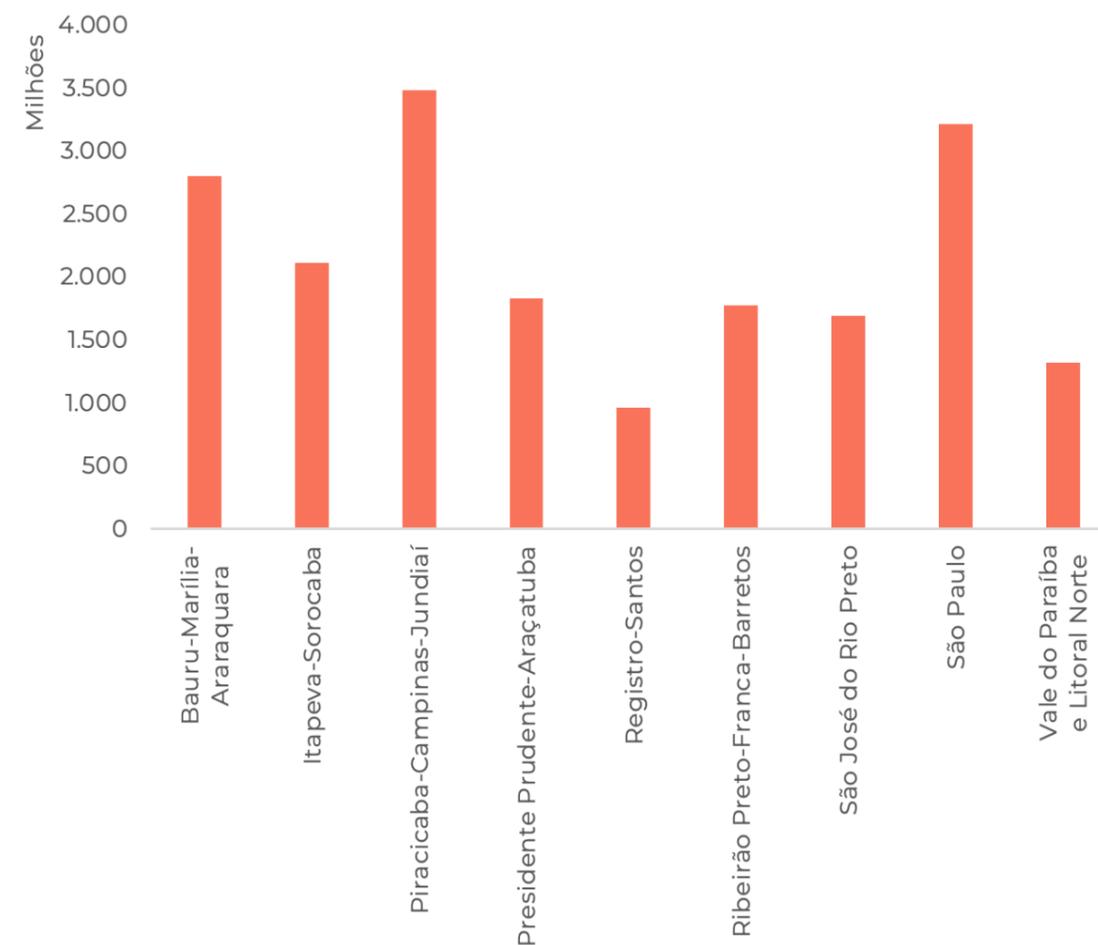
ção em três critérios – FPM-Capital (10%), FPM-Interior (86,4%) e Reserva do FPM (3,6%) –, a divisão tende a ser mais benéfica às cidades de pequeno porte. Ainda se verifica um volume maior nos eixos mais dinâmicos do estado, mas ressalta-se que essas regiões são constituídas, majoritariamente, por municípios de pequeno porte, com menos de 100 mil habitantes.

**Gráfico 51: ICMS Acumulado em 2023, segundo Regionalização CDHU**



Fonte: SEFAZ-SP (2023). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

**Gráfico 52: FPM Acumulado em 2023, segundo Regionalização CDHU**

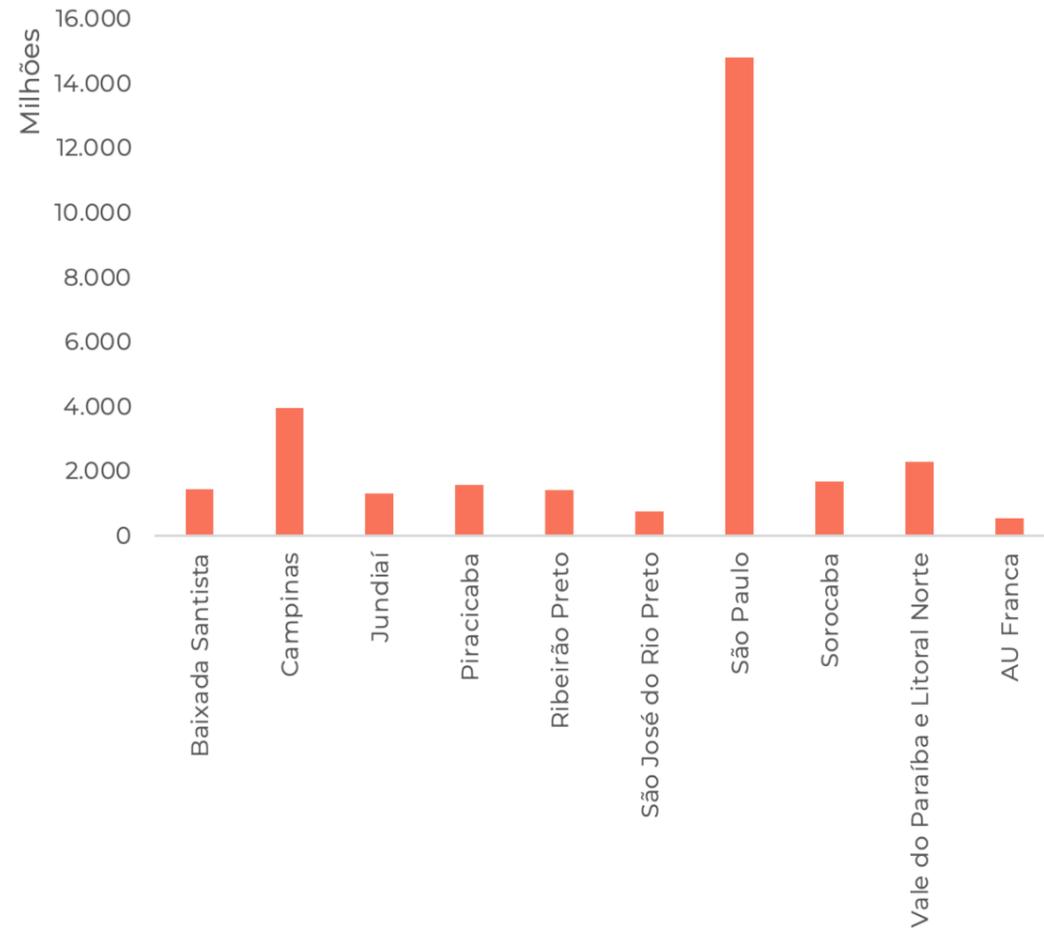


Fonte: STN (2023). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

Os 255 municípios que constituem as regiões metropolitanas e a aglomeração urbana de Franca recebem 80% do repasse total do ICMS. Isso se justifica pela concentração das atividades produtivas nes-

sas regiões e, consequentemente, do valor adicionado, que é parte considerável da composição do Índice de Participação dos Municípios (IPM).

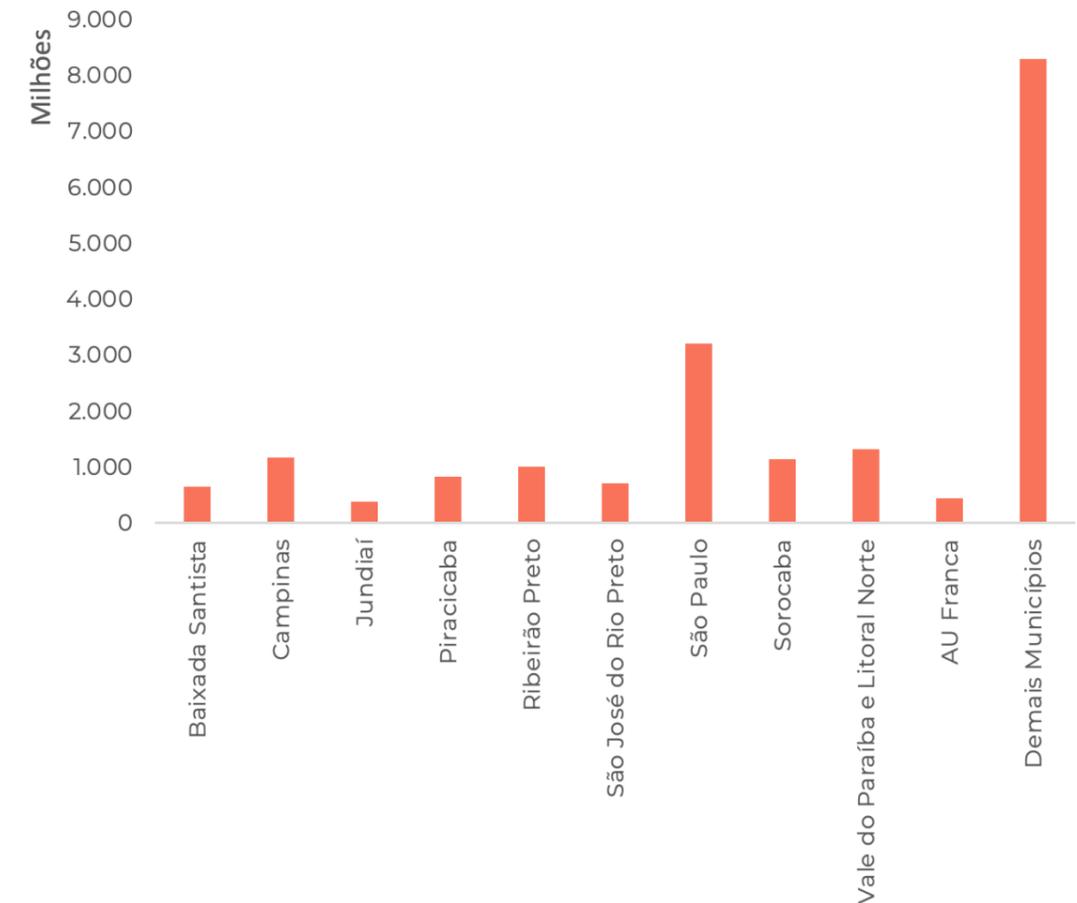
**Gráfico 53: ICMS Acumulado em 2023, segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana**



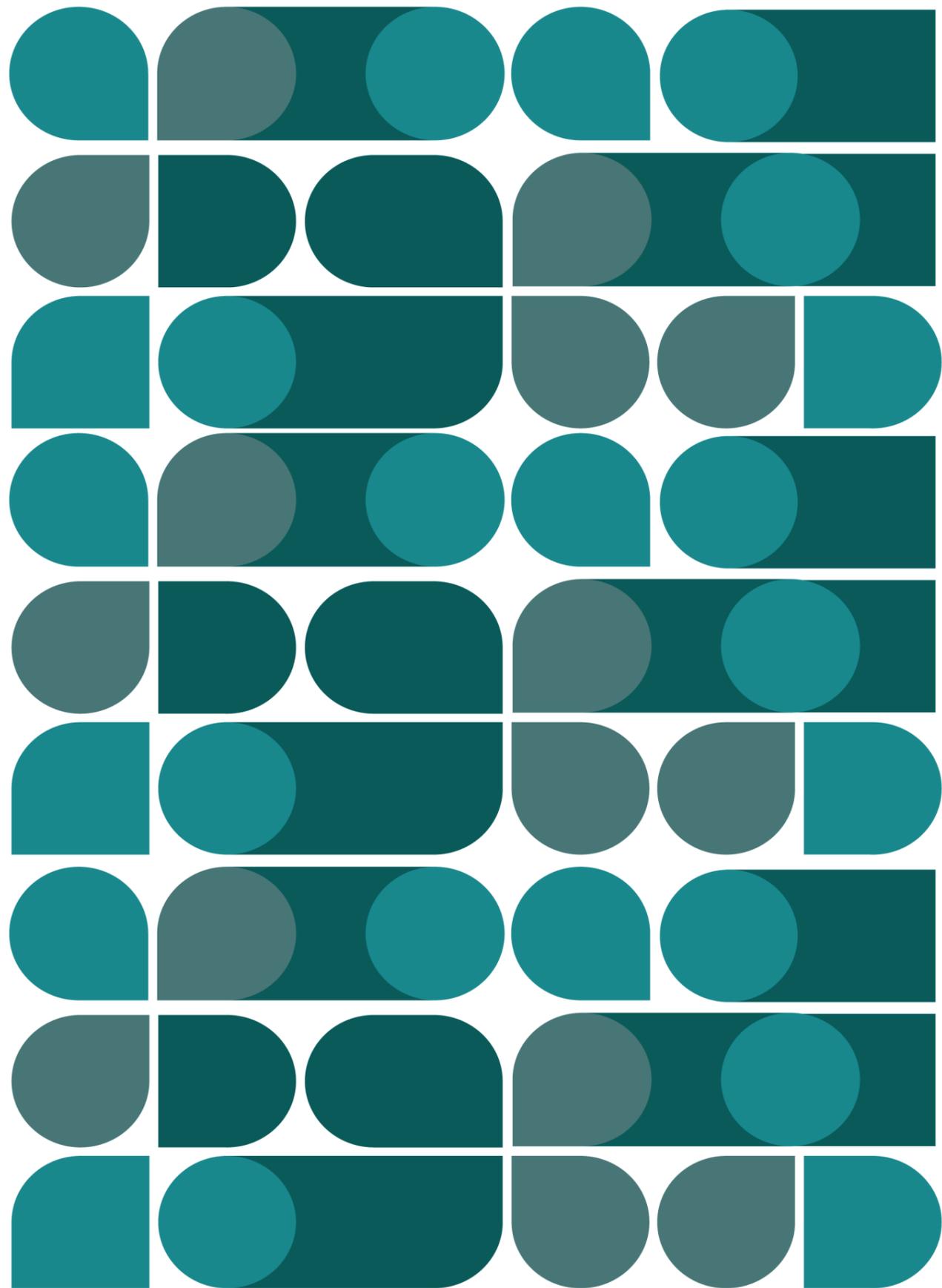
Fonte: SEFAZ-SP (2023). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

No que tange o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ao comparar a distribuição entre as regiões metropolitanas e a aglomeração urbana de Franca com os demais municípios do estado, estes últimos recebem 43% do total. Em sua maioria, são cidades com menos de 100 mil habitantes, corroborando o objetivo do repasse de beneficiar esse perfil de municipalidade.

**Gráfico 54: FPM Acumulado em 2023, segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana**



Fonte: STN (2023). Elaboração Equipe Fipe e CDHU



# INVESTIMENTOS

## 9.1. INVESTIMENTOS ANUNCIADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

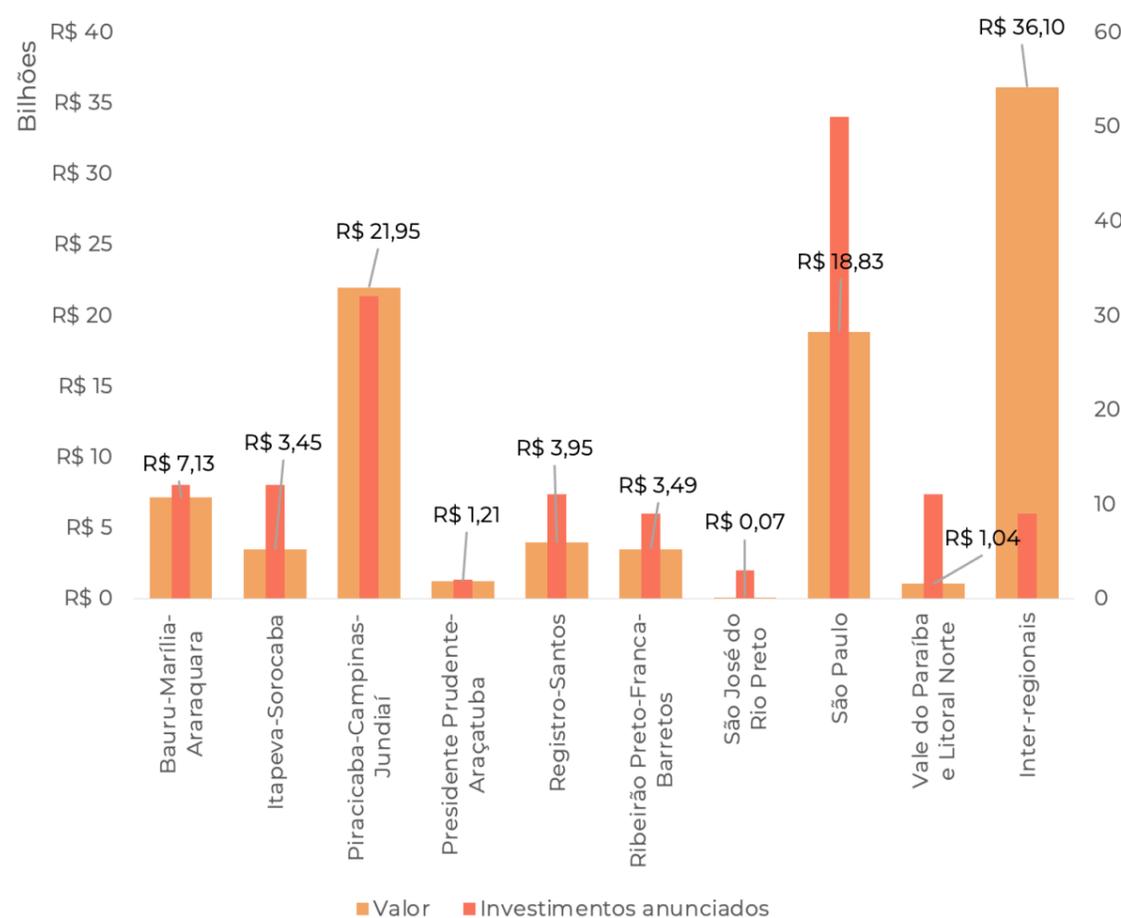
A Pesquisa de Investimentos Anunciados (PIESP) traz os investimentos que têm por finalidade aumentar a capacidade produtiva das empresas, como os de ampliação, modernização e implantação de plantas, infraestrutura e pesquisa e desenvolvimento.

O maior volume de investimentos, em termos de valor, na região Piracicaba-Campinas-Jundiaí, demonstra a importância que os novos eixos de desenvolvimento vêm apresentando no estado. Ainda assim, a região metropolitana de São Paulo concentra valor significativo e também o maior número de investimentos anunciados.

A PIESP mostra, no acumulado de 2023, a importância da região metropolitana de São Paulo e do eixo de desenvolvimento que vem se mostrando de grande relevância no interior, a região metropolitana de Campinas.

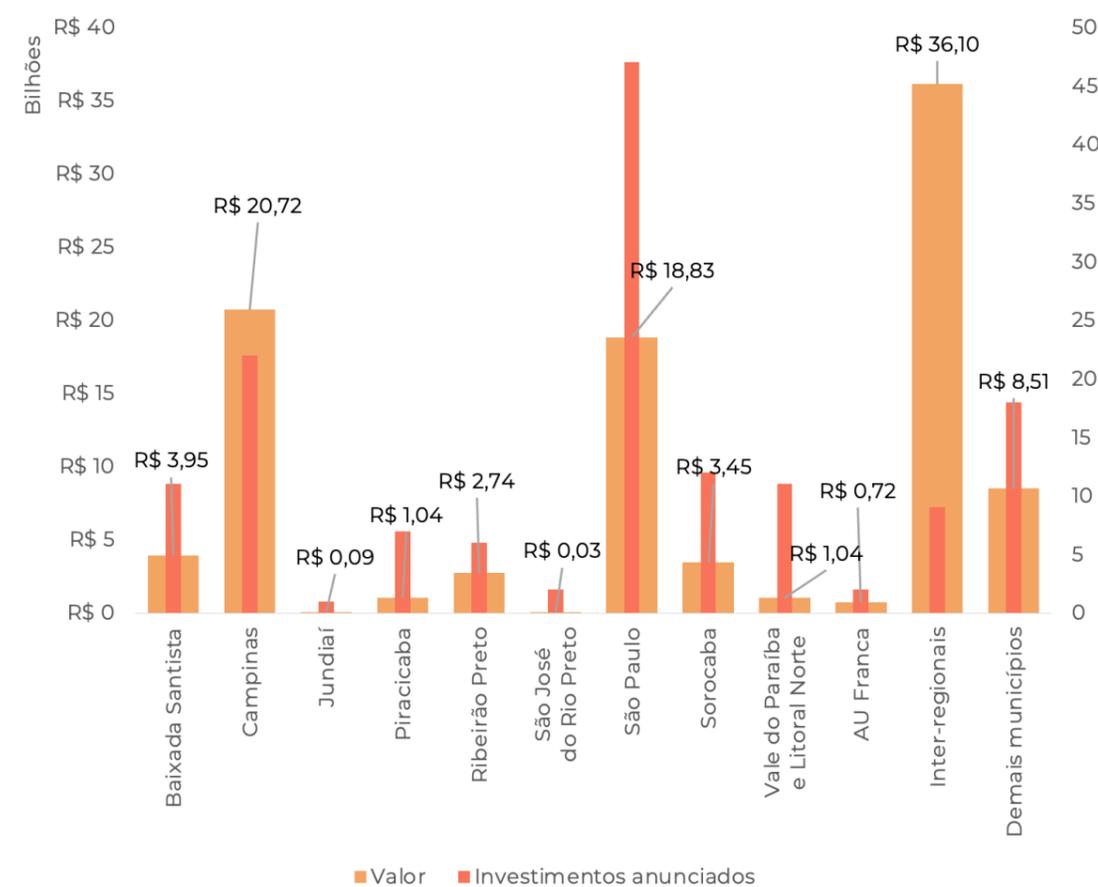
Considerando apenas as RMs e a aglomeração urbana de Franca, a RM de Campinas tem o maior valor dos investimentos, 21% do total do estado, majoritariamente no setor de serviços. Já na RM de São Paulo, que tem o maior número de investimentos, predominam os anúncios nos setores de serviços e infraestrutura.

**Gráfico 55: Investimentos anunciados acumulados em 2023, segundo Regionalização CDHU**

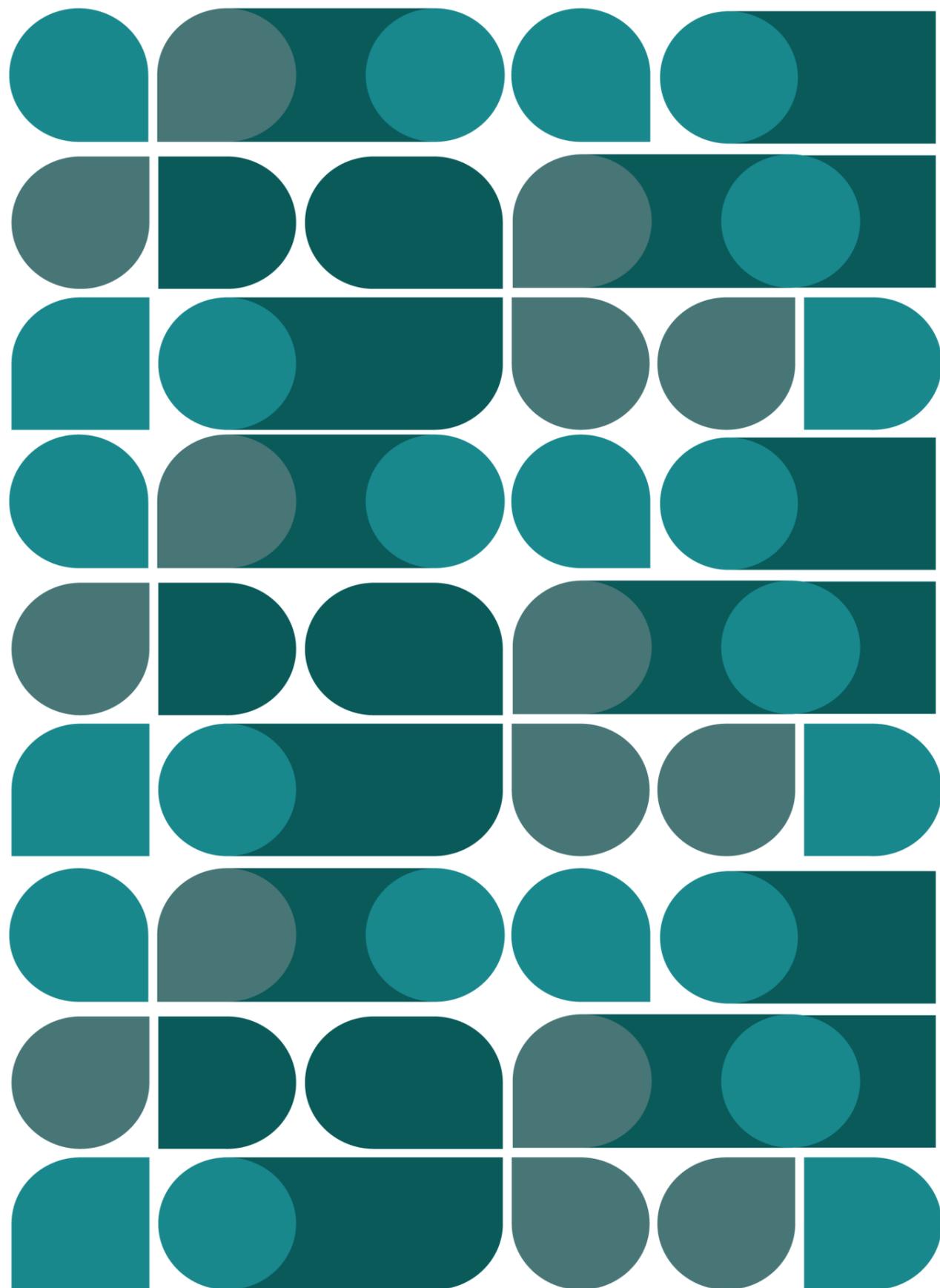


Fonte: Fundação SEADE (2023). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

**Gráfico 56: Investimentos anunciados acumulados em 2023, segundo Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana**



Fonte: Fundação SEADE (2023). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

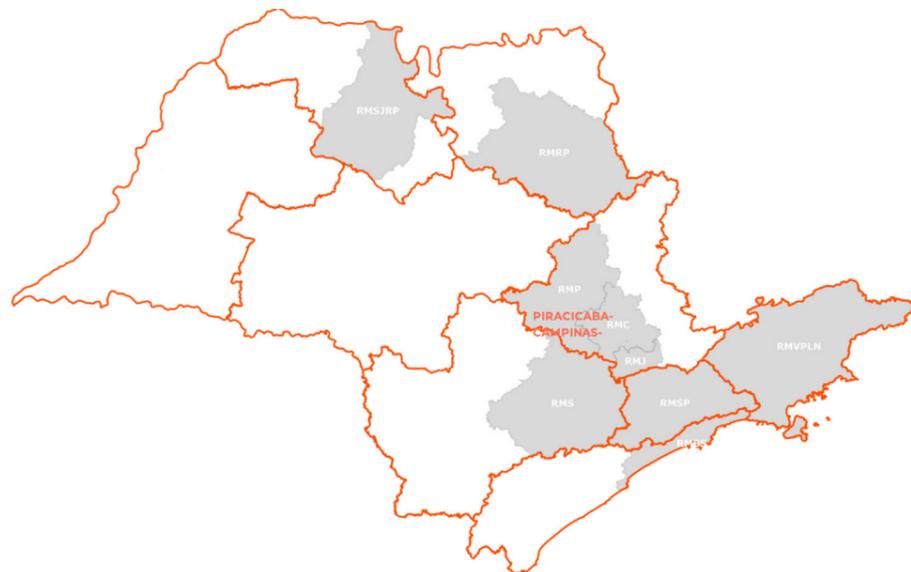


# CARACTERIZAÇÃO REGIONAL DOS SETORES PRODUTIVOS



### 10.3. PIRACICABA-CAMPINAS-JUNDIAÍ

Figura 3: Regionalização CDHU Piracicaba-Campinas-Jundiaí



Fonte: Elaboração Equipe Fipe e CDHU

Quadro 4: Principais setores produtivos da Região CDHU Piracicaba-Campinas-Jundiaí

- **2º maior polo de desenvolvimento do estado, com atividades diversificadas**
- **Agropecuária:** laranja e cana-de-açúcar, criação de aves e bovinos
- **Mineração:** extração de pedra, areia e argila
- **Indústria:** peças e acessórios para veículos automotores, plástico, cerâmica, açúcar, farmacêutica, metalurgia, máquinas e equipamentos
- **Ciência e tecnologia:**

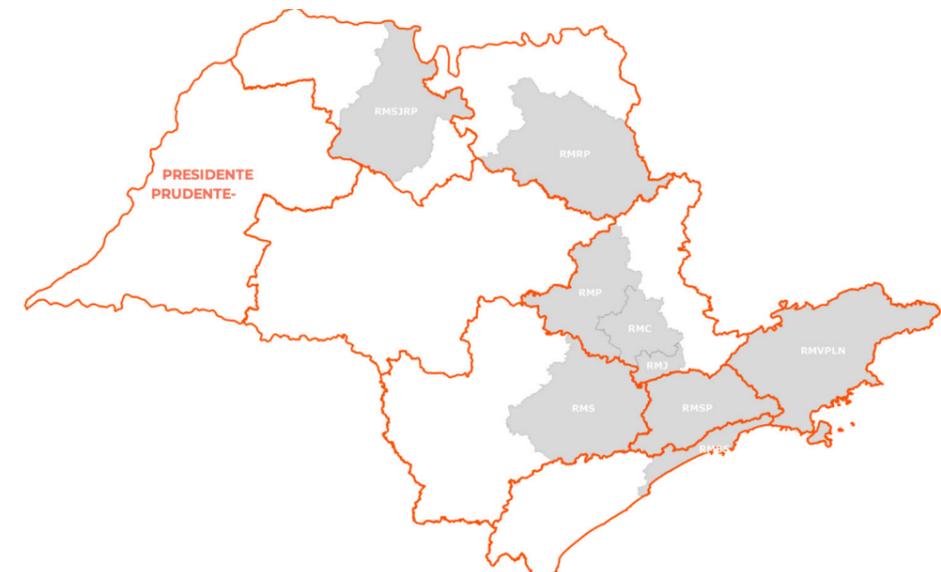
Polos tecnológicos em função da grande concentração de centros de pesquisa e universidades públicas e privadas.

Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD); Fundação Centro Tecnológico para a Informática (CTI); Companhia de Desenvolvimento Tecnológico (Codetec); Instituto Agrônomo de Campinas (IAC); Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital); Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS); Instituto de Zootecnia (localizado em Nova Odessa) e Centro de Tecnologia Canavieira (CTC).

Fonte: MTE (2021); SEMIL-SP (2022). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

### 10.4. PRESIDENTE PRUDENTE-ARAÇATUBA

Figura 4: Regionalização CDHU: Presidente Prudente-Araçatuba



Fonte: Elaboração Equipe Fipe e CDHU

Quadro 5: Principais setores produtivos da Região CDHU Presidente Prudente-Araçatuba

- **Agropecuária:** Cultivo de cana-de-açúcar e criação de bovinos
- **Indústria:** açúcar e álcool, calçados e couro, abate de reses e produção de carne, vestuário, móveis, alimentos, máquinas e equipamentos para agropecuária
- **Região Administrativa de Araçatuba:** Sistema Multimodal de Logística do Etanol está sendo desenvolvido em sinergia com a Hidrovia Tietê-Paraná.

Fonte: MTE (2021); SEMIL-SP (2022). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

## 10.5. REGISTRO-SANTOS

Figura 5: Regionalização CDHU: Registro-Santos



Fonte: Elaboração Equipe Fipe e CDHU

Quadro 6: Principais setores produtivos da Região CDHU Registro-Santos

- **Porto de Santos:** maior complexo portuário da América do Sul e o mais importante da costa leste da América Latina

### Compensação financeira pela exploração do pré-sal

- **Indústria:** refino de petróleo, metalurgia, construção e manutenção de embarcações, química, alimentos, minerais não metálicos (brita, calcário e areia)
- **Agropecuária:** cultivo de frutas e pesca na região de Registro

### Turismo

- **Parque tecnológico de Santos:** Centro Tecnológico da Baixada Santista (pesquisas relacionadas ao setor de petróleo e gás); unidades do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Fonte: MTE (2021); SEMIL-SP (2022). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

## 10.6. RIBEIRÃO PRETO-FRANCA-BARRETOS

Figura 6: Regionalização CDHU: Ribeirão Preto-Franca-Barretos



Fonte: Elaboração Equipe Fipe e CDHU

Quadro 7: Principais setores produtivos da Região CDHU Ribeirão Preto-Franca-Barretos

- **Agropecuária:** cana-de-açúcar, laranja e café
- **Indústria:** açúcar e álcool, calçados e couro, máquinas e equipamentos para agricultura e uso geral, alimentos, vestuário, abate de suínos, preparação de leite e ração para animais
- **Serviços:** saúde e educação
- **Ciência, tecnologia e inovação**
- **Turismo:** exposições e festas rurais

Fonte: MTE (2021); SEMIL-SP (2022). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

## 10.7. São José do Rio Preto

Figura 7: Regionalização CDHU: São José do Rio Preto



Fonte: Elaboração Equipe Fipe e CDHU

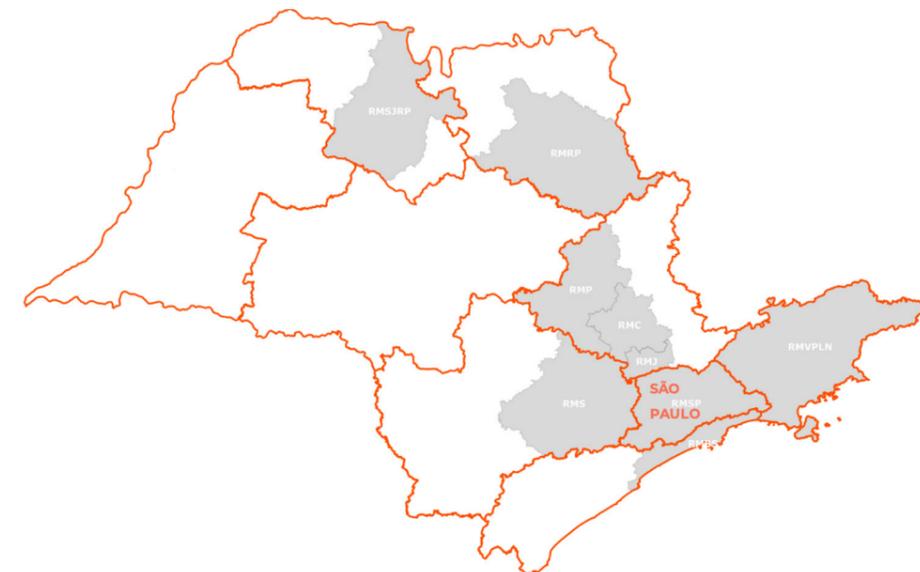
Quadro 8: Principais setores produtivos da Região CDHU São José do Rio Preto

- **Agropecuária:** cultivo de cana-de-açúcar e laranja, e criação de bovinos
- **Indústria:** fabricação de açúcar e álcool, móveis, partes e peças de veículos automotores, vestuário, borracha e látex, material cirúrgico, abate de suínos, aves e reses

Fonte: MTE (2021); SEMIL-SP (2022). Elaboração Equipe Fipe e CDHU

## 10.8. São Paulo

Figura 8: Regionalização CDHU: São Paulo



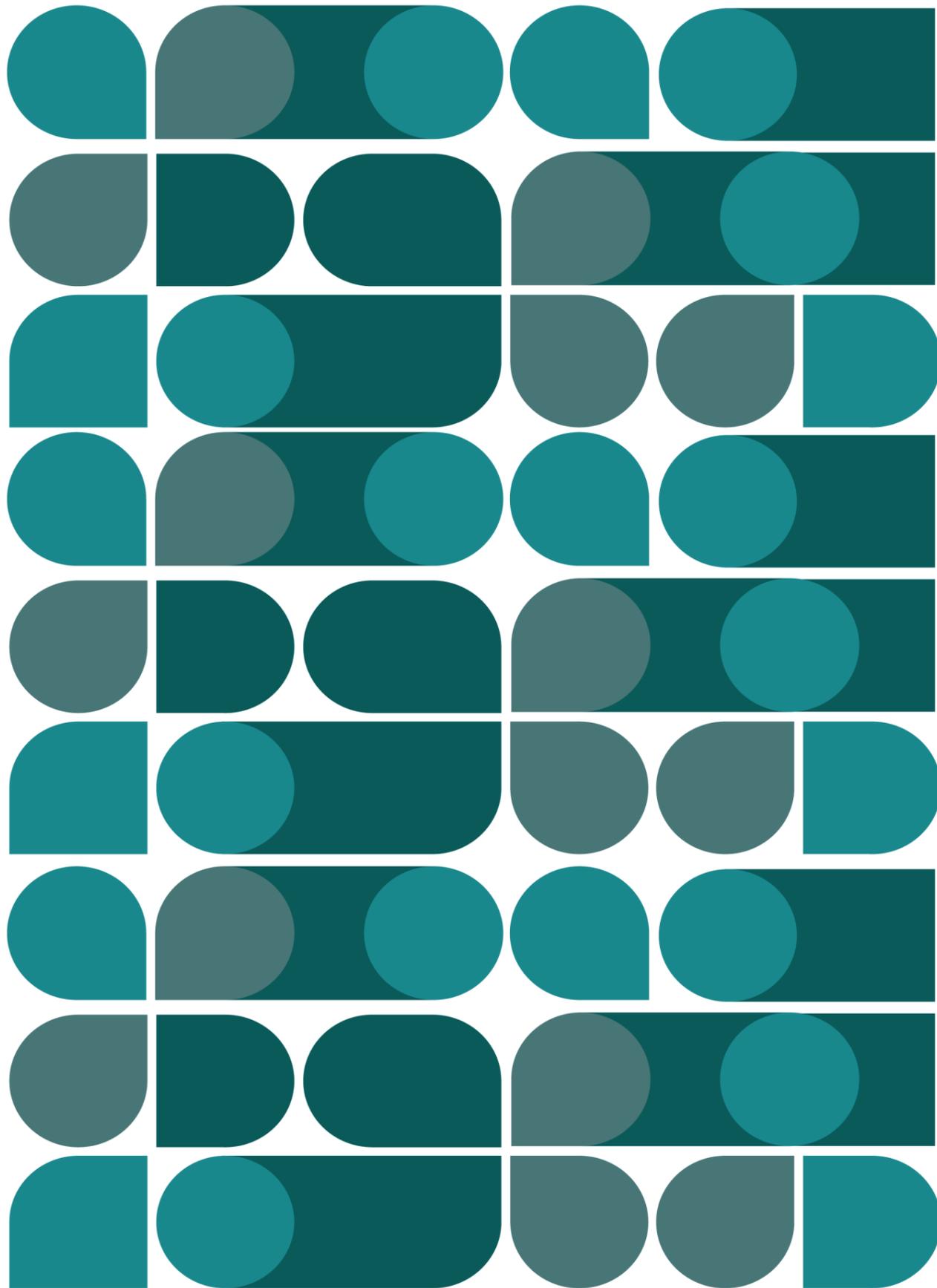
Fonte: Elaboração Equipe Fipe e CDHU

Quadro 9: Principais setores produtivos da Região CDHU São Paulo

- **Maior polo econômico do estado**
- **Serviços:** financeiro, saúde, arquitetura, pesquisa, propaganda, publicidade, engenharia, tecnologia da informação
- **Indústria:** vestuário, materiais plásticos, veículos automotores, materiais elétricos e peças, farmacêutica e cosméticos, material cirúrgico, produtos químicos, papel, alimentícia
- **Agropecuária:** horticultura (Sub-região Leste)
- Grande concentração de instituições de ensino superior e tecnológico e de centros de pesquisa
- Turismo de negócios

Fonte: MTE (2021); SEMIL-SP (2022). Elaboração Equipe Fipe e CDHU





# REFERÊNCIAS

BRASIL. Agência Nacional de Mineração (ANM). 2023. Arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais. Acesso em 20 de maio de 2024, disponível em [https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao\\_cfem\\_muni.aspx?ano=2023&uf=SP](https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao_cfem_muni.aspx?ano=2023&uf=SP)

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). 2019. Sinopse Estatística da Educação Profissional e Tecnológica. Acesso em 13 de setembro de 2023, disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-profissional-e-tecnologica>

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). 2022. Sinopse Estatística da Educação Superior. Acesso em 13 de setembro de 2023, disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MDR). 2018. Base de Dados ODR – Relação de Municípios. Brasília, DF. Acesso em 15 de dezembro de 2023, disponível em <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/odr>

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MDR). 2017. Nota Técnica nº 52. Brasília, DF. Acesso em 15 de dezembro de 2023, disponível em [https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/copy\\_of\\_NotaTcnica522017PropostadeatualizaodaTipologiaSubregional.pdf](https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/copy_of_NotaTcnica522017PropostadeatualizaodaTipologiaSubregional.pdf)

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). 2021. Relação Anual de Informações Sociais. Brasília, DF. Acesso em 12 de setembro de 2023, disponível em <http://pdet.mte.gov.br/microdados-rais-e-caged>

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). 2023. Repasse mensal do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) por município. Acesso em 19 de janeiro de 2024, disponível em <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios>

Cabral, U. 2023. País tem 90 milhões de domicílios, 34% a mais que em 2010. Acesso em 13 de setembro de 2023, disponível em Agência de Notícias IBGE, 10 de agosto de 2023: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37238-pais-tem-90-milhoes-de-domicilios-34-a-mais-que-em-2010#:~:text=No%20pa%C3%ADs%2C%20a%20m%C3%A9dia%20de,23%2C9%20habitantes%20por%20km%C2%B2>

Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). 2011. Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEH-SP) 2011-2023. São Paulo. Acesso em 12 de setembro de 2023, disponível em <https://www.cdhu.sp.gov.br/documents/20143/30938/documento-final-peh-sp.pdf/2c6d555f-1e5d-ab04-1ed-d-60ef60e1f51d>

Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S. A (EMPLASA). 2015. Quadro Socioeconômico - Subsídios à Elaboração do PDUI. São Paulo. Acesso em 12 de setembro de 2023, disponível em [https://rmsp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/rmsp\\_docs\\_trabalho\\_0004\\_relatorio\\_preliminar\\_quadro\\_socioeconomico.pdf](https://rmsp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/rmsp_docs_trabalho_0004_relatorio_preliminar_quadro_socioeconomico.pdf)

Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S. A (EMPLASA). 2017. Panorama Regional da Região Metropolitana de Sorocaba. São Paulo. Acesso em 12 de setembro de 2023, disponível em [https://rms.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/rmsp\\_docs\\_trabalho\\_014.pdf](https://rms.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/rmsp_docs_trabalho_014.pdf)

Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S. A (EMPLASA). 2019. Diagnóstico Final - Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado RMSP. São Paulo. Acesso em 12 de setembro de 2023, disponível em [https://rmsp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/rmsp\\_docs\\_pdui\\_0018\\_diagnostico\\_final.pdf](https://rmsp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/rmsp_docs_pdui_0018_diagnostico_final.pdf)

Federação das Indústrias do Estado do Rio Janeiro (FIRJAN). 2023. Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF). Série Histórica. Acesso em 29 de janeiro de 2024, disponível em <https://www.firjan.com.br/ifgf/analises-e-rankings/>

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) a serviço de Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR). 2022. Diagnóstico da Região Metropolitana de São José do Rio Preto. São Paulo. Acesso em 12 de setembro de 2023, disponível em <https://rmsjrp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/P15-Diagnostico-SJ-Rio-Preto.pdf>

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) a serviço de Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR). 2021. Panorama Regional da Aglomeração Urbana de Franca. São Paulo. Acesso em 12 de setembro de 2023, disponível em [https://auf.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/P5\\_Panorama-Regional\\_AUFranca\\_final14-12-21.pdf](https://auf.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/P5_Panorama-Regional_AUFranca_final14-12-21.pdf)

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) a serviço de Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR). 2022. Panorama Regional da Região Metropolitana de Jundiaí. São Paulo. Acesso em 12 de setembro de 2023, disponível em <https://rmj.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/P5-Jundiai-julho-2022.pdf>

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) a serviço de Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR). 2022. Panorama Regional da Região Metropolitana de Piracicaba. São Paulo. Acesso em 12 de setembro de 2023, disponível em <https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/P5-Piracicaba-julho-2022.pdf>

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) a serviço de Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR). 2021. Panorama Regional da Região Metropolitana de Ribeirão Preto. São Paulo. Acesso em 12 de setembro de 2023, disponível em [https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/P5\\_PANORAMA-REGIONAL-RMRP\\_14122021.pdf](https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/P5_PANORAMA-REGIONAL-RMRP_14122021.pdf)

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) a serviço de Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR). 2022. Panorama Regional da Região Metropolitana de São José do Rio Preto. São Paulo. Acesso em 12 de setembro de 2023, disponível em <https://rmsjrp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/P5-21-9-22.pdf>

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) a serviço de Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR). 2021. Panorama Regional da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. São Paulo. Acesso em 12 de setembro de 2023, disponível em <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/P5-Vale-do-Paraiba-16-12-21.pdf>

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) a serviço de Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE). s.d. . Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo 2022-2040. São Paulo. Acesso em 12 de setembro de 2023, disponível em [https://www.desenvolvimentoeconomico.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/pde\\_vf.pdf](https://www.desenvolvimentoeconomico.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/pde_vf.pdf)

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). 2022. Índice Paulista de Desenvolvimento Municipal (IPDM). São Paulo. Acesso em 13 de setembro de 2023, disponível em <https://repositorio.seade.gov.br/group/indice-paulista-de-desenvolvimento-municipal-ipdm>

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). 2023. Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo. São Paulo. Acesso em 19 de janeiro de 2024, disponível em <https://investimentos.seade.gov.br/>

Geo Brasilis - Inteligência Territorial, Planejamento Estratégico e Gestão Ambiental a serviço de Agência Metropolitana da Baixada Santista (AGEM). 2014. Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico da Baixada Santista – PMDE. Santos. Acesso em 12 de setembro de 2023, disponível em [https://www.agem.sp.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/AGEM-PMDE-CADERNO\\_compressed.pdf](https://www.agem.sp.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/AGEM-PMDE-CADERNO_compressed.pdf)

Instituição Fiscal Independente (IFI). 2019. Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) – Especial: Reforma da Previdência (PEC nº 6/2019). Acesso em 08 de novembro de 2023, disponível em [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/554772/RAF26\\_MAR2019.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/554772/RAF26_MAR2019.pdf)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2023a. Censo Demográfico 2022. Acesso em 27 de agosto de 2024, disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=37225&t=resultados>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2023b. Censo Demográfico 2022 – População por idade e sexo. Acesso em 08 de novembro de 2023, disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102038.pdf>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2022a. Pesquisa da Pecuária Municipal – Tabela 3939: Efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho. Acesso em 20 de maio de 2024, disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2023c. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – Nota técnica 01/2022. Acesso em 06 de setembro de 2024, disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101933.pdf>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2023d. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – Painel PNAD Contínua. Acesso em 06 de setembro de 2024, disponível em <https://painel.ibge.gov.br/pnad/>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2023e. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – Tabela 7435: Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita, a preços médios do ano. Acesso em 27 de agosto de 2024, disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7435>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2022b. Produção Agrícola Municipal – Tabela 5457: Área plantada ou destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias e permanentes. Acesso em 20 de maio de 2024, disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2022c. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – Tabela 291: Quantidade produzida e valor da produção na silvicultura, por tipo de produto da silvicultura. Acesso em 20 de maio de 2024, disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/291>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2021. Produto Interno Bruto dos Municípios. Acesso em 29 de agosto de 2024, disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=resultados>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2020. Regiões de Influência das Cidades 2018. Rio de Janeiro. Acesso em 13 de setembro de 2023, disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>

Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL). 2022. Levantamento Socioeconômico para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo (ZEE). São Paulo. Acesso em 12 de setembro de 2023, disponível em [https://smastr16.blob.core.windows.net/consema/sites/15/2022/08/c3\\_zee\\_relatorio\\_tecnico\\_d4\\_consema.pdf](https://smastr16.blob.core.windows.net/consema/sites/15/2022/08/c3_zee_relatorio_tecnico_d4_consema.pdf)

Pilar, A. N.; Nalin, C. 2023. Desigualdade cai ao menor patamar histórico, com programas sociais e melhora no mercado de trabalho. Acesso em 23 de janeiro de 2024, disponível em O Globo, 06 de dezembro de 2023: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/12/06/desigualdade-volta-a-cair-em-2022-com-melhora-no-mercado-de-trabalho-e-programas-sociais.ghtml>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). 2013. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Atlas do Desenvolvimento Humano. Acesso em 13 de setembro de 2023, disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta>

Rede Interagencial de Informação para a Saúde (RIPSA). 2008. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações. Acesso em 08 de novembro de 2023, disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/livroidb/2ed/indicadores.pdf>

SÃO PAULO (Estado). Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S. A (EMPLASA), Secretaria da Casa Civil e Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano (SDM). 2014. PAM – Plano de Ação da Macrometrópole: 2013-2040. São Paulo. Acesso em 12 de setembro de 2023, disponível em <https://bibliotecavirtual.sdr.sp.gov.br/ExibirDetalhes.aspx?funcao=kcProjetos&id=421&retorno=sim&Lingua=PT>

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP). 2023. Arrecadação mensal do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) por município. São Paulo. Acesso em 19 de janeiro de 2024, disponível em <https://www.fazenda.sp.gov.br/RepasseConsulta/Consulta/repasse.aspx>

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 2018. Análise e diagnóstico socio-demográfico da Região Metropolitana de Campinas. Campinas. Acesso em 12 de setembro de 2023, disponível em <https://rmc.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/Produto-2-Parte-1-Analise-e-diagnostico-sociodemografico-da-Regiao-Metropolitana-de-Campinas.pdf>

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 2018. Cenários prospectivos: uma análise sociodemográfica da Região Metropolitana de Campinas, 2017-2030. Campinas. Acesso em 12 de setembro de 2023, disponível em <https://rmc.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/Produto-3-Cenarios-prospectivos-uma-analise-sociodemografica-da-Regiao-Metropolitana-de-Campinas-2017-2030.pdf>

